



ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO

**Reforço nas Competências e Atividades das Equipas Multidisciplinares
em Casas de Acolhimento**

**Uma mais-valia para o acompanhamento das famílias das crianças e
jovens acolhidas**

Dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações Sociais

Ana Rosa Ferreira Valverde

Lamego, 2018



ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO

**Reforço nas Competências e Atividades das Equipas Multidisciplinares
em Casas de Acolhimento**

**Uma mais-valia para o acompanhamento das famílias das crianças e
jovens acolhidas**

Dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações Sociais

Ana Rosa Ferreira Valverde

Professora Doutora Anabela Guedes

Dissertação apresentada à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego do
Instituto Politécnico de Viseu para obtenção do grau de mestre em Gestão de
Organizações Sociais

Lamego, 2018

Dedicatória

A todas as Crianças/Jovens acolhidas em Casas de Acolhimento Residencial.

Resumo

O estudo que apresentamos propõe-se refletir, caracterizar, comparar e identificar o trabalho das equipas multidisciplinares das casas de acolhimento de acordo com a intervenção que é feita com as famílias com crianças/jovens acolhidas, de forma a analisar o enquadramento teórico e prático, de acordo com a forma de intervenção das equipas multidisciplinares das Casas de Acolhimento, através da verificação e reflexão acerca das formas de atuação com as famílias e a forma como as auxiliam a colmatar as suas dificuldades para que o projeto de vida que se tem planeado seja conseguido, ou seja, que se alcance a reunificação familiar. Defendemos que é fundamental o trabalho em equipa e a cooperação por parte das famílias para todos os objetivos que se propõem sejam alcançados. Uma intervenção planeada tendo como foco as crianças/jovens e as suas famílias, é, por isso, primordial para o sucesso dos casos. Neste sentido, e verificando que cada criança/jovem e família têm as suas particularidades individuais, é preciso verificarem-se as principais lacunas a serem trabalhadas na intervenção pensada e planeada. Há várias formas de intervenção que visam a reunificação familiar e este projeto é o culminar de um desejo de verificação das lacunas e necessidades sentidas pelos técnicos aquando do processo, assim como lançar diretrizes para um aprofundamento do trabalho prático dos técnicos, aquele que no terreno levam a cabo com as famílias, que, como é comumente aceite, precisam de serem trabalhadas com intensidade, com vontade e articulação com todas as entidades intervenientes no processo de reunificação familiar. Adicionalmente, foi ainda nossa pretensão, conhecer a perceção dos técnicos das Casas de Acolhimento de acordo com o trabalho feito com as famílias das crianças e jovens acolhidas nesses lugares, para assim se conseguir um retorno à família biológica de uma forma mais rápida e com as condições necessárias, tal como está definido na pergunta de partida da nossa investigação. Para os objetivos definidos serem atingidos, foi utilizado um desenho metodológico de cariz qualitativo e quantitativo. No que concerne à análise qualitativa, foi feita uma análise de três casos institucionais que serviram como base de explicação do sucesso da reunificação familiar. A par desta abordagem de cariz quantitativo e qualitativo, foi administrado um inquérito por questionário, dirigido a todos os técnicos das Casas de Acolhimento do distrito de Bragança, para se conhecer as suas perceções e opiniões sobre a temática. Os dados recolhidos como forma de objeto de

análise estatística permitiram triangular os resultados que daí surgiram e assim consolidar as conclusões alcançadas. A investigação teve, neste sentido, como principal propósito, verificar se o aumento das equipas e de atividades de intervenção facilita o retorno das crianças/jovens à sua família, uma vez que esse retorno não é uma tarefa impossível, mas que requer tempo e participação por parte de todas as entidades e um trabalho quase diário com as famílias e as crianças/jovens.

Palavras-chave: Economia Social, Sustentabilidade, Crianças e Jovens, Famílias, Multidisciplinaridade, Práticas e Competências de Intervenção.

Abstrac

This study aims to reflect, characterize, compare and identify the work of the multidisciplinary teams of Host Houses according to the intervention which is done with families and with children / young people, in order to analyse the theoretical and practical framework, according to the intervention done by the multidisciplinary teams, through the verification and reflection on the ways of acting with the families and how they help them to overcome their difficulties so that the planned life project which was planned could be achieved, that is, to achieve family reunification. We believe that teamwork and family co-operation are essential to achieve all the prearranged objectives. A planned intervention focused on children/young people and their families is therefore paramount to the success of the cases. In this sense and verifying that each child and his/her family have their individual characteristics, it is required to verify the main gaps in the prearranged and planned intervention. There are several ways of intervention which aim family reunification and this work is the culmination of a desire to verify the gaps and needs felt by the professionals during the process, as well as to lay down guidelines for a deepening of their practical work with families, which, as it is commonly accepted, need to be worked with intensity, willingness and articulation with all entities involved in the process of family reunification. In addition, it was also our intention to know the perception of the residential institutions' staff according to the work done with young children's families in institutional care to achieve a return to the biological family in a faster way and with the necessary conditions, as defined in the starting question of this investigation. For the defined objectives to be reached, a qualitative and quantitative approach was used. Regarding the qualitative data, an analysis of three institutional cases was carried out and they were the basis for explaining the success of family reunification. In addition to this qualitative approach, a survey was conducted, directed to all residential institutions' staff of the district of Bragança, to know their perceptions and opinions on the subject. The data collected (as an object of statistical analysis) allowed us to triangulate the results that emerged and consolidate the conclusions reached. The main purpose of this research was to verify if an increase in teams and intervention activities facilitates the children's return to their families.

Keywords: Social Economy, Sustainability, Children and Young People, Families, Multidisciplinarity, Intervention Practices and Competences.

Agradecimentos

O presente trabalho é devedor de muitas pessoas e de muitas determinações.

Em primeiro lugar agradeço de uma forma muito carinhosa à minha orientadora Professora Doutora Anabela Guedes, pelo acompanhamento cuidado, respeitador da minha autonomia, pelas indicações preciosas, pela total disponibilidade, pelo apoio e amizade, principalmente, por não me ter deixado desistir.

À Professora Doutora Paula Santos Coordenador do Mestrado GOS, pela confiança depositada nas minhas capacidades e pela inspiração que me guiou desde o início deste projeto.

Ao meu coorientador Professor Doutor Miguel Mota pela disponibilidade e acompanhamento feito neste percurso.

À Professora Doutora Sandra Antunes, por todos os momentos deste projeto com altos e baixos e que foram colmatados com todo o seu empenho, entusiasmo e gosto em contribuir para o término deste projeto. Todas as palavras, sugestões foram essenciais para conseguir terminar o projeto de investigação.

Quero deixar um agradecimento especial à Congregação das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, no nome da querida Irmã Nascimento a forma como aceitou a concretização do meu projeto e me abrindo todas as portas necessárias para o concretizar nunca deixando esmorecer o meu trabalho, aceitando esta minha etapa como uma forma de enriquecimento pessoal e profissional.

Agradeço à minha amiga Isabel Gonçalves que me acompanhou sempre de perto neste meu percurso, e que de forma positiva contribuiu para a minha formação académica e

pessoal, bem como a nível profissional, auxiliando-me sempre a ultrapassar todos os obstáculos com que me deparei nesta caminhada com o seu apoio experiente, rigoroso e inspirado.

Agradeço a todos os meus amigos e amigas, em especial à Julita Sousa e Ana Coutinho, que foram o meu apoio constante, nunca duvidaram que conseguisse completar esta etapa, o encorajamento que me deram foi fundamental, para alcançar os meus objetivos.

Por último, mas sem dúvida o mais especial aos meus pais, por toda a paciência, carinho e apoio que tiveram durante este período académico, no qual estiveram de forma igual presentes, pelo seu incentivo de nunca me deixarem desistir e seguir o caminho que queria seguir. Sem eles, nunca conseguiria ter completado este percurso. Não tenho palavras para descrever a gratidão por tudo o que fizeram por mim. Sem os meus pais não seria quem sou hoje. Muito obrigada aos dois.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiv
ÍNDICE DE TABELAS.....	xv
ÍNDICE DE FIGURAS	xix
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I – DEFINIÇÃO DO TEMA.....	23
I.1 – Delimitação da abordagem, tempo, espaço	25
I.1.1 – A Casa do Menino Jesus	26
I.2 – Enquadramento Geográfico.....	29
I.3 – Justificação da escolha	31
I.4 – Objetivos.....	33
CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA.....	35
II.1 – Estado da arte	37
II.2 – Enquadramento legal das crianças e jovens em perigo em Portugal	39
II.3 – Dados estatísticos nacionais relativos à problemática	44
II.4 – Conceitos.....	47
II.4.1 – Economia social	47
II.4.2 – Crianças e jovens.....	48
II.4.3 – Famílias	50
II.4.4 – Multidisciplinaridade	54
II.4.5 – Competências e Práticas de Intervenção	56
II.4.5.1 – Visitas domiciliárias.....	58
CAPÍTULO III – DESENHO METODOLÓGICO.....	60
III.1 – Metodologia e Métodos	60

III.2 – A base documental: os Relatórios processuais de RF.....	63
III.3 – População do inquérito por questionário.....	65
III.4 – Seleção e validação do Instrumento	66
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS RELATÓRIOS PROCESSUAIS E RESULTADOS DA ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS.....	69
IV.1 – A Análise de conteúdo dos Relatórios institucionais de RF	69
IV.1.1 – Categorias, subcategorias e indicadores em análise	70
IV.2 – Resultados da Análise de conteúdo.....	73
IV.2.1 – Resultados da análise ao <i>corpus</i> : uma visão geral.....	73
IV.2.2 – Resultados da análise aos conjuntos categoriais.....	75
IV.2.2.1 – Os Processos de acolhimento	75
IV.2.2.2 – A Natureza das intervenções	75
IV.2.3 – Resultados da análise dos Casos.....	77
IV.2.3.1 – Narrativa do Caso 1	77
IV.2.3.2 – Narrativa do Caso 2	79
IV.2.3.3 – Narrativa do Caso 3	81
IV.3 – Apresentação dos resultados consequentes do questionário ministrado.....	83
IV.3.1 – Caracterização socioprofissional da amostra dos técnicos das equipas multidisciplinares	84
IV.3.1.1 – O género dos inquiridos.....	84
IV.3.1.2 – Idade dos inquiridos.....	85
IV.3.1.3 – Estado Civil	85
IV.3.1.4 – Número de filhos dos inquiridos	86
IV.3.1.5 – Habilitações literárias dos inquiridos	86
IV.3.1.6 – Área de formação dos inquiridos.....	87
IV.3.1.7 – Número de anos que trabalha nesta área	87
IV.4 – Caracterização da Casa de Acolhimento	88

IV.4.1 – Número de Técnicos existentes na Casa de Acolhimento	88
IV.4.2 – Cargo que ocupa na equipa técnica	89
IV.4.3 – Integração do SERE+	89
IV.4.4 – Acolhimento de crianças/jovem de que sexo	89
IV.4.5 – Capacidade de acolhimento da CA.....	90
IV.4.6 – Acolhimento de crianças/jovens no 1.º semestre de 2017	90
IV.5 – Motivos do acolhimento	91
IV.6 – Procedimentos tomados após o acolhimento	91
IV.7 – Identificação da Reunificação Familiar	92
IV.7.1 – Número de casos com o projeto de vida a Reunificação Familiar	92
IV.7.2 – Intervenção planeada para a RF.....	93
IV.7.3 – Número de irmão das crianças/jovens acolhidas.....	94
IV.8 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias	94
IV.8.1 – Obstáculos na intervenção com as famílias.....	94
IV.8.2 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar.....	96
IV.9 – Intervenção das equipas para a reunificação familiar.....	97
IV.9.1 – Regularidade das visitas domiciliárias	97
IV.9.2 – Competências Sociais e Parentais das Famílias	97
IV.10 – Impacto da intervenção junto das famílias.....	98
IV.11 – Acompanhamento feito pela equipa após a saída	98
V – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	100
V.1 – Resposta ao problema e objetivos através da triangulação de dados	100
V.2 – Apresentação do plano de ação	105
V.3 – Implicações e contributos do estudo	113
V.4 – Constrangimentos e questões deixadas em aberto	113
BIBLIOGRAFIA	115

APÊNDICES	119
Apêndice 1 – Inquérito por Questionário	119
Apêndice 2 – Narrativas Institucionais e resultados da codificação dos vários casos nos conjuntos categoriais.....	127
Apêndice 3 – Resultado da codificação dos relatórios processuais na grelha categorial	133
Apêndice 4 – Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários	134
Apêndice 5 – BSC.....	148
ANEXOS	154
Anexo 1 – Organograma da Casa do Menino Jesus	154

ÍNDICE DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

CA – Casas de Acolhimento

CAR – Casas de Acolhimento Residencial

CD – Centro de Dia

CMJ – Casa do Menino Jesus

CPCJ – Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

CVC – Convenção dos Direitos das Crianças

DT – Diretora Técnica

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LPCJP – Lei de Proteção de crianças e jovens em Perigo

MAC - Método Aberto Coordenado

Plano Dom - Desafios, Oportunidades e Mudanças

Plano SERE + - Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS

PSEI – Projeto Sócio Educativo Individual

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

TSSS – Técnico Superior de Serviço Social

UE – União Europeia

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização dos recursos humanos do Centro de Acolhimento Residencial	28
Tabela 2 – Quadro do resumo da situação da população por escolaridade	30
Tabela 3 – N.º de utentes por Instituição no concelho de Mirandela na área de Infância e Juventude em situação de perigo	31
Tabela 4 – Número de técnicos das CA.....	65
Tabela 5 – Organização do Instrumento	66
Tabela 6 – Categorias, subcategorias e indicadores em análise	70
Tabela 7 – Género.....	134
Tabela 8 – Idade.....	134
Tabela 9 – Estado Civil.....	134
Tabela 10 – Número de filhos dos inquiridos.....	134
Tabela 11 – Habilitações Literárias	134
Tabela 12 – Área de formação dos inquiridos	135
Tabela 13 – Número de anos que trabalha nesta área.....	135
Tabela 14 – Número de Psicólogos	135
Tabela 15 – Número de Técnicos Superiores de Serviço Social	135
Tabela 16 – Número de Educadores Sociais	135
Tabela 17 – Número de Animadores Socioculturais	135
Tabela 18 – Número de profissionais em Psicomotricidade Humana	136
Tabela 19 – Número de Professores	136
Tabela 20 – Outros Técnicos	136
Tabela 21 – Cargo que ocupa na equipa	136
Tabela 22 – Integração no sere +	136
Tabela 23 – Sexo crianças/jovens acolhidas.....	136
Tabela 24 – Capacidade de acolhimento	137
Tabela 25 – Quantas crianças/jovens foram acolhidas até ao primeiro semestre de 2017	137
Tabela 26 – Motivo do acolhimento: Negligência.....	137

Tabela 27 – Motivo do acolhimento: Absentismo/Abandono Escolar	137
Tabela 28 – Motivo do acolhimento: Comportamentos desviantes/risco.....	137
Tabela 29 – Motivo do acolhimento: Ausência temporária de suporte familiar	138
Tabela 30 – Motivo do acolhimento: Maus tratos físicos e psicológicos.....	138
Tabela 31– Número de crianças// jovens com o projeto de vida a reunificação familiar	138
Tabela 32 – Número de irmãos das crianças/jovens acolhidas.....	138
Tabela 33 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: deslocalização da criança/jovem relativamente ao seu agregado de referência	138
Tabela 34 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: ausência de programas de intervenção comunitária integrada junto das famílias.....	139
Tabela 35 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: rejeição manifesta da criança/jovem ao projeto de reunificação familiar	139
Tabela 36 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: impossibilidade inesperada de integração segura na família	139
Tabela 37 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: aguardar a decisão judicial/deliberação da CPCJ para aplicação /revisão da medida.....	139
Tabela 38 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: falta de meios de deslocação	140
Tabela 39 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: falta de tempo	140
Tabela 40 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: equipa técnica reduzida face ao número de crianças/jovens acolhidas.....	140
Tabela 41 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: equipa técnica sem composição multidisciplinar e com necessidade de formação especializada	140
Tabela 42 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: sobrelotação da Casa de Acolhimento que não permite um trabalho individualizado de cada situação	141
Tabela 43 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: Insuficiência ou inexistência de práticas de intervenção articulada com outras entidades ou serviços	141

Tabela 44 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: desarticulação da intervenção com os serviços competentes da zona de residência da família da criança/jovem acolhida	141
Tabela 45 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: deslocalização da criança/jovem face à sua família.....	141
Tabela 46 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: insuficiente acompanhamento técnico da segurança social (EMAT/ECJ) ou da CPCJ na execução das medidas aplicadas	142
Tabela 47 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: morosidade de decisões de tribunal/CPCJ	142
Tabela 48 – Intervenção das equipas para a reunificação familiar: regularidade das visitas domiciliárias.....	142
Tabela 49 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: união e apoio familiar	142
Tabela 50 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: capacidade de organização e partilha de tarefas	143
Tabela 51 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: estabilidade no emprego	143
Tabela 52 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: ter boa saúde	143
Tabela 53 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: ter rendimento suficiente	143
Tabela 54 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: boa relação conjugal	144
Tabela 55 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: ter uma casa com condições adequadas.....	144
Tabela 56 – Grau de impacto da melhoria na situação habitacional tendo em vista a reunificação familiar	144
Tabela 57 – Grau de impacto do Trabalho estável tendo em vista a reunificação familiar	144
Tabela 58 – Grau de impacto da melhoria do estado de saúde tendo em vista a reunificação familiar.....	145

Tabela 59 – Grau de impacto de receber mais apoio financeiro e em género tendo em vista a reunificação familiar	145
Tabela 60 – Grau de impacto da melhoria da situação económica por meios próprios tendo em vista a reunificação familiar	145
Tabela 61 – Grau de impacto de uma maior organização na família tendo em vista a reunificação familiar	145
Tabela 62 – Após a saída: Importância da Aquisição de autonomia financeira (independência de subsídios)	146
Tabela 63 – Após a saída: importância de um maior desenvolvimento/maturidade individual	146
Tabela 64 – Após a saída: importância da articulação com os parceiros envolvidos, e preparar o regresso da criança/jovem ao seu meio natural de vida	146
Tabela 65 – Após a saída: importância do acompanhamento da situação durante o tempo necessário	146
Tabela 66 – Após a saída: importância de contribuir para o aprofundamento do conhecimento das dinâmicas da família na atualidade	147
Tabela 67 – Após a saída: importância de implementar uma cultura de serviços centrados no apoio à família	147
Tabela 68 – Após a saída: importância de desenvolver estudos empíricos no âmbito da família	147

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do CA	28
Figura 2 – Localização do Concelho	29
Figura 3 – Crianças e jovens em situação de acolhimento, de acordo com a idade de acolhimento.....	45
Figura 4 – Distritos que mais acolhem e colocam crianças e jovens em distritos diferentes do seu agregado familiar	46
Figura 5 – Crianças e jovens em situação de acolhimento por sexo e escalões etários .	46
Figura 6 – Elementos caracterizadores do Caso 1	64
Figura 7 – Elementos caracterizadores do Caso 2	64
Figura 8 – Elementos caracterizadores do Caso 3	65
Figura 9 – Conjuntos categoriais/concetuais considerados na análise (categorias e subcategorias)	72
Figura 10 – Referências codificadas nos conjuntos categoriais em análise (%)	73
Figura 11 – Gráfico de hierarquia dos conjuntos categoriais em análise	74
Figura 12 – Referências codificadas acerca do Processo de Acolhimento (%).....	75
Figura 13 – Referências codificadas acerca da Natureza da Intervenção (%).....	77
Figura 14 – Referências codificadas no Caso 1 (%).....	79
Figura 15 – Caso 2	81
Figura 16 – Caso 3	83
Figura 17 – Género	84
Figura 18 – Idade	85
Figura 19 – Estado Civil	85
Figura 20 – Número de Filhos dos Inquiridos	86
Figura 21 – Habilitações Literárias.....	86
Figura 22 – Áreas de Formação	87
Figura 23 – N.º de anos que já trabalha nesta área	87
Figura 24 –Técnicos existentes nas CA.....	88
Figura 25 – Cargo que ocupa na ET	89
Figura 26 – Integra ou integrou o SERE+	89
Figura 27 – Sexo crianças/jovens acolhidas	90

Figura 28 – Capacidade de Acolhimento da CA	90
Figura 29 – Quantas crianças/jovens foram acolhidas até ao primeiro semestre de 2017	90
Figura 30 – Os principais motivos do acolhimento	91
Figura 31 – Número de itens codificados acerca dos Procedimentos tomados após o acolhimento.....	92
Figura 33 – Projeto de Vida a Reunificação Familiar	93
Figura 34 – Número de itens codificados acerca da Intervenção planeada para a RF ...	93
Figura 36 – Número de irmãos	94
Figura 37 – Obstáculos na intervenção com as famílias.....	96
Figura 38 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar.....	96
Figura 39 – Regularidade das visitas domiciliárias	97
Figura 40 – Competências Sociais e Parentais das Famílias	98
Figura 41 – Impacto da intervenção junto das famílias	98
Figura 42 – Fatores muito importantes após a saída.....	99
Figura 43 – Árvore de Problemas	106
Figura 44 – Quadro de Medidas	109
Figura 45 – Organograma da Casa do Menino Jesus.....	154

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se no âmbito da 1.^a edição do mestrado em Gestão de Organizações Sociais da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, do ano letivo de 2016/2017.

A escolha do tema do projeto coloca em evidência as preocupações inerentes com crianças/jovens e as suas famílias, uma vez que o acolhimento residencial surge como forma de colmatar e de dar resposta ao problema, criando estratégias para que estas situações sejam mudadas. Assim, foi necessário perceber toda a dinâmica das crianças/jovens e famílias, as formas de intervenção e conciliar todos os passos benéficos e eficazes na intervenção, para se conseguir colmatar as falhas existentes.

Desta forma, com o presente projeto de investigação na área social, pretende-se criar uma base científica que aprofunde a prática das equipas multidisciplinares das casas de acolhimento e a sua forma de atuação com as famílias quando no projeto de vida das crianças acolhidas estiver definida a reunificação familiar, sendo que para a concretização deste objetivo partimos da análise de dados concretos de processos de jovens institucionalizados numa casa de acolhimento que acolhe crianças/jovens privadas do meio familiar de família que se situa no distrito de Bragança.

Neste sentido e visando um conhecimento mais aprofundado do tema, foi necessário perceber a origem dos processos que chegam às casas de acolhimento, a definição do projeto de vida delineado às crianças/jovens, a natureza da intervenção dos técnicos das equipas multidisciplinares, os objetivos que regem a sua intervenção tendo em conta a reunificação familiar definida como projeto de vida destas mesmas crianças/jovens e o trabalho desenvolvido em articulação com as outras entidades envolvidas. Por outro lado, é importante perceber a intervenção que os técnicos realizam com a família e as intervenções levadas a cabo com as jovens em situação de reunificação familiar, não esquecendo as entidades envolvidas no processo, que englobam não só as equipas das casas de acolhimento, mas também elementos das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e Tribunais, assim como aferir as diligências efetuadas para “remediar” a situação inicial que levou ao acolhimento.

Quanto à estrutura deste trabalho, o mesmo encontra-se dividido em 5 capítulos:

- O primeiro capítulo é composto por 4 pontos que são essenciais para uma melhor percepção do projeto em questão, começando com a definição do tema, pela sua delimitação no tempo e espaço, bem como o enquadramento geográfico, sendo identificada a Instituição Particular de Solidariedade Social em estudo para o projeto. Segue-se a justificação da escolha do tema, enunciando o porquê da escolha do mesmo e todos os contornos que levaram à sua opção, de acordo com as diversas variáveis que justificam o interesse. Ainda dentro do mesmo capítulo são identificados os objetivos da investigação em concordância com a pergunta de partida da investigação;
- No segundo capítulo, é feita uma revisão da literatura onde nos focámos em autores que retratam as casas de acolhimento, as crianças/jovens e as famílias de crianças/jovens acolhidas, bem como a legislação que se enquadra neste tema. Como forma de justificação dos temas tratados, é feito um enquadramento legal das crianças/jovens através de dados estatísticos para o estudo ter uma base sólida de justificação das vertentes retratadas no projeto. Assim, neste capítulo é lançada a base teórica para posterior aplicação, onde são esmiuçados os conceitos de economia social, crianças e jovens, famílias, multidisciplinariedade e as competências e práticas de intervenção;
- No terceiro capítulo, designado por desenho metodológico, são descritas as considerações e justificadas as opções metodológicas, o tipo de estudo, as técnicas e os instrumentos de recolha de dados;
- O quarto capítulo diz respeito à apresentação dos resultados obtidos, quer pela análise efetuada aos relatórios processuais, quer pelos dados obtidos através da análise dos questionários ministrados;
- No quinto capítulo são discutidas e apresentadas as conclusões mais importantes do projeto. Neste capítulo, são ainda triangulados os dados obtidos e identificados os constrangimentos que limitaram o estudo, assim como são reveladas áreas de investigação futuras. Neste ponto, é ainda apresentada uma proposta de um plano de ação que resulta dos dados obtidos e que pretende consolidar a questão de partida deste trabalho de investigação.

CAPÍTULO I – DEFINIÇÃO DO TEMA

Num trabalho de investigação, para que seja possível alcançar os objetivos traçados e para que o leitor tenha um conhecimento claro dos objetivos da investigação, o tema tem que ser inequivocamente explicado. Por esta razão, no caso desta investigação, é importante e relevante abordar o conceito de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), uma vez que a investigação vai ser realizada numa IPSS, mais concretamente num Centro de Acolhimento (CA).

De acordo com o estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, no Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro, IPSS são:

1 — pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo Público. (Portugal, pp. art.1, alínea1)

Desde há muito tempo que a prática da institucionalização é uma realidade, tendo esta surgido como resposta assistencial a partir o século XVIII. Mais tarde, adquire uma utilidade educativa, tendo em vista o desenvolvimento integral da criança. A grande parte dos maus tratos a crianças acontece dentro do contexto familiar, o que leva, muitas vezes, a que esta seja retirada desse mesmo contexto e colocada em instituições. Nas palavras de Magalhães (2002) “apenas em situações de grande gravidade se consideram como situação de maus tratos os que acontecem fora do contexto familiar ou institucional” (p. 33).

A propósito da atuação do Estado Português em situações como esta, Magalhães (2002) menciona que:

O Estado Português começou a preocupar-se com as questões dos menores desprotegidos e abandonados ao formalizar, em 1911, a Lei da Infância e da Juventude. Tal preocupação continuou com a Organização Tutelar de Menores, em 1962, texto que foi revisto em 1978 (Decreto-Lei 314/78, de 27 de Outubro) e que se manteve em vigor até final do ano 2000. (p. 67)

O acolhimento em instituição enquanto medida de promoção e proteção, integrada na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), deve ser sempre o último “apeadeiro” de uma viagem onde já foram esgotadas todas as possibilidades para que a criança se mantenha

no seu meio natural de vida. Acredita-se que o lugar certo de uma criança é o seu próprio lar, e só depois de esgotadas todas as possibilidades se pondera a possibilidade de um substituto ao seu lar de origem.

Perante a impossibilidade de concretizar o direito fundamental da criança (de crescer no seio de uma família) se pondera o acolhimento residencial que só deve ocorrer em última instância, sendo que só se justifica a sua institucionalização quando se verificar essa impossibilidade.

O acolhimento residencial de crianças e jovens transfere para as instituições as responsabilidades educativas ao nível jurídico, moral, social e escolar, as quais por norma são da responsabilidade dos seus progenitores ou representantes legais. Todos os cuidados devem ser prestados tendo em conta a idade da criança e do jovem, o seu género, origens sociais, percursos de vida e características individuais da sua personalidade.

Acreditamos que o fraco investimento na intervenção preventiva no seio das famílias que apresentam comportamentos de risco será uma das causas que levam ao recurso do acolhimento residencial, pois é a resposta imediata para “remediar” a problemática dos jovens.

Na perspetiva de Gomes (2010):

Ajudar as famílias a melhorar as suas competências parentais é ajudar as crianças que vivem no seio das mesmas, proporcionando-lhes condições potenciadoras de um bom desenvolvimento. A intervenção com as famílias baseia-se nos princípios do pensamento sistémico, nomeadamente: os membros da família estão relacionados uns com os outros, ou seja as ações e comportamentos de um dos membros influenciados pelos comportamentos de todos os outros. (pp. 58,59)

As Casas de Acolhimento Residencial, doravante CAR, constituem uma das respostas ao acolhimento previstas na LPCJP e destinam-se a acolher as crianças para quais se prevê um acolhimento institucional prolongado, ou seja, superior a 6 meses. As CAR destinam-se ao acolhimento de crianças e jovens em perigo com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos, podendo esta medida prolongar-se até aos 25 anos, desde que iniciado antes da maioridade e em conformidade com interesse e vontade manifestada por ambas as partes.

Pode referir-se que um dos grandes desafios no acolhimento é a forma de dar resposta às diversas necessidades das crianças e jovens que necessitam de ajuda imediata e de forma correta e adaptada à sua realidade. Daí que a importância dos serviços prestados seja de uma

grande diversidade de repostas que contemplem as suas problemáticas mais acentuadas e que precisam de ser intervencionadas. Com a evolução legislativa de concordância com a proteção de menores em perigo, passámos da criança objeto para a criança sujeito de direitos, para assim o interesse ser da sociedade em geral tendo em conta o seu desenvolvimento integral.

Quando se realiza o acolhimento, é preciso ter em conta o impacto emocional que a mudança produz e implica na criança/jovem. Torna-se mais do que necessário acompanhar a criança nas diversas fases da sua rotina e adaptação ajudando a integrar-se.

Desta forma, são variadas as medidas que dão resposta e que se podem encontrar para uma criança ou jovem em situação de perigo, salvaguardando que, como já mencionado, o acolhimento residencial deverá ser a última. Além do acolhimento residencial, é igualmente importante referir o acolhimento familiar, que é uma forma de substituição da família natural, ou seja, materializa-se em casas de acolhimento para resposta em situações de emergência e asseguram o acolhimento de forma transitória, proporcionando condições para a definição de Projeto de Vida e o seu adequado encaminhamento.

Nesta perspetiva, “a aplicação das medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e dos jovens em perigo é da competência exclusiva das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e dos Tribunais” (Gomes, 2010, p. 43).

Neste contexto, e acreditando que a missão dos profissionais que têm a função de se debater com o acolhimento de uma criança não se esgota sem que tudo tenha sido feito para reverter a situação de perigo e “devolver” a criança ao seu meio natural de vida, delineámos a pergunta de partida:

O reforço das equipas multidisciplinares é uma mais-valia para o trabalho feito com as famílias das crianças e jovens acolhidas em Casas de Acolhimento (CA), para assim se conseguir um retorno à família biológica de forma mais rápida e com as condições necessárias?

I.1 – Delimitação da abordagem, tempo, espaço

Este estudo incidirá no estudo das narrativas institucionais de casos analisados na IPSS Casa do Menino Jesus, narrativas essas que serão cruzadas com as perceções dos técnicos que exercem funções no concelho de Mirandela localizado no Nordeste de Portugal.

I.1.1 – A Casa do Menino Jesus

A Casa do Menino Jesus (CMJ) é uma IPSS, sem fins lucrativos e de utilidade pública inscrita no Centro Social Regional de Segurança Social, tendo a sua sede em Pereira – Mirandela e que se rege pela legislação em vigor, estando esta em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, Capítulo I, D.R., I Série, n.º 46 (Casa do Menino Jesus - Plano Anual de Atividades, 2015).

A mesma possui uma Casa de Acolhimento (CA), que acolhe crianças e jovens privadas do meio familiar, com idades compreendidas entre os 3 e os 24 anos, um Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) que dá resposta aos idosos da união de freguesias de Pereira, Navalho e Avidagos. (Cf. Figura 1¹)

A Instituição em estudo tem como missão a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens, a sua reintegração no seio familiar aquando da melhoria das condições socioeconómicas das famílias, bem como disponibilizar às crianças meios materiais e humanos que contribuam para a sua melhor e mais ampla valorização pessoal, social, moral e espiritual (Casa do Menino Jesus, 2015).

No presente momento, a Casa do Menino Jesus acolhe 34 jovens dos 4 anos aos 24 anos de idade (as quais não são apenas pertencentes ao distrito), abrangendo jovens e crianças de todo o país. Todas as crianças e jovens ali acolhidas estão integradas em equipamentos escolares e profissionais no concelho e fora do mesmo como forma de integração escolar e/ou profissional. Os jovens realizam atividades de acordo com o plano de atividades da IPSS, bem como os planos de atividade das escolas que frequentam.

O acolhimento residencial implica uma relação de pertença, participação e identidade a um grupo, sendo uma das mais-valias que a Instituição oferece às crianças e jovens. O encaminhamento das crianças constitui, desde logo, uma preocupação central no processo de acolhimento, mesmo quando é temporário.

Tendo em conta os objetivos gerais enunciados no Plano de Atividades 2015/2016 da CMJ, destacamos:

- Formar as crianças/jovens mediante o desenvolvimento harmónico, livre e original das suas qualidades, no plano individual, social e comunitário;
- Ajudar as crianças/jovens a fazer a síntese pessoal entre fé, cultura e vida;

¹ Organograma da Casa do Menino Jesus na Tabela 1- Anexo1.

- Promover a sua participação ativa na vida dos grupos;
- Despertar e motivar as crianças/jovens para a aceitação livre e serena dos valores;
- Proporcionar os meios necessários para um crescimento e amadurecimento na fé cristã;
- Favorecer o espírito de família na relação educativa, mediante a convivência entre animadores e crianças/jovens;
- Garantir através do recurso aos serviços de saúde local, os cuidados necessários a um bom nível de saúde, particularmente nos aspetos preventivos e de despiste de situações anómalas;
- Proporcionar uma alimentação saudável à idade, sendo salvaguardadas as situações em que necessite de alimentação especial;
- Criar as condições para a ocupação dos tempos livres, de acordo com os interesses e potencialidades de cada um, tendo em conta os recursos do meio; (Casa do Menino Jesus - Plano Anual de Atividades, 2015, pp. 4,5).

Apesar da sua capacidade para 56 crianças e jovens, a CA acolhe, neste momento, 34 crianças/jovens do sexo feminino e uma criança do sexo masculino, com diferentes faixas etárias, provenientes de todo o país e alguns naturais de outros países. O acolhimento destas crianças/jovens é determinado pela aplicação de uma medida de acolhimento residencial, segunda a LPCJP e pelas entidades competentes tais como: tribunal judicial ou pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em articulação com o Instituto de Segurança Social Distrital – Bragança (entidade responsável pela gestão de vagas).

As crianças e adolescentes, desprovidas de meio familiar a que consensualmente se apelida de “normal”, merecem o mesmo que se ambiciona para qualquer outra criança. Vítimas de erros, atos e omissões dos adultos por eles responsáveis, dos pais aos restantes elementos da família e da sociedade, têm percursos de vida difíceis, traumáticos e negativos.

Os motivos que levaram ao acolhimento remetem para uma multiplicidade de fatores que se associam a um ambiente socialmente instável, a condições de vida precárias, a novas formas de vivência e experimentação sexual, a manifestações de intolerância ou comportamentos desviantes. Desde a sua entrada na Instituição, procura-se valorizar os conhecimentos individuais de cada criança/jovem e de cada membro da equipa do CAR.

O organograma da IPSS relativo à resposta do CAR apresenta, como órgão principal, a Superiora Geral das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, responsável por dar seguimento aos casos que chegam para ser encaminhados aos restantes órgãos de

Direção: a diretora da IPSS e a Diretora Técnica/Serviços e Gestora do Departamento de Qualidade. Abaixo, como podemos verificar no organograma, abaixo da direção, encontram-se três equipas: a Equipa Educativa, a Equipa de Apoio e a Equipa Técnica.

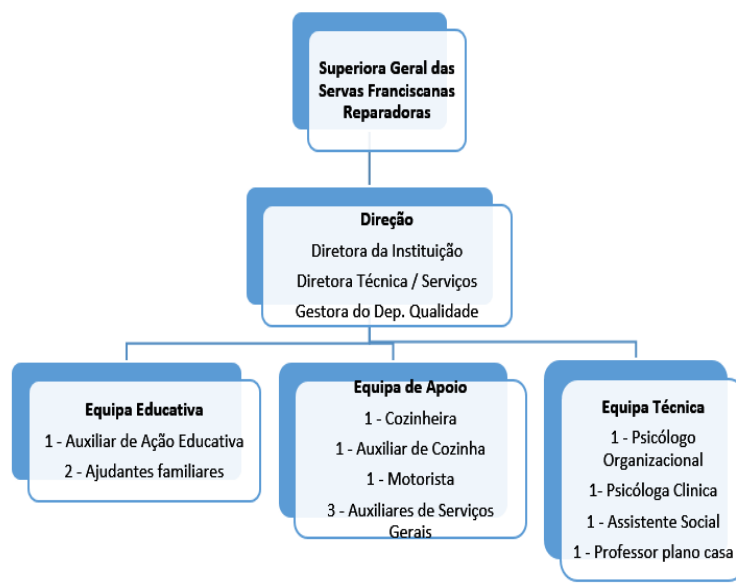


Figura 1 – Organograma do CA

Fonte: Departamento de Qualidade da CMJ – Pereira, 2010

Por fim, podemos ver as categorias profissionais, assim como a afetação dos recursos humanos no CA, informação resumida no quadro de pessoal de acordo com a situação atual da IPSS:

Tabela 1 – Caracterização dos recursos humanos do Centro de Acolhimento Residencial

N.º	CATEGORIA PROFISSIONAL	PERCENTAGEM DE AFECTAÇÃO	OBS.
1	Diretora	40%	
1	Psicóloga Clínica/Diretora Técnica	50%	
1	Técnica Superior de Serviço Social	100%	Plano SERE+
1	Psicólogo	100%	Plano SERE+
1	Ajudante Familiar	40%	
1	Ajudante Familiar	30%	
2	Auxiliares de Serviços Gerais	50%	
1	Auxiliar de Serviços Gerais	100%	
1	Cozinheira	30%	
1	Ajudante de Cozinha	50%	
1	Motorista	40%	
1	Professora	10%	

Fonte: Elaboração própria, 2017

I.2 – Enquadramento Geográfico

O concelho de Mirandela localiza-se no Nordeste de Portugal. Pertence ao distrito de Bragança e situa-se a norte dos concelhos de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor, a leste dos concelhos de Murça e Valpaços, a oeste do concelho de Macedo de Cavaleiros e a sul do concelho de Vinhais (Rede Social de Mirandela, 2013).



Figura 2 – Localização do Concelho

Fonte: Resíduos do Nordeste, EIM, 2018²

Segundo os dados dos censos provisórios (2011), o concelho apresenta uma área de 659 Km², (2010) com uma densidade populacional de 36, 2 habitantes por km², distribuídos por 30 juntas de freguesia, uma das quais com sede em Torre de Dona Chama e outra na cidade de Mirandela.

A evolução demográfica do concelho de Mirandela de 2001 para 2011 é marcada por dois fenómenos que se reforçam mutuamente: o declínio progressivo da população residente (não só na sede de concelho como em todas as juntas de freguesia), e o seu acentuado envelhecimento (Rede Social de Mirandela, 2013).

Tendo em conta a evolução da população por faixas etárias, depressa se verifica que ao mesmo tempo que um houve um decréscimo da população com menos de 15 anos de idade,

² Disponível em <http://www.residuosdonordeste.pt/concelhos/mirandela>

houve um aumento significativo da população com mais de 65 anos de idade, representando esta última 37% da população residente (Rede Social de Mirandela, 2013).

Esta evolução pode estar relacionada com fatores sociodemográficos nomeadamente alterações nos padrões de nupcialidade, a divorcialidade e a fecundidade e o aumento da esperança média de vida. No que diz respeito à dimensão das famílias, podemos afirmar que se observa uma predominância das famílias clássicas com 2 a 3 elementos, não havendo relevância ou expressão das famílias mais numerosas no contexto concelhio (Rede Social de Mirandela, 2013).

Se observarmos os índices de dependência total, verifica-se que em Mirandela, por cada 100 indivíduos em idade ativa, existem cerca de 60 indivíduos idosos e jovens. Por outro lado, o índice de dependência dos idosos (que pretende medir o quociente entre a população idosa mais de 65 anos de idade) e a população em idade ativa (dos 15 aos 64 anos de idade) revela que para cada 100 indivíduos em idade ativa existem cerca de 40 idosos. Tendo em conta o índice de dependência jovem, verifica-se que para 100 indivíduos em idade ativa existem cerca de 19 jovens (Rede Social de Mirandela, 2013).

Tendo em conta a população residente segundo o grau de instrução, podemos verificar que, de uma forma geral, estamos perante uma população com graus de habilitação baixos.

No que concerne à taxa de analfabetismo, embora a mesma tenha baixado de 2001 para 2011, a verdade é que esta se encontra, ainda, acima da média nacional. Verifica-se, ainda, que esta é mais elevada no sexo feminino em detrimento do masculino. A informação relatada pode ser verificada na tabela apresentada:

Tabela 2 – Quadro do resumo da situação da população por escolaridade

População Residente	NUT III – Alto –		
	Portugal	Trás-os-Montes	Mirandela
N °	10 561614	204381	23 850
Sem o 4º Ano	19 %	23%	22%
Sem o 6º Ano	45%	54%	50%
Sem o 9º Ano	58%	66%	63%
Sem o 12º ano	74%	79%	77%
Sem Ensino Superior	88%	91%	90%

Fonte: INE – Censos provisórios – 2011. INE, PORDATA.

Na área de Infância e Juventude, existem duas repostas sociais: o Centro de Acolhimento Temporário e Lares de Crianças e Juventude para crianças do sexo feminino a Casa do Menino Jesus de Pereira, destinada a crianças e jovens do sexo masculino no Centro Social e Paroquial São João Bosco. Os lares de crianças e jovens são uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção (Rede Social de Mirandela, 2013).

Tabela 3 – N.º de utentes por Instituição no concelho de Mirandela na área de Infância e Juventude em situação de perigo

Respostas Sociais	Nº DE UTENTES		
	Casa do Menino Jesus	Centro Social e Paroquial S. João	Raio de Sol
CAT			14
Lar de Infância e Juventude	41	29	

Fonte: Sistema Local de Informação Social de Mirandela, maio de 2012

I.3 – Justificação da escolha

A escolha do tema relacionado com crianças e jovens com que iniciámos a investigação deveu-se ao facto de existir um interesse de investigar na área de infância e juventude. Esta motivação teve início no percurso escolar aquando da formação inicial tivemos a pretensão de trabalhar com crianças/jovens, numa perspetiva de conseguir ensinar e apoiar no seu percurso escolar.

Inicialmente, como já referido, a área do ensino era a nossa ambição, mas foi necessário procurar outras possibilidades de emprego, nunca deixando esmorecer a vontade de ensinar, nomeadamente a alunos do primeiro ciclo. Desta forma, foi alcançado um estágio profissional num lar de infância e juventude, agora designado de CA. Inicialmente, o papel nesta IPSS foi de professora de apoio às crianças/jovens que ali se encontravam acolhidas e até mesmo dos jovens da freguesia que também tinham a possibilidade de frequentar a mesma sala. No término do estágio, houve a possibilidade de continuar o trabalho no mesmo local. Este tempo foi primordial para a perceção do que é uma CA, o papel dos técnicos intervenientes no dia-a-dia destas crianças / jovens acolhidas.

Por conseguinte, foi necessário aprofundar os conhecimentos no que respeita ao trabalho e ao papel desenvolvido por esses mesmos técnicos, o que levou a um desenvolvimento de mais conhecimento teórico para se conseguir intervir de forma mais profissional e assim realizar intervenções mais adequadas com a população com que se interage e perceber o tanto que se pode fazer, não só no âmbito do ensino, mas também na área social, saúde, formação, cívica e emocional.

Por estas razões, foi dado seguimento aos estudos, inicialmente na área de Educação Social, a qual nos levou à abertura de novos horizontes e perceber melhor o que se faz num CA, as competências que são necessárias e todas as técnicas de intervenção que são necessárias. Apesar de o ensino/educação continuar como primordial e de grande interesse, a área social começava a ter mais importância e valor, o contacto com as crianças/jovens era diário e prosseguimos com a vontade de perceber as suas realidades e tudo o que as preocupava, nomeadamente através das reuniões da equipa técnica, nas quais eram delineadas estratégias para a intervenção com as mesmas. O interesse na área da infância e juventude não parava de evoluir e de aumentar a sua relevância. Consequentemente, aumentava, igualmente, o interesse pelo “destino” das crianças/jovens acolhidas e, desde logo, nos apercebemos que seria necessário repensar e agilizar um reforço nas competências dos técnicos ou seja das equipas multidisciplinares para haver um ajuste nas intervenções com as famílias e assim possibilitar um regresso às suas famílias mais rápido e com mais segurança.

Assim, para garantir a progressão dos conhecimentos, e que os mesmos fossem ao encontro desta realidade, houve a necessidade de se aprofundar mais o conhecimento na área social, o que perseguimos através da frequência do ciclo de estudos em Serviço Social. Com este novo percurso, a vida profissional seguiu por novos horizontes, o trabalho com idosos, havendo uma afetação aos serviços de centro de dia e serviço de apoio domiciliário.

Apesar do afastamento na intervenção com crianças e jovens, nunca se perdeu a vontade e nunca se desistiu da aprendizagem de novas estratégias e novas ferramentas para um dia se colocar em prática e ser facilitado todo o percurso dentro e fora da IPSS. Dessa forma, o novo percurso escolar e tendo em conta que o estágio curricular teve lugar num CA, onde houve um enriquecimento de novas ferramentas, possibilitou uma noção mais clara e mais precisa do trabalho realmente feito e no decorrer desses meses de contacto direto na função de técnica, havendo intervenção e a realização do papel de assistente social, tivemos igualmente uma noção mais precisa com a realidade das famílias das jovens, que por falta

de meios a todos os níveis não se consegue realizar o que se pretende o que se reflete, muitas vezes, num grande “desgosto” para quem faz tudo, mas que por constrangimentos do dia-a-dia se vê impossibilitado de fazer mais.

Depois do término do curso, houve o regresso ao ensino através do apoio ao estudo das crianças e jovens acolhidas. Como sabemos, não é um universo estável, estas entram e saem, e por vezes voltam a entrar pois não correu como se pretendia e o trabalho anteriormente feito tem que ser ajustado para que a sua nova entrada lhe dê novas esperanças e novas perspectivas de melhoria de vida, mesmo que seja trabalhar para a sua autonomia.

Trabalhar todos os dias com crianças e jovens acolhidas é um grande desafio que dá tristezas e alegrias, deceções e emoções fortes. Quando se conseguem alcançar os objetivos propostos, nem que, aparentemente o resultado possa parecer algo insignificante, para as crianças e para os técnicos é, ao contrário, uma grande vitória.

Este tema evidencia preocupações, uma vez que o acolhimento residencial surge como forma de colmatar e de dar resposta ao problema, criando estratégias para que estas situações sejam mudadas. Desta forma, foi necessário focarmo-nos numa intervenção pensada, estruturada, para que se possa trabalhar com e para as crianças e jovens, de forma a conseguirmos responder com uma melhor intervenção, conciliando o nível prático com o nível teórico.

Esta investigação visa espelhar um esforço que consiga dar mais diretrizes para que se consiga melhorar o dia-a-dia das crianças e jovens, apoiar as famílias com novas estratégias possibilitando um regresso seguro, estável e tranquilo para todos os elementos do agregado familiar. O lugar das crianças e jovens, sempre que possível, é junto dos seus pais e ou representantes legais e tendo sido este o mote que justificou a escolha deste tema, uma ajuda para que ele seja concretizado é, por si só, um objetivo já alcançado.

I.4 – Objetivos

Com base no tema acima enunciado e na pergunta de partida, os objetivos gerais e específicos para esta investigação são os seguintes:

1 – Analisar o enquadramento da problemática das crianças/jovens acolhidas em Casas de Acolhimento Residencial (CAR):

- Identificar as Políticas Sociais Europeias e Nacionais que enquadram a problemática;

- Verificar o Enquadramento Legal das Crianças/Jovens em Perigo em Portugal;
- Identificar os dados estatísticos nacionais relativos à problemática.

2 – Conhecer as especificidades regionais das Crianças/Jovens em Perigo:

- Caraterizar a Situação Sociodemográfica;
- Conhecer a realidade do distrito de Bragança;
- Refletir criticamente acerca dos dados recolhidos.

3 – Desenvolver uma proposta de reforço das competências e atividades nas equipas multidisciplinares das CA para promover a integração das famílias no processo para um retorno mais rápido ao seu meio natural de vida:

- Analisar dados;
- Analisar a capacidade de resposta das equipas multidisciplinares;
- Desenhar uma proposta inovadora de melhoria das atividades que possam ser desenvolvidas.

A presente investigação consiste num trabalho a ser realizado com famílias multiproblemáticas que tenham filhos acolhidos em CA de forma a identificar, caraterizar e analisar o seu contexto familiar e, com isso, lançar diretrizes importantes para que seja possível o seu retorno ao seu meio natural de vida.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

Em Portugal, no decorrer dos tempos, desenvolveram-se vários estudos sobre a problemática de crianças e jovens acolhidas em CA, e como o número de acolhimento residencial é bastante elevado de jovens com medida de promoção e proteção em acolhimento institucional, a Segurança Social tem-se debruçado em formas de intervir para reduzir estes valores, para assim ocorrer a desinstitucionalização de todos os que estão institucionalizados. Desta forma, para se evitar ou diminuir o tempo de acolhimento, é importante referir que uma das propostas da Segurança Social, presente no despacho n.º 8393, de Maio de 2007, foi a criação do plano DOM (Desafios, Oportunidades e Mudanças), que foi implementado nos Lares de Infância e Juventude como um reforço das equipas existentes, ou até mesmo nas casas onde a equipa era de reduzido número ou mesmo inexistente, o que permitiu um reforço nas equipas multidisciplinares e um fortalecimento nas competências técnicas dos recursos humanos da IPSS.

De acordo com a informação disponibilizada no sítio da segurança social relativo ao plano DOM, este:

Prevê a aplicação de duas medidas, que têm por objetivo a qualificação dos lares, dotando-os de técnicos capacitados para uma intervenção consistente e de qualidade centrada no superior interesse da criança ou jovem. (Instituto da Segurança Social, IP, 2012)

Todo este trabalho tem que ter continuidade e precisa de acompanhamento para se verificar a sua legitimidade e prática das funções desempenhadas nos CAR. Assim, e ainda de acordo com a informação da Segurança Social, este mesmo plano previa que:

Toda a intervenção destas equipas está a ser acompanhada tecnicamente pelas equipas DOM dos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social que, por sua vez, são coadjuvados na sua ação pelo acompanhamento e apoio da Equipa Central DOM, que no departamento de Desenvolvimento Social – Serviços Centrais, assume a coordenação do Plano. (Instituto da Segurança Social, IP, 2012)

Este plano foi posteriormente reajustado tendo agora a denominação de SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS) que faz uma intervenção integrada, visando incentivar a melhoria da promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas em CA. Esta melhoria refere-se à definição e concretização, em tempo útil, de um

projeto de vida que promova a sua desinstitucionalização, de acordo com a Lei 147/99 de 1 de setembro, alterada pela Lei 142 de 8 de setembro de 2015, referido no artigo 54º que prevê a existência de uma equipa multidisciplinar, que de entre outras competências, é responsável pelo diagnóstico da situação da criança/jovem e a definição e execução do seu projeto de vida.

Tendo em conta o Despacho n.º 9016/2012:

1 – A criação do Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS) de âmbito nacional, que tem como objetivo principal a implementação de medidas de especialização da rede de Lares de Infância e Juventude, impulsionadoras de uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, para que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança resultar a sua desinstitucionalização. (...)

3 – Sem prejuízo da participação da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, e dos contributos da Confederação das Instituições de Solidariedade Social, da União das Misericórdias Portuguesas e da União das Mutualidades, cabe ao Instituto de Segurança Social, I.P., a conceptualização do Plano SERE + e respetiva regulamentação que definirá os princípios, as regras e os procedimentos a que a execução do mesmo deverá obedecer, bem como a sua execução e avaliação, em três modelos de intervenção especializada de lares de infância e juventude. (Diário da República, 2012)

A par das iniciativas anteriormente mencionadas pela Segurança Social, o Plano DOM e o Plano SERE+, entre os anos de 2012 e 2015, esteve ainda em execução o Projeto “O Trilho” pela Associação de Solidariedade Social Via Nova de Vila Real. Este projeto vem ao encontro da investigação que se pretende realizar como mencionado na obra Família (s) - Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição.

Trilho nasceu do pressuposto de que fosse feito um trabalho continuado, metodologicamente sustentado e tecnicamente apoiado em soluções de proximidade com as famílias – ou pelo menos com algumas delas – cujos filhos ou educandos se encontravam em acolhimento institucional, seria possível criar condições necessárias para estas crianças e jovens crescessem junto dos pais e familiares próximos (...) as crianças e jovens idealizam a sua família e não deixam de sonhar com o dia de regresso a casa. (Costa, Martins, Bento, & Henriques, 2015, p. 16)

Na esteira defendida pelos autores, é necessário apetrechar as casas com ferramentas úteis para este trabalho ser feito, criando oportunidades para o seu regresso num trabalho intenso e dedicado às famílias das mesmas. Há necessidade de partilha de informação entre as diversas equipas multidisciplinares para se ir mais além, criando condições e construindo ferramentas para esta intervenção ser possível.

II.1 – Estado da arte

A proteção social, no que respeita a crianças e jovens, tem vindo a sofrer diversas mudanças numa lógica de melhoria e promoção dos direitos das crianças, tendo em conta as mais vulneráveis. Desta forma, é primordial referir a primeira reforma legislativa, vertida na Lei n.º 147/99 de 1 de setembro e alterada pela Lei 142/2015 de 8 de setembro. A intervenção do Estado, em relação às políticas sociais existentes, visa, primordialmente, a proteção das crianças embora os pressupostos e aplicação sejam refletidos e alterados consoante novos contributos chegam dos mais variados quadrantes o que conduz a algumas alterações e motivações. Portugal “foi um dos primeiros países a adotar leis específicas para menores de idade, apenas a partir de 1974 começaram a verificar-se progressos nas políticas de infância” (Tomás & Fonseca, 2004, p. 384).

A lei acima mencionada respeita, claro está, todos os princípios consagrados na Convenção dos Direitos da Criança. A reforma dos direitos inerentes às crianças em Portugal, em 1999, através da convenção dos direitos da criança, teve um maior impacto na sua intervenção e reforçou a dimensão social de proteção à criança através da mesma lei que estabelece o enquadramento jurídico das Comissões de Proteção de crianças e jovens em Perigo (Ferreira, 2011).

O mesmo autor atesta que com a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança reconhecendo à criança o estatuto de sujeito de direitos e, na atualidade, o estatuto de cidadão, também designada a cidadania da infância, há um reforço na dimensão social de proteção a quem está em perigo (Ferreira, 2011).

Consequentemente, o superior interesse da criança assume um lugar de destaque nas políticas de proteção à infância, tendo como diretrizes:

Defender o interesse superior da criança e seus direitos; orientação da criança e evolução das suas capacidades; sobrevivência e desenvolvimento; proteção da identidade; liberdade de expressão; proteção da vida privada; proteção contra maus-tratos e negligência; a adoção; educação; trabalho das crianças; consumo e tráfico de drogas; exploração sexual, etc. (Ferreira, 2011, pp. 127,128)

A Convenção dos Direitos das Crianças é o ponto máximo da criação de medidas em prol da defesa dos direitos da criança. É importante ressaltar o n.º1 do art.º 2.º da Convenção dos Direitos da Crianças (CVC), que citamos:

Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição sem discriminar alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação. (Portugal, 1990, p. 6)

Cabe-nos, ainda, referir e destacar a missão das Comissões de Proteção de Menores, atualmente designadas de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), destacando que as Comissões têm como objetivo primordial o apoio junto das crianças e jovens em perigo, sem a necessidade evidente de uma intervenção judicial por parte dos tribunais com competência na matéria (Tomás & Fonseca, 2004).

No contexto das comissões e das diretrizes que acompanham o seu trabalho na área social de prevenção primária as quais as regulam e determinam os passos a serem seguidos, Loulé (2010) menciona:

A prevenção primária do risco, no sentido indicado, está incluída nas competências das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, na sua modalidade alargada, na medida em que as suas atribuições de prevenção primária do perigo não podem deixar de implicar a sua intervenção o mais possível, a montante. (Loulé, 2010, p. 32)

É necessário reforçar que a ação das CPCJ é diagnosticar necessidades das crianças e jovens e respetiva família, para um trabalho mais assertivo na sua intervenção. Este trabalho teve o seu início em 1998 com a criação da CPCJ, e em 1999 com a criação da Lei de Protecção de Crianças e Jovens, de forma a garantir o bem-estar e desenvolvimento integral.

No entanto, quando nos reportamos ao tema crianças e jovens, não nos podemos cingir a nível nacional, pois muito trabalho e apoio tem resultado de projetos e intervenções a nível Europeu. Nesta perspetiva, “a intervenção, associada a diretrizes internacionais/europeias, é hoje orientada pelos seguintes princípios: igualdade de oportunidades, cidadania, responsabilidade, participação, integração, multidimensionalidade e intervenção local” (Santos, 2010, p. 5).

Valle & Zurita (2000), citados por Maria Manuela Calheiros (2007), referem que “a jusante da intervenção das Comissões de Protecção de Crianças e jovens, outra área do Sistema de Protecção – o acolhimento institucional – tem vindo a ser alvo de avaliação e discussão na Europa” (p. 34).

As políticas sociais são um fenómeno Europeu e, nesta base está o reconhecimento da existência de necessidades a nível humano e do direito que lhe está inerente, o direito de satisfação (Loulé, 2010). Nas palavras da autora citada anteriormente, “só assim podemos implementar uma cidadania ativa baseada no dever da solidariedade, mas também inculcar um espírito de obrigação por parte do estado” (Loulé, 2010, p. 67).

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, criança é qualquer ser humano com menos de 18 anos. O tratado de Lisboa introduziu na União Europeia (UE) a promoção dos direitos da criança e a carta dos direitos fundamentais que garante a proteção dos direitos que lhe estão inerentes.

Voltando a nossa atenção para a informação existente no documento da Comissão Europeia, Compreender Políticas da União Europeia – Emprego e assuntos sociais, podemos frisar e citar o item relacionado com a proteção social, que nos diz:

Os sistemas de proteção social dos países da UE foram criados para gerir os riscos relacionados com o desemprego, problemas de saúde, invalidez, situações familiares difíceis, velhice, etc. Embora os Estados – Membros sejam responsáveis pela organização e pelo financiamento dos respetivos regimes de proteção social, a UE desempenha um papel importante de coordenação dos sistemas nacionais de segurança social com vista a facilitar, nomeadamente, a mobilidade entre os países da UE. (Comissão Europeia, 2013, p. 5)

A aprovação pela Comissão Europeia, em junho de 2010, da “Estratégia 2020”, muito significou nestas linhas de orientação, no que respeita à proteção social e a tudo o que lhe está inerente. Incluída no campo da inclusão social, dando um grande avanço na definição da política social, a inclusão social é um indicador presente para designar o risco e a pobreza e a exclusão social (Santos, 2016).

As sociedades atuais justificam a relevância de reforçar o papel da inclusão social no programa estratégico da EU e, por isso, é criado o Método Aberto Coordenado (MAC), o qual tem como linhas orientadoras a preparação do PNAI, documento que visa colocar em prática as políticas inclusivas e de combate à pobreza e à exclusão social (Almendra, 2011).

II.2 – Enquadramento legal das crianças e jovens em perigo em Portugal

Atualmente em Portugal, segundo a alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei 147/99 de 1 de setembro, definem-se e organizam-se as

diretivas de atuação em situação de risco da criança. A promoção dos direitos e proteção das crianças e dos jovens em perigo está consagrada nesta lei e pauta a sua intervenção por princípios que salvaguardam o bem-estar biopsicossocial. Assim, a intervenção deve atender ao interesse superior da criança e de acordo com a LPCJP, especificam-se os princípios orientadores da mesma intervenção:

Interesse superior da criança e do jovem - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;

Privacidade - a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;

Intervenção precoce - a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida;

Intervenção mínima - a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo;

Proporcionalidade e actualidade - a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;

Responsabilidade parental - a intervenção deve ser efectuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;

Prevalência da família - na promoção de direitos e na protecção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a sua adopção;

Obrigatoriedade da informação - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;

Audição obrigatória e participação - a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e de protecção;

Subsidiariedade - a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais. (Portugal, 1999, p. art.º 4)

A criança é uma parte fundamental de uma família seja qual for a sua natureza, pois esta proporciona-lhe as condições básicas para o seu desenvolvimento, no que diz respeito à sua alimentação, estimulação e o afeto.

Perante as dificuldades parentais, a alternativa para estas crianças, muitas vezes, é a institucionalização, mais concretamente, o acolhimento em instituição enquanto medida de promoção e proteção, integrada na LPCJP (Portugal, 1999).

A LPCJP considera que uma criança está em risco quando se encontra em situações de abandono, maus-tratos (físicos, psicológicos e sexuais), falta de cuidados ou afetividade, trabalho infantil ou quando é submetida a comportamentos que colocam em causa a sua segurança ou equilíbrio emocional. Os agentes responsáveis pela situação de risco podem ser os pais ou representante legal, quando colocam em perigo a segurança, a saúde, a formação, a educação ou o desenvolvimento da criança ou do jovem, a própria criança/jovem ou terceiros (Portugal, 1999, p. art.º 2.º e 3.º).

Podemos constatar, através da evolução legislativa relativa à proteção de menores em perigo, que há a uma evolução do conceito da criança objeto para criança sujeito de direitos, passando a proteção da criança a ser considerada interesse não só da família, mas da sociedade em geral com vista ao seu desenvolvimento integral.

Desta forma, a LPCJP veio introduzir mudanças no sistema de acolhimento existente, concretizando as formas de exercício do dever do Estado na proteção das crianças e dos jovens em perigo e na promoção dos respetivos direitos. Pretende-se salvaguardar os direitos das crianças, cujos pais ou responsáveis pelas suas atitudes e/ou comportamentos comprometem a sua saúde, o seu desenvolvimento emocional a sua educação e não conseguem protegê-las dos perigos provocados por terceiros, pelas próprias crianças ou pelos jovens, afastando-os do perigo.

A LPCJP estabeleceu o princípio da subsidiariedade, dispondo que a intervenção deve ser feita através de uma das seguintes três vias: pelas entidades públicas ou privadas com atribuições em matéria de infância e juventude, pelas CPCJ ou, ainda, pelos tribunais. Esta última via só intervém quando a intervenção das CPCJ não possa ter lugar por falta de consentimento dos pais ou representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem ou por não dispor dos meios a aplicar ou executar a medida adequada (Magalhães, 2002).

Como mencionado, a fase que tem que se realizar, de seguida, é o acolhimento da criança / jovem em uma CA que esteja adequada às suas necessidades e problemáticas para que se consiga inserir sem grandes dificuldades, de preferência perto da sua área de residência, pois, desta forma, o trabalho com as famílias estará, à partida, mais facilitado.

Assim, podemos definir acolhimento, de acordo com a Lei 147/99 de 1 de setembro, segundo alteração da Lei 142/2015, de 8 de setembro, como a:

Colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, de equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. (Portugal, 1999, p. art.º 49.º)

Este acolhimento facilita e tem como finalidade a proteção das crianças/jovens que nem sempre tiveram os seus direitos defendidos. Quem detinha esse direito eram os pais, mas foram, contudo, surgindo algumas mudanças nesse sentido para que sempre que as crianças/jovens não tivessem no ambiente familiar mais favorável se pudesse fazer algo, para o alterar. Assim na LPCJP, no artigo 3.º legitimidade da intervenção são introduzidas duas novas alíneas que dão significado ao facto de a criança também estar em risco quando está ao cuidado de terceiros; no artigo 4.º princípio orientador da intervenção houve a clarificação do interesse superior da criança e do jovem e da prevalência na família e a criação de um novo princípio – o do primado da continuidade das relações psicológicas profundas. No artigo 5.º, o conceito de situação de urgência é substituído pelo conceito de situação de emergência. Foi, ainda, acrescentado à definição de entidade o termo “com competência em matéria de infância e juventude”. No que se refere à intervenção de entidades com competência em matéria de infância e juventude, o artigo 7.º passa a ter cinco números, o que significa que foi clarificada e objetivada a sua intervenção:

Dever de promover ações de prevenção primária e secundária, definindo planos de ação local para a infância e juventude;

Dever de promover e integrar parcerias de promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem;

Deveres para a concretização das suas atribuições

Elaboração e manutenção de um registo atualizado, do qual conste a descrição sumária das diligências efetuadas e respetivos resultados” (Portugal, 1999, p. art.º 7.º)

Nesta abordagem na alteração da lei, é importante nos cingirmos ao que se refere ao acolhimento residencial, nomeadamente o artigo 49.º que se pode considerar como um artigo novo na lei, dado que as suas especificidades são novas.

1 – A medida de acolhimento residencial consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e

recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados.

2 – O acolhimento residência tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral. (Portugal, 1999, p. art.º 49.º)

No seguimento, os artigos 50.º e 51.º também sofreram alterações. No que respeita ao artigo 51.º, o mesmo é importante para se perceberem as modalidades de integração das crianças/jovens e a forma como a mesma é selecionada pelos técnicos competentes para o acolhimento. Assim, o artigo 51.º diz-nos que:

1 - No que respeita à integração no acolhimento, a medida de acolhimento residencial é planeada ou, nas situações de emergência, urgente.

2 - A integração planeada pressupõe a preparação da integração na casa de acolhimento, mediante troca de informação relevante entre a entidade que aplica a medida, a entidade responsável pela gestão das vagas em acolhimento e a instituição responsável pelo acolhimento, tendo em vista a melhor proteção e promoção dos direitos da criança ou jovem a acolher e incide, designadamente, sobre:

- a) A avaliação do plano de intervenção executado em meio natural de vida, nos casos aplicáveis;
- b) A situação de perigo que determina a aplicação da medida;
- c) As necessidades específicas da criança ou jovem a acolher;
- d) Os recursos e características da intervenção que se revelem necessários, a disponibilizar pela instituição de acolhimento.

3 - A intervenção planeada pressupõe ainda a preparação informada da criança ou jovem e, sempre que possível, da respetiva família.

4 - A integração urgente em casa de acolhimento é determinada pela necessidade de proteção da criança quando ocorra situação de emergência nos termos previstos na alínea c) do artigo 5.º e prescinde da planificação a que se reporta o número anterior, regendo-se por modelo procedimental especificamente direcionado para a proteção na crise.

5 - Nos casos referidos no número anterior, a integração tem lugar preferencialmente em unidade especializada de acolhimento de emergência, integrada em casa de acolhimento de crianças e jovens, a indicar pela entidade gestora das vagas em acolhimento. (Portugal, 1999, p. art.º 51.º)

Os artigos 53.º, 54.º e 57.º também sofreram alterações significativas, podendo-se mesmo referir que os mesmos são novas formas de perceber a lei que estava anteriormente prevista.

No artigo 58.º Direitos da criança e do jovem em acolhimento, foram acrescentados 4 direitos novos:

- 1 - [...]:
- a) [...];
 - b) [...];
 - c) [...];
 - d) Ser ouvido e participar ativamente, em função do seu grau de discernimento, em todos os assuntos do seu interesse, que incluem os respeitantes à definição e execução do seu projeto de promoção e proteção e ao funcionamento da instituição;
 - e) [anterior alínea d)];
 - f) [anterior alínea e)];
 - g) Não ser transferido da casa de acolhimento, salvo quando essa decisão corresponda ao seu superior interesse;
 - h) [anterior alínea g)];
 - i) Ser acolhido, sempre que possível, em casa de acolhimento próxima do seu contexto familiar e social de origem, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar;
 - j) Não ser separado de outros irmãos acolhidos, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar.
- 2 - Os direitos referidos no número anterior constam necessariamente do regulamento interno das casas de acolhimento. (Portugal, 1999, p. art.º 58.º)

Depois desta abordagem relativa às alterações da LPCJP, verificou-se que a mesma foi modificada na grande maioria dos seus artigos, sendo que alguns artigos que foram alterados na íntegra. Sendo a investigação direcionada para o acolhimento residencial, só nos reportámos às mudanças feitas no que diz respeito a esse assunto.

II.3 – Dados estatísticos nacionais relativos à problemática

Os CAR constituem uma das respostas ao acolhimento previstas na LPCJP e, como já referido, a sua intenção é acolher as crianças para as quais se prevê um acolhimento institucional prolongado, ou seja, superior a 6 meses. O acolhimento é feito de acordo com as problemáticas que as crianças/jovens apresentam.

No gráfico que se segue independentemente da problemática apresentada, todos têm direito a um acolhimento abrangidas pela LPCJP, e, conseqüentemente, com o direito a serem protegidas por um tipo de acolhimento que vá ao encontro das suas necessidades, no âmbito das Instituições de acolhimento definidas no mesmo diploma legal (Casa - Instituto da Segurança Social I.P, 2014).

O CAR destina-se ao acolhimento de crianças e jovens em perigo com idades compreendidas entre os 0 e os 18 anos. Esta medida pode prolongar-se até aos 21 anos de idade, desde que iniciado antes da maioridade e em conformidade com interesse e vontade manifestada pela jovem. Como referido, o acolhimento é cada vez mais tardio o que não facilita o trabalho dos técnicos (Casa - Instituto da Segurança Social I.P, 2014).

Conforme se pode verificar no gráfico seguinte, relativamente ao número e às idades das crianças e jovens que se encontram acolhidos em CAR, ou Famílias de Acolhimento localizadas em um distrito diferente daquele em que reside o seu agregado familiar de referência, é visível o realce na faixa etária dos 15/17 anos (Casa - Instituto da Segurança Social I.P, 2014).

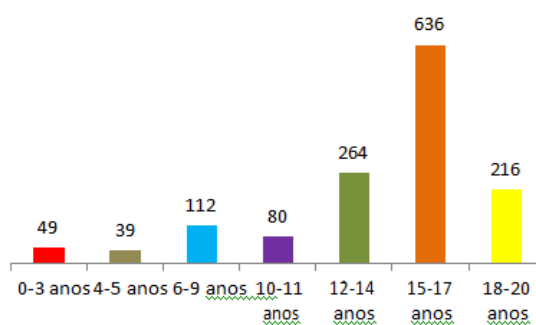


Figura 3 – Crianças e jovens em situação de acolhimento, de acordo com a idade de acolhimento³

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P, 2015

Como se pode verificar através da figura 6, há distritos que, simultaneamente, acolhem crianças e jovens cujos agregados familiares de referência estão noutra distrito e que colocam crianças e jovens em distritos longe dos seus agregados familiares de referência. Esta situação ocorre com mais frequência nos Distritos de Lisboa, Setúbal, Porto, Santarém e Aveiro (Casa - Instituto da Segurança Social I.P, 2014).

³ N= 8.470 crianças e jovens.

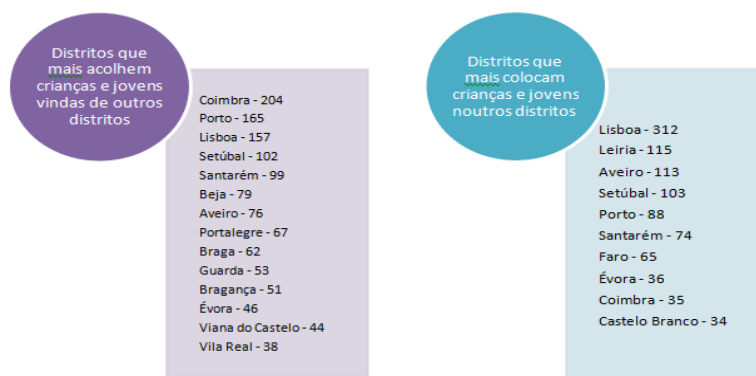


Figura 4 – Distritos que mais acolhem e colocam crianças e jovens em distritos diferentes do seu agregado familiar ⁴

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P, 2015

Os CAR garantem o alojamento e a satisfação de um conjunto de necessidades básicas das crianças e jovens. Contudo, também procuram garantir o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos jovens institucionalizados (Casa do Menino Jesus, 2016). A aplicação destas medidas deve estar centrada na criança ou jovem, devendo a Instituição assumir-se com a estrutura familiar, com intervenção centrada no/na menor, de forma individualizada, com vista a uma plena integração na sociedade.

O constante aumento de adolescentes, verificado nos últimos nos anos, exige cada vez mais, uma intervenção diferenciada por parte das respostas de acolhimento, baseada em modelos de intervenção terapêuticos e contentores, capazes de fazerem toda a diferença na vida destes jovens, prestando especial atenção às suas fragilidades emocionais e invertendo assim o ciclo de desproteção que muitas vezes lhes é oferecido (Casa - Instituto da Segurança Social I.P, 2014).

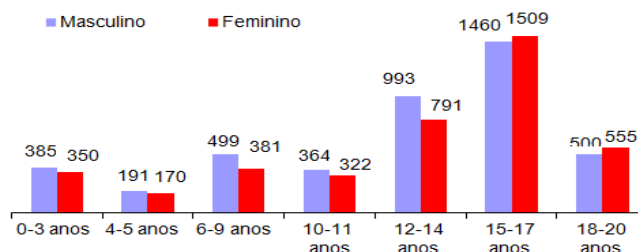


Figura 5 – Crianças e jovens em situação de acolhimento por sexo e escalões etários ⁵

Fonte: Instituto da Segurança Social, I.P, 2015

⁴ N= 1396

⁵ N= 8470 crianças e jovens.

Desta forma, o acolhimento prevê, à partida, a sua saída o mais rápido que for possível. Assim, numa perspetiva visível na CASA da Segurança Social, os acolhimentos comportam, na sua maioria, jovens de faixas etárias entre os 15 e os 17 anos, o que dificulta a intervenção, tendo em conta as suas idades, como se verifica no gráfico em cima.

II.4 – Conceitos

II.4.1 – Economia social

A economia social pode verificar-se como uma das áreas mais recentes das Ciências Sociais. Podemos definir as organizações associadas à economia social como um grupo de empresas e instituições que, para além da sua situação jurídica e diversidade de funções, estão ligadas através de uma ética comum assente na solidariedade e na prestação de serviços aos seus clientes. (Gavino, 2014)

Em Portugal, as organizações de economia social têm assumido uma função relevante ao nível da coesão social, através do combate a diferentes formas de exclusão social e através do incentivo à criação de emprego melhorando assim as condições de empregabilidade. As Organizações da Economia Social não são de cariz lucrativo, não têm como finalidade a obtenção do lucro, mas sim a resolução de problemáticas.

Apesar de terem receitas próprias que são obtidas pela prestação dos seus serviços, em geral o seu financiamento assenta fortemente no apoio de entidades privadas e do Estado através dos subsídios concedidos, na medida em que é reconhecido a importância da sua intervenção (Gavino, 2014).

Do conceito de economia social, emerge um outro de vital importância e altamente relacionado. Referimo-nos, então, ao conceito de sustentabilidade. A sustentabilidade das IPSS é uma temática muito abrangente e que preocupa na atualidade a maioria de quem tem quem as gerir. A sustentabilidade financeira, de acordo com a viabilidade económica, pressupõe a análise dos indicadores financeiros, que se interpretem os resultados e se identifiquem o conjunto de soluções possíveis para o crescimento dos resultados nas Instituições (Neves, 2014).

Como é de conhecimento, as IPSS dependem financeiramente do estado, daí o estudo sobre a sustentabilidade das IPSS ser um estudo em enfoque na atualidade, sendo necessário que

se na inovação das novas respostas através de uma gestão financeira controlada e equilibrada (Neves, 2014).

II.4.2 – Crianças e jovens

Fazendo uma análise histórica, só na década de 60 é que se começou a manifestar interesse científico por esta área. Até à década de 70, a preocupação apenas incidia no mau trato físico, e na década de 80 começa-se a dar relevância ao mau trato psicológico e à negligência.

Não há uma definição certa e objetiva do termo dos maus tratos, pois o conceito varia consoante a situação em que estão envolvidos.

Os maus tratos à criança começam a ser reconhecidos como um dos maiores problemas sociais dos dias de hoje. Mas não podemos esquecer que os maus tratos infligidos às crianças não são alvo de reflexão exclusivo do momento atual.

A proteção à criança é já referida na Declaração de Genebra sobre os direitos da criança – aprovada pela sociedade das Nações em 1924. A variação cultural que existe ao nível das crenças e práticas educativas evidencia bem a não existência de normas universais sobre as quais os cuidados que se deve ter com crianças ou sobre o que pode constituir mau trato ou negligência.

De acordo com Magalhães (2002), as vítimas de maus-tratos, de uma forma geral, podem apresentar consequências cognitivas, afetivas, comportamentais e psiquiátricas. No entanto, é de extrema complexidade estabelecer uma analogia entre o tipo de maus tratos e as suas consequências, pois frequentemente incluem maus-tratos emocionais, que são de difícil diagnóstico (Magalhães, 2002).

As crianças/jovens que estão nas instituições são, na esmagadora maioria, vítimas de qualquer tipo de mau trato, tendo este sido definido como “qualquer forma de tratamento físico e/ou emocional, não acidental e inadequado resultante de disfunções e/ou carências nas relações entre crianças/jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e/ou poder” (Magalhães, 2002).

Nos termos do nosso sistema jurídico, tendo sempre como cenário as normas constitucionais, a Convenção sobre os Direitos da Criança e a legislação ordinária, a intervenção para a

promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios, nos termos do art. 4º da LPCJP:

interesse superior da criança e do jovem; privacidade; intervenção precoce; intervenção mínima; proporcionalidade e atualidade; responsabilidade parental; prevalência da família; obrigatoriedade da informação; audiência obrigatória e participação; subsidiariedade. (Portugal, 1999)

As crianças e jovens estão especialmente mais vulneráveis a situações de risco e de perigo no seu meio natural de vida, por resultado da dinâmica familiar, relacional, social, económica e cultural da sociedade (Alarcão, 2006).

Apesar de hoje em dia se falar muito em maus tratos infantis, a institucionalização de crianças parece ser um assunto que ainda não está suficientemente explorado. A institucionalização de crianças é uma medida a implementar quando se verificam condicionalismos, como os maus tratos infligidos pelos progenitores ou seus responsáveis legais. A institucionalização, com os seus aspetos negativos e positivos, tem como objetivo acudir estas crianças, tentando retirá-las de um meio desfavorável ao seu bom funcionamento (Gomes, 2010).

São vários os estudos teóricos desenvolvidos sobre os maus tratos infantis intrafamiliares, com diferentes ênfases e perspetivas. No âmbito dos maus tratos infantis, os mais habituais e referenciados por Teresa Magalhães (2002) são: maus tratos físicos, maus tratos emocionais, abuso sexual e negligência. Dadas as características deste trabalho e para não nos alargarmos na abordagem dos vários temas, destacamos, aqui, a negligência.

A criança é uma parte fundamental de uma família seja qual for a sua natureza, pois é a mesma lhe proporciona as condições básicas para o seu desenvolvimento, como o que diz respeito à alimentação, estimulação e o afeto. Como refere Canha (2003) citado por Gonçalves (2012):

A negligência consiste na incapacidade de proporcionar à criança a satisfação das suas necessidades de cuidados básicos de higiene, alimentação, afecto e saúde, indispensáveis ao seu crescimento e desenvolvimento normais. (Gonçalves, 2012)

Magalhães enuncia que este comportamento pode afetar o desenvolvimento físico, psicológico e social da criança e, muitas destas vezes, este comportamento é voluntário e/ou involuntário. A negligência constitui um comportamento regular de omissão, relativamente

aos cuidados a ter com um menor, não lhe sendo proporcionada a satisfação dos cuidados básicos. Deste comportamento, resulta um dano na saúde e/ou desenvolvimento psicológico do menor. Assim, a negligência pode ocorrer de forma consciente por parte das figuras maltratantes ou produzir-se como uma manifestação de ignorância, falta de informação ou formação ou incapacidade parental para proteger e cuidar das crianças (Magalhães, 2002).

A negligência é a postura deliberada ou extraordinariamente negligente por parte das pessoas responsáveis pela criança que não fazem o necessário para satisfazer uma ou mais necessidades consideradas importantes para o seu desenvolvimento.

De toda a informação acima enunciada, podemos referir os principais sintomas de negligência:

- ✓ Atraso nas aquisições sociais (motricidade, linguagem, socialização);
- ✓ Perturbações do apetite e comportamentos estranhos;
- ✓ Perturbações de aprendizagem e absentismo escolar;
- ✓ Perturbações de sono, sonolência, apatia, depressão, hiperatividade;
- ✓ Tendência à fantasia;
- ✓ Comportamentos antissociais. (Magalhães, 2002)

Perante as dificuldades parentais, a alternativa para estas crianças, muitas vezes, é a institucionalização. O acolhimento em instituição enquanto medida de promoção e proteção, integrada na Lei e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei /142/2015, de 8 de setembro - segundo alteração à lei 147/99, de 1 de setembro).

II.4.3 – Famílias

O conceito de família é diverso, complexo e ambíguo e pode ser interpretado de diversas formas e usado de acordo com as situações e contextos em que as mesmas estão inseridas para assim se conseguir perceber a sua realidade efetiva.

Na perspetiva de Alarcão (2006), família é “um todo, como uma emergência dos seus elementos, o que a torna una e única” (p. 39).

Já a conceção de família multiproblemática teve a sua origem na década de 50 e era associada a famílias de baixos recursos socioeconómicos. Com o desenvolvimento de estudos e a evolução dos trabalhos feitos pelos profissionais, o conceito acaba por se alargar a outros

domínios sem ser o domínio da pobreza. Assim, podemos referir que as famílias multiproblemáticas conjugam uma diversidade de fatores de risco e podem existir em contextos sociais, culturais e económicos diversos/distintos (Alarcão, 2006).

As mudanças recentes ocorridas no tecido social e familiar têm vindo a constituir-se como fatores que estimulam o desenvolvimento de iniciativas de educação parental, em virtude dos novos desafios que acarretam para a forma como se vive em família nos dias de hoje.

Como nos diz Sousa (2005):

Não são famílias que vivem num stress meramente situacional, apesar de uma ocorrência as poder trazer à intervenção, apresentam uma história mórbida, repleta de exemplos de tratamentos falhados, desenvolvimento de sintomas nos seus membros, crises familiares múltiplas, instabilidade profissional e funcionamento interpessoal seriamente afectado. (p. 16)

Neste contexto, podemos referir que as famílias multiproblemáticas são uma realidade, sendo vistas como um problema social e da atualidade. Devido ao turbilhão de problemas que vivenciam, transformam-se num grande desafio para todos os profissionais de ação social dos nossos tempos.

Nestas famílias, escasseia o sentido de objetividade familiar, as energias são gastas em conflitos imediatos, situações de emergência e sobrevivência, daí a realização pessoal destas famílias ser pouca e bastante insatisfatória. Por norma, não há objetivos familiares, daí se referir que as funções familiares sejam realizadas de forma insatisfatória, tanto no suporte económico, gestão da casa, educação, saúde e proteção dos filhos, bem como na gestão de conflitos, nutrição dos filhos, intimidade, estabilidade afetiva (Silva, 2001).

Nas palavras de Gomes:

É na teoria dos sistemas ecológicos e no modelo bioecológico de Brofenbrenner que se baseia essencialmente a intervenção realizada nas famílias com crianças em risco, sendo possível analisar aspectos do desenvolvimento individual, do contexto em que vive e dos processos interactivos que influenciam o próprio desenvolvimento humano em determinados períodos de tempo. Assim, nas interações entre os indivíduos, é possível verificar que o comportamento de outro, numa relação de influencia e reforços recíprocos. (Gomes, 2010, p. 57)

Como fomos verificando ao longo das leituras para a pesquisa desta investigação, quando se trata de famílias multiproblemáticas a discussão centra-se sobre os seus défices e procura-se descrever os seus reais problemas e dificuldades que levam à desorganização familiar, dos

quais raramente conseguimos ver aspetos positivos. Este tipo de famílias leva-nos sempre para aspetos negativos e difíceis de remediar no imediato. É importante referir que não há um sintoma específico e único para este tipo de famílias, mas antes vários e complexos aspetos que o contornam. Contudo, no meio deste embaralhado de problemas, há algo que é unânime quando se quer definir família multiproblemática: a disfunção do funcionamento individual, familiar e social, bem como a falta de competências parentais que impede que se enfrentem os problemas de uma forma autónoma, sinal claro de uma real vulnerabilidade, tal como vemos espelhado em Alarcão (2006):

Contrariamente ao que acontece em muitas outras situações sintomáticas, a família multiproblemática não se define pela presença de um sintoma preciso mas, antes, por uma forma de estar e de relacionar-se, bem como pela existência de uma série de problemas que afectam um número indeterminado de elementos, em margens qualitativa e quantitativamente muito amplas. (p. 317)

Estas famílias vivem, nas palavras de Neves, num “emaranhado espetacular de problemas”. Associadas a estes problemas, as famílias de que falamos apresentam, também, características únicas e diferentes em termos de estrutura, organização e funcionamento familiares (Neves, 2014).

A estrutura a que nos temos vindo a referir é caracterizada pelas ruturas e reconstituições constantes, o que desencadeia sistemática instabilidade das suas rotinas, que, por sua vez, conduz ao caos da vida familiar que é marcada pela inconsistência e falta de controlo a vários níveis, devendo-se isto ao facto de não haver papéis e regras familiares definidas.

As famílias em contexto de risco social encontram desafios complexos pelos reduzidos recursos que dispõem no desempenho das suas funções parentais, uma vez que, nestes contextos, observam-se, com frequência, situações de carência económica extrema, violência doméstica, maus tratos ou negligência de crianças, abuso de substâncias, incesto entre outros (Sousa, 2005).

O estudo das famílias inseridas em ambientes socioeconómicos desfavorecidos enfatiza a intervenção feita nas mesmas como um dos maiores desafios para as equipas multidisciplinares que trabalham no terreno. Um dos aspetos mais difíceis de compreender e antecipar os possíveis cenários para intervir nestas famílias surge da disfuncionalidade evidente das mesmas, dada a não organização, que, como vimos, não as define. Por esta razão, é muito difícil fazer-se a precisão de uma potencial situação em risco nem tampouco

é possível fazer-se uma intervenção para evitar a desintegração dos membros no seio familiar (Alarcão, 2006).

Estas famílias distinguem-se pela presença de um ou vários sintomas sérios (e mesmo graves) da sua disfuncionalidade de longa intensidade. A desorganização é, sem dúvida, a característica mais marcante na dinâmica destas famílias, pois está inserida numa estrutura caótica e, observa-se, ainda, uma comunicação disfuncional. Por norma, o que se verifica nesta disfuncionalidade é a dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de comunicação e organização de regras mínimas de sobrevivência em família, havendo ruturas e reconstituições constantes.

Alarcão (2006) acrescenta à reflexão o vazio do exercício parental e a inexistência de regras que:

Nas famílias multiproblemáticas, a questão do poder e do seu exercício dentro do próprio sistema não obedece a uma hierarquia nem é, na maior parte das vezes, assumida pelo sub-sistema parental. Com efeito, deparamo-nos, geralmente, com uma desorganização grave ao nível do seu exercício e da sua distribuição. Não há regras estabelecidas. (p. 332)

Podendo enunciar a incompetência parental e negligência, a função socializadora e educativa é bastante incipiente o que pode diminuir nas crianças a sua capacidade de adaptação social. O desajustamento ou a incipiência das funções parentais está, muitas vezes, presente no abandono das crianças e/ou na entrega das mesmas a cuidado de terceiros. São famílias fragilizadas pela sua instabilidade, desorganização, isolamento social, diminuindo, assim, as respostas das necessidades dos menores que estão a seu cargo, os seus filhos.

Nas palavras de Isabel Gonçalves (2012):

Nos nossos dias é muitas vezes referido e até mesmo identificado, várias novas formas de família que se ajustam à sua realidade, a família tem vindo a perder o papel central que outrora tivera. (pp. 11,12)

A família tradicional era, essencialmente, uma unidade produtiva e reprodutora, enquanto as famílias atuais assentam mais na autonomia e individualidade dos seus elementos como já foi referido anteriormente, e é, assim, detentora de várias realidades. Assistimos à evolução das famílias e torna-se importante refletir um pouco sobre a família e quais os vários tipos de família que existem. Cada modelo de família tem a sua própria identidade, são unidas por

laços de sangue, por afetos, por interesses que fazem com que vivam num determinado espaço e tempo iguais, surgindo, desta forma, a sua história de vida.

Sustentados pelas leituras em Alarcão (2006), elencamos, de seguida, alguns tipos de famílias que se encontram de entre as mais comuns.

Família díade nuclear: constituída por duas pessoas sem filhos, não havendo descendentes comuns nem de relações anteriores de cada elemento.

Família nuclear: composta por dois indivíduos de sexo diferente, com filhos biológicos ou adotados, com um só nível de descendência;

Família monoparental: constituída pela mãe ou pelo pai e os respetivos filhos, é uma família que esteve sujeita a um divórcio ou viuvez, o que leva a que só um progenitor co-habite com os descendentes.

Família homossexual: são compostas por duas pessoas do mesmo sexo, com ou sem filhos. Havendo filhos, estes podem ser de um dos membros do casal, ou uma criança adotada (Alarcão, 2006).

Na atualidade, há um crescimento cada vez mais significativo dos vários tipos de famílias tendo, cada uma, características próprias. Tendo em conta o nosso estudo, o conceito de família que é mais importante reter é o conceito de famílias multiproblemáticas, que, como o próprio nome indica, família com múltiplos problemas. Todas as famílias apresentam problemas, necessitando muitas vezes de enfrentar situações adversas durante o ciclo de vida familiar e é, neste contexto, que se vai dar resposta ao desenvolvimento saudável ou não saudável das crianças (Alarcão, 2006).

II.4.4 – Multidisciplinaridade

Para se dar uma resposta positiva às várias problemáticas e à satisfação das necessidades das crianças e jovens que são acolhidas, a articulação entre as equipas é fundamental, pois além das necessidades básicas que temos de proporcionar a estas crianças, há uma carga emotiva que tem que ser trabalhada logo numa fase inicial de forma a diminuir o dano no processo de acolhimento.

A multidisciplinariedade ocorre quando mais do que uma área do conhecimento está em articulação com outra que lhe está relacionada ou que a complementa. No entanto, cada área

em estudo, mesmo estando em partilha e comunicação, mantém os seus métodos e teorias que são previsíveis na sua perspetiva de atuação.

Como menciona Castro (2008):

Actualmente, as Instituições/Organizações reúnem uma vasta diversidade de profissionais com diferentes tipos de formação teórica e técnica, e com diferentes posições hierárquicas, formais e informais, que muitas vezes, para cumprirem os seus objetivos, têm necessidade de partilhar e gerir informações. Esta associação subentende, em termos práticos, o designado trabalho em equipa. (p. 88)

Nesta perspetiva e tendo em conta o que daí advém, é preciso ter em conta a interdisciplinaridade e cooperação. No seguimento, “encontramos aqui uma primeira aproximação à dimensão ética no quotidiano profissional” (Castro, 2008, p. 88).

Na atualidade, verifica-se que as equipas multidisciplinares com um funcionamento qualificado e adequado à sua realidade de intervenção compreendem o seu pressuposto de atuação (Castro, 2008).

A ligação entre todos é precisa, clara e objetiva. Nesta linha, é necessário identificar a interdisciplinaridade, que nos “remete para um trabalho em comum, onde se considera a interação das disciplinas científicas, dos seus conceitos, diretrizes, metodologias e procedimentos” (Castro, 2008, p. 94).

Assim, a preocupação com a delimitação dos espaços profissionais de cada trabalhador pode ser um entrave ao trabalho interdisciplinar, “mas é possível manter a autonomia e a especialização de cada profissão nas equipas, desde que se encontre um equilíbrio dinâmico” (Carvalho, 2015, p. 247), baseando-se na partilha de cada um e dos seus respetivos objetivos, como das suas competências (Carvalho, 2015).

A multidisciplinaridade está presente nestas áreas de intervenção, “pois significa apenas a justaposição de vários profissionais, cada um com uma tarefa, podendo trocar informações (Carvalho, 2015, p. 247).

Um trabalho interdisciplinar não coloca em causa a especificidade das outras profissões, mas antes alude a uma partilha da diversidade de conhecimento, contribuindo para a pluralidade de intervenções. Boaventura Santos, citado por Castro (2008), menciona que “não há ignorância em geral, nem conhecimento em geral. Toda a ignorância é ignorância de um

certo conhecimento, e todo o conhecimento é a superação de uma ignorância particular” (p. 95).

Partindo deste pressuposto, a multidisciplinaridade deve estar presente nas equipas para persecução de um trabalho interdisciplinar e completo. Ainda nas palavras de Castro (2008):

os novos desafios das equipas multidisciplinares passam, necessariamente, pela compreensão cognitiva da interdisciplinaridade enquanto sensibilidade à complexidade, capacidade de permuta e reconhecimento dos limites e potencialidades de cada profissão, e também por uma mudança de atitude. (pp. 100,101)

O conceito de multidisciplinaridade adquire um significado realmente importante na intervenção quando estando ao serviço de famílias multiproblemáticas e é, neste sentido, que aqui o quisemos aludir.

II.4.5 – Competências e Práticas de Intervenção

O Técnico de Serviço Social deve intervir em diferentes situações, analisando sempre em cada situação, a forma mais propícia de encontrar resoluções para os problemas dos indivíduos. Para que uma intervenção mais completa e infalível, esta deverá ser pensada e estruturada em equipa com formação em diferentes áreas, ou seja, pretende-se que seja uma intervenção em cooperação. O profissional deve capacitar o indivíduo para a autonomização, evitando que seja criada qualquer tipo de dependência por parte deste (Gomes, 2010).

Compete à IPPS de acolhimento (e partindo de uma análise minuciosa ao nível de desenvolvimento da criança) delinear um Projeto Sócio Educativo Individual (PSEI) que operacionalize as necessidades individuais de cada criança nas diversas áreas de intervenção, como a saúde, educação e autonomia, entre outras. Importante será, nesta fase, mencionar que este projeto é sempre delimitado com a criança/jovem.

O técnico que fica designado como gestor de caso da criança, fica responsável por toda a elaboração do seu processo, assim como é o responsável por fazer o seu acolhimento, elaborar o seu projeto de vida, verificar os cuidados especiais de nutrição e alimentação e agendar as visitas regulares ao médico de família, bem como estar atento a todas as problemáticas que possam surgir para que tenha condições de poder atuar no momento certo.

Nas palavras de Gomes (2010), o gestor de caso tem um papel importante e uma responsabilidade como forma de:

Adequar o processo de avaliação à situação que está a analisar, para que seja possível traçar um plano de intervenção adaptado à mesma, bem como planejar, coordenar e supervisionar toda a atuação dos vários serviços, no sentido do plano de intervenção cumprir os objetivos identificados. (p. 77)

A relação que se estabelece entre o técnico responsável e a criança deve ser como um núcleo de intervenção para o bem-estar da mesma, contemplando a ética de cuidar do outro um incondicional respeito pela sua liberdade, dignidade e diferença. Para tal, é requerida uma postura ativa e criativa que requer a valorização do outro na sua liberdade, nomeando-o, escutando-o e dando-lhe a palavra. A qualidade da relação de vinculação exige a escuta ativa e compreensiva da criança, a capacidade de o técnico inferir o nível dos cuidados necessários a cada momento e a compreensão e resolução das situações como já antes referido.

Será então fundamental qualificar, formar e supervisionar todas as estratégias usadas na interação com a criança. Deve, assim, o técnico estimular a criança/jovem no seu PSEI, de acordo com a sua idade, maturidade e ajudando-a a identificar as suas necessidades, os seus pontos fortes, fracos e as suas prioridades.

Gamboa (2001), citada por Almendra (2011), defende que a “intervenção junto das crianças vítimas de maus tratos deve ser centrada nas suas famílias, embora tendo a criança como alvo das atenções” (p. 18).

De maneira a estimular, incentivar e fomentar as relações pessoais, há que implicar a criança na definição das suas tarefas, horários e ocupação dos tempos livres, devendo sentir que não está tudo pensado e decidido, mas que além do falado pelo técnico ela também pode sugerir e modificar o que está planeado, sendo que tudo o que diz respeito à/ao jovem é feito em conjunto com o seu gestor de caso. De salientar, ainda, que deve ser contemplado um esforço de fomentar as relações sociais fora da Instituição, promovendo contactos com o exterior.

As práticas de intervenção que serão contempladas na intervenção individual devem ser delineadas com o apoio de uma equipa multidisciplinar e da cooperação dos diversos intervenientes resultará uma prática direcionada à criança que é, na maioria das vezes, proveniente de uma família multiproblemática. Quanto maior for a cooperação, maior será a probabilidade de se cumprir o projeto de vida delineado inicialmente.

II.4.5.1 – Visitas domiciliárias

As visitas pretendem dar ao técnico um conhecimento do quotidiano das famílias, as condições habitacionais, a relação estabelecida entre os vizinhos de modo a que se percebam as dificuldades e angústias da família.

Para todas as visitas, é feita uma preparação prévia, tanto a nível bibliográfico, como através da história de vida da criança/jovem. Antes de se iniciar uma visita domiciliária, tem que se ter em conta, como menciona Amaro (2015), um “roteiro” para a sua elaboração e realização. A visita é planeada uns dias antes de ocorrer; identificam-se alguns pontos cruciais para serem abordados no seu decorrer; define-se a data e hora com a pessoa; é necessário também se ter em conta o vestuário ir com roupa adequada à situação e ao local, e levar uma identificação do local que representa; chegar na hora combinada anteriormente; ser educado; ao se ir acompanhado ter avisado o outro profissional para estar presente e identificá-lo; deve explicar logo ao início como pretende que a visita decorra; realizar as anotações indispensáveis, sempre com a autorização do visitado (Amaro, 2015).

Nas palavras de Amaro (2015) “as visitas domiciliárias constituem, sem dúvida, um dos instrumentos de trabalho simultaneamente mais úteis e sensíveis de que dispõe o trabalhador social” (p. 9).

É fundamental que a visita seja marcada com antecedência e que a família tenha conhecimento deste acontecimento. É importante que o profissional informe com clareza o objetivo da visita. Na visita domiciliária, além da visita por si só, está presente a observação e a entrevista que são os meios pelos quais ela se consegue realizar e tirar resultados.

Como menciona Amaro (2015) as visitas domiciliárias são uma técnica social:

de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de a conhecer, descrever, compreender ou explicar. O seu diferencial em relação a outras técnicas é que tem por local de ação o meio social, especialmente o lugar social mais privativo e que diz respeito ao território social do sujeito: a sua casa ou local de domicílio. (Amaro, 2015, p. 15)

A observação é o meio de verificação da realidade que o profissional possui em primeira linha quando realiza uma visita. Nas palavras de Souza (1990), citado por Amaro (2015), esta:

consiste na ação de perceber, tomar conhecimento de um facto ou acontecimento que ajude a explicar a compreensão da realidade objeto do trabalho e, como tal, encontrar

os caminhos necessários aos objetivos a serem alcançados. É um processo mental e ao mesmo tempo técnico. (p. 17)

É uma forma de percepção da realidade envolvente, que é feita em primeira linha pelo profissional, que está atento aos pormenores que se encontram à sua volta. Uma visita exige que seja feita uma observação direta, constante e sistematizada.

O técnico quando se prepara para a realização da visita deve levar consigo a documentação necessária para o registo da mesma, para conseguir intervir de forma ajustada. Deve avisar o indivíduo ao qual realiza a visita que vai tirar notas relativas à mesma e deve, ao mesmo tempo, explicar o significado dessas anotações. Este procedimento justifica-se na medida em que é necessário que haja uma relação de confiança entre todos os intervenientes.

A propósito desse valor, o da confiança, Iamamoto (2002), citado por Amaro (2015), refere que a “aproximação com a população é uma das condições para permitir impulsionar ações inovadoras no sentido de reconhecer e atender às efetivas necessidades dos segmentos subalternizados” (p. 32).

Após a visita é necessário que os dados recolhidos, observados e analisados no momento sejam colocados no papel, para se colocar no processo, e ajudar na elaboração do relatório social no que diz respeito às condições habitacionais. O registo é um ato fundamental deste instrumento, pois é uma forma de se poder consultar sempre que seja necessário, ou até mesmo para ser consultado por outros profissionais que necessitem de informação sobre o indivíduo. Nas palavras de Amaro (2015), “sabe-se que é necessário registá-la na forma de um relatório é compor uma memória da ação realizada” (p. 77). Por fim, deve ainda ser feita uma avaliação da visita para se calcularem as áreas que precisam de ser trabalhadas.

CAPÍTULO III – DESENHO METODOLÓGICO

III.1 – Metodologia e Métodos

Começamos este capítulo com um pensamento que partilhamos com Resende (2001), quando menciona que uma metodologia completa se constitui por uma abordagem estruturada para atingir um objetivo, através de passos predeterminados. Como Resende (2001), acreditamos que a organização é uma das características principais que deverá estar na base de um trabalho desta natureza e acompanhá-lo durante todo o seu percurso de maneira a que se consigam atingir os objetivos anteriormente preestabelecidos. Para tal, a metodologia escolhida para comandar e guiar o percurso de investigação assume primordial importância, já que é ela que traça o fio condutor do trabalho.

Por conseguinte, no que concerne à metodologia do presente estudo, e norteados pela pergunta de partida para esta investigação que questionava se o reforço das equipas multidisciplinares seria uma mais-valia para o trabalho feito com as famílias das crianças e jovens acolhidas em CA, para assim se conseguir um retorno à família biológica de forma mais rápida e com as condições necessárias, foi opção para este trabalho uma metodologia mista, ou seja, este trabalho utilizará dados de natureza qualitativa e quantitativa simultaneamente.

Entendemos, ainda, que uma metodologia do tipo descritivo-exploratória se reveste de pertinência para este estudo, uma vez que tem por objetivo principal conhecer, descrever e compreender os fenómenos e baseia-se na observação que se realiza no ambiente natural, usando técnicas quantitativas e qualitativas de recolha de dados (Bisquerra, 1989). Assim, o nosso estudo é exploratório e os dados procurarão esclarecer a realidade que aqui nos propusemos estudar. Como referem Raupp e Beuren (2004), através do estudo exploratório procuramos conhecer, com mais profundidade, o assunto em questão e torná-lo o mais claro possível ou delinear questões pertinentes para prosseguimento da pesquisa. Já a sua dimensão descritiva contempla uma descrição detalhada das percepções dos intervenientes nesta realidade em estudo, já que como afirma Coutinho (2005):

O objetivo é recolher dados que permitam descrever da melhor maneira possível comportamentos, atitudes, valores e situações. Retratar o que existe hoje em relação a um problema e a um fenómeno, por vezes mesmo descobrir relações entre fenómenos que possam ser úteis para estudos experimentais posteriores. (p.197)

Em jeito de conclusão, se nos debruçarmos nas etapas da investigação social, rapidamente nos apercebemos que os métodos qualitativo e quantitativo podem coexistir em simultâneo. Há limitações e potencialidades em cada um dos fenómenos que, contornados de acordo com a realidade, trabalham em harmonia. Na verdade, a diversidade de métodos e instrumentos técnicos leva a um pluralismo metodológico que assume, desde logo, uma importância vital na investigação. Desta forma, e como se verificará, há uma triangulação de dados, usando mais do que um método de investigação. A este propósito, Coutinho (2015) refere que a triangulação “consiste em combinar dois ou mais pontos de vista, fontes de dados, abordagens teóricas ou métodos de recolha de dados numa mesma pesquisa por forma a que possamos obter como resultado final um retrato mais fidedigno da realidade ou uma compreensão, mas complexa do fenómeno a analisar” (p. 239). Na mesma perspetiva e linha de orientação, a mesma autora defende que é uma boa prática a explicação de uma realidade através de resultados provenientes de diferentes dados (Coutinho, 2015).

Como já antecipado anteriormente, na realização de uma investigação na área social, é pertinente que o investigador consiga colocar em prática, e com clareza, a realidade da investigação e que descreva o método de trabalho que esteve na base de todo o processo de investigação. Como também já referenciado, é comumente aceite na abordagem metodológica que os objetivos que são investigados se adequem à realidade estudada. Kaplan (1998), citado por Coutinho (2015), esclarece a este respeito:

A metodologia, por seu lado, procura descrever e analisar os métodos, alertar para os seus limites e recursos, clarificar os seus pressupostos e consequências, relatar as suas potencialidades nas zonas obscuras das fronteiras do conhecimento. (p. 25)

No que diz respeito, então, ao método, nesta investigação, em particular, será feito uso do método estudo de caso.

Os autores Yin e Stack muito têm feito no campo da educação e ciências sociais, procurando dar uma nova imagem ao estudo de caso, inculcando-o de maior credibilidade nos trabalhos académicos (Meirinhos & António, 2010).

No artigo “O estudo de caso como estratégia de investigação em educação”, são mencionadas as características e tipologias do estudo de caso, bem como a forma de recolha de dados e análise da informação. Através destes conceitos, passamos a ter uma perceção do

estudo de caso, tendo em conta a sua pertinência, utilidade e eficácia no trabalho de campo, bem como a capacidade de se fazerem generalizações (Meirinhos & António, 2010).

Yin (1994) afirma que o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico dentro do seu contexto de vida real e indica três motivos que o tornam na estratégia mais apropriada para uma investigação de cariz qualitativa: 1) possibilidade de pesquisar uma temática pouco estudada até agora; 2) a oportunidade de estudar essa temática no seu ambiente natural e assim poder produzir teorias a partir da prática; 3) oportunidade de responder a perguntas do tipo como e porquê de acontecimentos atuais sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controle, sendo que este último nos permitirá responder às nossas perguntas de investigação.

Com este método, ambicionamos relatar a situação real no seu contexto e analisá-lo para verificar como evoluem os fenómenos que nos interessam de maneira a que possamos descrever e explicar um fenómeno único e isolado pertencente a um determinado grupo. Procuramos compreender, numa situação real prática, se o reforço das equipas multidisciplinares é uma mais-valia para o trabalho feito com as famílias das crianças e jovens acolhidas em Casas de Acolhimento, para assim se conseguir um retorno à família biológica de forma mais rápida e com as condições necessárias.

Esta investigação assume-se como particularista porque “se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspetos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse” (Ponte, 2006, p. 2). A este propósito, corroboramos com Bogdan e Biklen (1994) que encaram que o plano geral de um estudo de caso é comparado a um funil. Primeiro os investigadores procuram os locais ou as pessoas que possam ser objeto do estudo ou fontes de dados, posteriormente recolhem todo o tipo de dados, através de observações, entrevistas, documentos e, por fim, passam para uma área mais restrita, a de análise.

Acreditar no potencial deste método não equivale a ignorar as críticas de que é alvo, como acontece quando o estudo de caso é conduzido de forma isolada, puramente descritivo, sem se integrar com outras abordagens ao mesmo assunto, ou ainda quando pretende extrapolar para além do que os dados recolhidos revelam e sustentam (Punch, 1998; Stake, 1995; Yin, 1994). Portanto, o nosso estudo contemplará momentos distintos, mas complementares.

Num primeiro momento, foi usada documentação institucional, concretamente os relatórios constantes dos processos individuais de três crianças/jovens acolhidas na CMJ cujo projeto individual de vida consistia na reunificação familiar, a fim de conhecer a sua história e compreender em profundidade as várias fases, procedimentos e técnicos envolvidos nos processos de intervenção que se realizaram. Os relatórios foram sujeitos a uma análise de conteúdo auxiliada pelo *software* Nvivo 10.0. Numa outra fase, foram usados inquéritos por questionário realizados, no distrito de Bragança, às Diretoras Técnicas (DT) das CA do distrito, para se perceber a realidade e conhecer as suas perceções sobre o tema em estudo que será, à frente, minuciosamente explicado (Cf. Apêndice 1- Inquérito por questionário). Analisados os dados provenientes destes dois universos de informação, obtidos por uma via qualitativa (documentos/análise de conteúdo) e quantitativa (questionários/análise estatística), respetivamente, procurámos fazer uso da triangulação de dados com o intuito de conferir ao estudo uma maior robustez e alcançar um maior grau de validade interna.

III.2 – A base documental: os Relatórios processuais de RF

A seleção dos documentos institucionais que vieram a constituir o *corpus* a sujeitar a análise foi facilitada pela circunstância de serem os únicos disponíveis, no período temporal em que decorreu este estudo, que se ajustavam aos objetivos a que nos propusemos: reportando casos de reunificação familiar. Desta forma, os documentos utilizados foram os resumos de relatórios processuais de três casos de reunificação familiar de uma casa de acolhimento, considerados como casos para análise, sendo, os mesmos, relativos a processos desenrolados entre o ano de 2011 e o de 2016.

Os três relatórios processuais apresentavam características distintivas, que se podem graficamente apreciar nas figuras 9, 10 e 11, designadamente no respeitante às entidades responsáveis pelo caso, à data de entrada na instituição, ao tempo de acolhimento, e ao sexo e idade das crianças/jovens a que se referem.

O relatório designado por Caso 1 era relativo ao processo de uma criança de 8 anos, do sexo feminino, com duas irmãs também acolhidas na mesma CA, que teve a CPCJ como entidade responsável pelo processo, o ano de 2011 como data de entrada na CA e o ano de 2012 como data de saída para a casa dos seus progenitores.

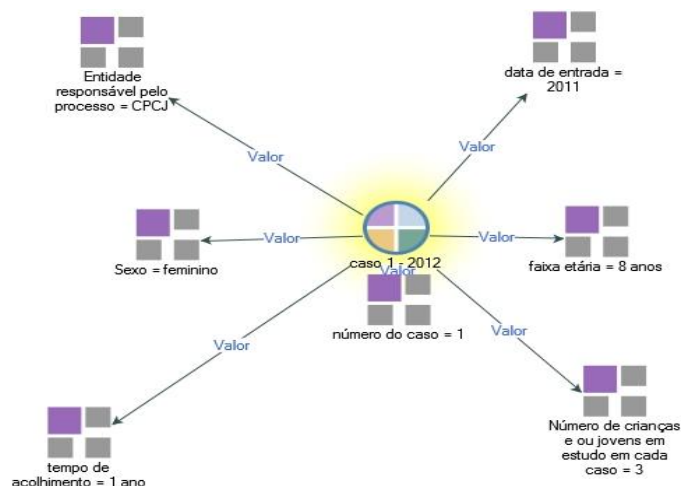


Figura 6 – Elementos caracterizadores do Caso 1

Fonte: Elaboração própria; 2017

No Caso 2, o processo era relativo a uma criança de 7 anos, do sexo feminino, que deu entrada no ano de 2012 e cujo acompanhamento se prolongou até ao ano de 2014, quando se deu como terminado o processo de reunificação familiar e a jovem regressou a casa dos seus progenitores com todas as condições garantidas. Neste caso, a entidade responsável pelo processo foi o Tribunal.

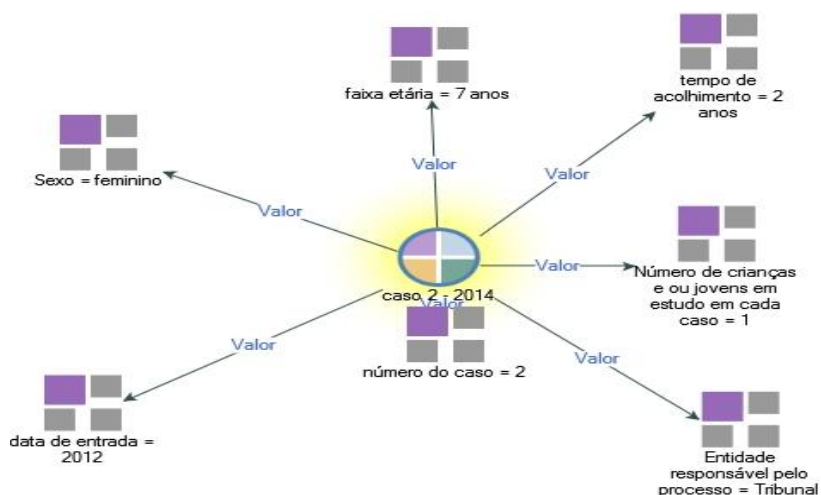


Figura 7 – Elementos caracterizadores do Caso 2

Fonte: Elaboração própria; 2017

O Caso 3 foi relativo a uma jovem do sexo feminino, de 15 anos, que deu entrada no ano de 2014 e teve a sua saída em 2016, tendo estado acolhida durante 2 anos até que o projeto de reunificação familiar foi finalizado, e tendo como entidade responsável o Tribunal.

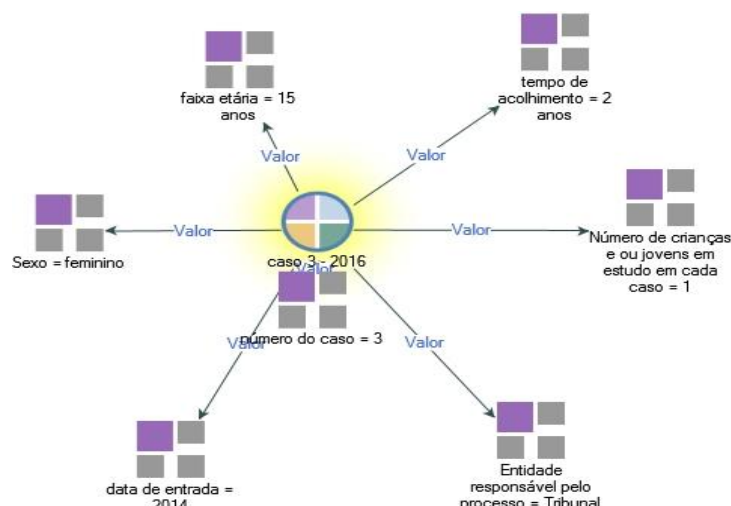


Figura 8 – Elementos caracterizadores do Caso 3

Fonte: Elaboração própria; 2017

Refira-se, ainda, que o acesso aos relatórios processuais foi permitido após o envio de um pedido de autorização à Direção, e assegurada a proteção da identidade das crianças/jovens e famílias a que os mesmos se referem.

III.3 – População do inquérito por questionário

A população considerada no nosso estudo era constituída por 26 técnicos de Casas de Acolhimento Residencial no distrito de Bragança, tendo todos eles respondido ao inquérito por questionário.

Tabela 4 – Número de técnicos das CA

Casas de Acolhimento	Número de técnicos
Casa do Menino Jesus	2
Fundação Salesianos	3
CAT Mirandela	2
Lar São Francisco (Bragança)	4
Obra Kolping (Bragança)	4
Casa do Trabalho (Bragança)	5
D. Abílio (Macedo de Cavaleiros)	3
Fundação Meireles (Moncorvo)	3
Total	26

Fonte: Elaboração própria; 2017

III.4 – Seleção e validação do Instrumento

O questionário é um dos instrumentos de recolha de dados utilizado nos estudos descritivos e na literatura anglo-saxónica é designado por *survey*. Nas palavras de Fink (1995), “*A survey is a system for collecting information to describe, compare, or explain knowledge, attitudes, and behaviour*” (p. 15).

O instrumento de recolha de dados do estudo organizou-se da maneira que a tabela abaixo resume:

Tabela 5 – Organização do Instrumento

Questões	Descrição	Tipo de pergunta
Q 1,2,3,4,5,6,7	Informação pessoal (caracterização da amostra)	Fechada
Q 8,9, 10,11,12,13,14	Caraterização da Casa de Acolhimento	Fechada
Q 15	Caraterização da Casa de Acolhimento	Escala de Likert
Q 16, 18	Reunificação Familiar	Fechada
Q 17	Reunificação Familiar	Escala de Likert
Q 19,20	Obstáculos e Constrangimentos na Intervenção	Fechada
Q 21,22,23,24	Intervenção	Fechada

Fonte: Elaboração própria; 2017

Como podemos verificar na tabela acima apresentada, o instrumento usado contempla questões de resposta fechada e questões que utilizam a escala de Likert.

As questões de resposta fechada são aquelas nas quais o inquirido apenas seleciona a opção (de entre as apresentadas), que mais se adequa à sua opinião. Como principais vantagens deste tipo de pergunta, destacamos a rapidez e facilidade de resposta por parte do inquirido, há uma maior uniformidade, rapidez e simplificação na análise das respostas, facilita a categorização das respostas para posterior análise, bem como permite contextualizar melhor a questão.

No que diz respeito à opção pelas questões que utilizam a escala de Likert, as mesmas, sob o ponto de vista de Gable, são comumente utilizadas, uma vez que têm validade, são de fácil construção e são fáceis de adaptar para medir vários tipos de características do domínio afetivo, sendo que é o investigador que determina a atribuição de um valor positivo-negativo ao item. Os inquiridos posicionam-se numa gradação afetiva de acordo com a sua concordância ou discordância em relação à questão (Gable, 1986).

O questionário final, que se apresenta em anexo a este trabalho, foi sujeito a um processo de validação, organizado em várias etapas. Em primeira instância, definiu-se a finalidade do questionário, atendendo à pergunta de partida e aos objetivos do estudo, tendo em conta a revisão da literatura. De seguida, procedeu-se a uma pesquisa que incidiu sobre questionários já utilizados e publicados que pudessem corresponder aos objetivos desta investigação. Como não se encontrou nenhum questionário de acordo com a pretensão deste estudo, foi necessário a elaboração de um que cumprisse os objetivos traçados para o mesmo. Assim, houve a necessidade de ser feito um pré-teste para se validar e verificar lacunas e outras situações menos adequadas no questionário. Por esse motivo, o protótipo foi submetido às Diretoras Técnicas das Casas de Acolhimento antes de ser disseminado aos técnicos das mesmas. Em resumo, a primeira versão do questionário foi enviada às Diretoras Técnicas das Casas de Acolhimento do distrito de Bragança, num total de 8 inquiridas.

Este processo teve a duração de dois meses devido a impedimentos justificáveis, pois foi feito num período que grande parte das diretoras técnicas estava no seu período de férias, o que dificultou a recolha dos mesmos questionários. O processo de elaboração e administração do questionário passou por várias etapas, que abaixo enunciaremos:

- numa primeira fase, foram feitos telefonemas para as Diretoras Técnicas, explicando o estudo em caso e a necessidade da sua participação nesta primeira fase. De seguida, pessoalmente, foram entregues os mesmos juntamente com uma carta de consentimento de participação na investigação, onde se referiu o estudo e a abordagem do mesmo, como a identificação da escola, orientador e coorientador e da aluna que se encontra a fazer a investigação, para depois serem enviados por correio. O pré-teste, apesar dos seus contratemplos e demora nas respostas, foi realizado com sucesso pelas oito Diretoras Técnicas, cujas observações e alterações se reverteram no modelo final apresentado em anexo e que foi, posteriormente, enviado a toda a amostra.

O questionário, instrumento usado na recolha de dados deste estudo, foi aplicado com recurso à tecnologia *Google Docs*, que permite a criação e alojamento *online* de formulários para resposta. A tecnologia usada para veiculação do questionário foi previamente testada antes da divulgação para as diversas bases de dados. A opção por esta tecnologia deveu-se ao facto da sua fácil utilização, e do facto de ser considerada intuitiva, permitindo o acesso por parte dos inquiridos em qualquer lugar, desde que com acesso à Internet. A opção pela

aplicação de inquéritos no âmbito de investigação científica por intermédio do meio virtual – *online* – apresenta inequívocas vantagens no que toca à sua rapidez de aplicação e obtenção de respostas, e no caso específico da tecnologia *Google Docs*, o seu alojamento automático num ficheiro informático, facilmente exportável para aplicações de análise de dados, proporcionando significativas poupanças de custos monetários e temporais na sua aplicação. Depois de recolhidos os dados, e tendo em conta os objetivos traçados para o estudo, procedeu-se ao seu tratamento estatístico, que foi realizado no programa SPSS, versão 18.0 para Windows.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS RELATÓRIOS PROCESSUAIS E RESULTADOS DA ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

IV.1 – A Análise de conteúdo dos Relatórios institucionais de RF

Neste ponto, realiza-se a apresentação dos resultados da análise de conteúdo realizada aos processos individuais de três casos de crianças/jovens acolhidas na CMJ cujo projeto individual de vida consistia na reunificação familiar. (Cf. Apêndice 2 – Resumos da Narrativas Institucionais)

No sentido de clarificar o processo que percorremos para realizar a análise dos relatórios, constituídos em casos, principiamos com a apresentação da grelha categorial que foi utilizada, justificando as categorias, subcategorias e os respetivos indicadores considerados neste estudo (secção IV.1.1).

Em seguida, apresentam-se os resultados alcançados com a análise de conteúdo dos relatórios (IV.2). Nesta apresentação de resultados considerámos oportuno ilustrar a forma como a análise foi empreendida, em diferentes e sequenciais níveis de profundidade, do geral para o particular: i) desde a descrição dos resultados apurados para a totalidade das categorias e subcategorias consideradas, constatando e buscando a compreensão dos relatórios na sua globalidade (como *corpus*) e iluminando as principais características – ou que são mais enfatizadas nos relatórios – de que se revestem os processos de acolhimento e a natureza da intervenção realizada pelos técnicos nos projetos de reunificação familiar (secção IV.2.1); ii) passando pela análise das duas categorias, isoladamente, buscando caracterizar e compreender com maior rigor e detalhe os meandros, por um lado, do processo de acolhimento, nas suas subcategorias e indicadores, e, por outro, da natureza dos processos de acolhimento (secção IV.2.2); iii) para chegarmos aos resultados de uma análise casuística, de cada um dos três casos relatados *per si*, visando uma descrição e compreensão mais minuciosa e próxima da realidade, que acreditamos ser suscetível de nos revelar as singularidades de cada um deles (secção IV.2.3).

IV.1.1 – Categorias, subcategorias e indicadores em análise

As categorias em análise nos relatórios dos casos de reunificação familiar foram previstas em estreita relação com a pergunta de partida estabelecida no início do estudo, “O reforço das equipas multidisciplinares é uma mais-valia para o trabalho feito com as famílias das crianças e jovens acolhidas em Casas de Acolhimento (CA), para assim se conseguir um retorno à família biológica de forma mais rápida e com as condições necessárias?”.

À luz do problema em investigação, e considerado o conteúdo dos relatórios (apurado na fase da pré-análise de conteúdo), foram consideradas duas categorias analíticas: o processo de acolhimento e a natureza da intervenção realizada.

Da relação direta de cada categoria com a pergunta de partida desta investigação, emergiram diversas subcategorias, teoricamente sustentadas em informações recolhidas com base na revisão de literatura, enfatizando a literatura sobre casas de acolhimento, reunificação familiar, famílias, e crianças e jovens, as quais estão no cerne da nossa questão, não esquecendo o inquérito por questionário administrado aos diversos técnicos das casas de acolhimento que lidam diariamente com esta realidade.

Na tabela que a seguir se apresenta foram sendo adicionados indicadores de acordo com as leituras flutuantes previamente realizadas dos relatórios em estudo e no decurso da análise propriamente dita. Os indicadores são referências mais próximas da linguagem utilizada nos relatórios, que permitem uma melhor perceção dos conceitos e aspetos a que é feita referência e que se enquadram nas subcategorias consideradas, conferindo-lhes concreção. Servem, adicionalmente, para facilitar a transposição das expressões consideradas para codificação e análise e a grelha categorial que construímos. (Cf. Tabela 6)

Tabela 6 – Categorias, subcategorias e indicadores em análise

Categorias	Subcategoria de Análise	Indicadores	
Acolhimento	Data de Acolhimento		
	Motivo do Acolhimento	Abandono Negligência Maus tratos físicos e psicológicos Absentismo/Abandono escolar Comportamentos desviantes/risco Alcoolismo dos progenitores	Ausência temporária/permanente suporte familiar Inexistência de habitação Abuso sexual <i>Bullying</i> Mendicidade Orfandade Prostituição infantil Outras

Categorias	Subcategoria de Análise	Indicadores
	Projeto de Vida	Reunificação Familiar
	Duração do Acolhimento	
Natureza da Intervenção	Técnicos envolvidos	
	Fatores facilitadores da intervenção	
	Respostas e Apoios Sociais	
Natureza da Intervenção	Trabalho das competências sociais e parentais das famílias	União e apoio familiar
		Fortes vínculos entre pais e filhos
	Visitas Domiciliárias	Capacidade de organização e partilha de tarefas
		Capacidade de resolver problemas
		Estabilidade no emprego
	Visitas a casa dos progenitores durante os fins-de-semana	Ter boa saúde
		Ter rendimento suficiente
Boa Relação conjugal		
Boas relações sociais		
Obstáculos à intervenção	Ter uma casa com condições adequadas	
	Adequado desenvolvimento individual	
	Propósito da visita	
	Regularidade	
	Técnicos responsáveis pela visita	
	O que facilitou	
Duração da Intervenção	Regularidade de saídas ao fim de semana	
	Desarticulação da intervenção com os serviços competentes da zona de residência da família da criança/jovem acolhida	
	Deslocalização da criança/jovem relativamente ao seu agregado de referência	
	Ausência de programas de intervenção comunitária integrada junto das famílias	
	Rejeição manifesta da criança/jovem ao projeto de reunificação familiar	
	Impossibilidade inesperada de integração segura na família	
	Aguarda decisão judicial/deliberação da CPCJ para aplicação/revisão da medida	
	Atrasos consideráveis na execução do plano de intervenção	
	Falta de meios de deslocação	
	Falta de tempo	

Fonte: Elaboração própria, 2017

As duas categorias em análise, acolhimento e natureza da intervenção são estruturantes na investigação. A categoria relativa ao processo de acolhimento foi decomposta nas

subcategorias caracterizadoras desse processo, a saber: a data em que ocorreu o acolhimento; o motivo na origem do acolhimento; o projeto de vida que foi delineado aquando da entrada na casa de acolhimento; o tempo que decorreu entre o acolhimento e o final da intervenção.

Já de acordo com a natureza da intervenção consideraram-se as seguintes subcategorias: os técnicos envolvidos; os fatores facilitadores da intervenção; as respostas e os apoios sociais; o trabalho realizado no âmbito das competências sociais e parentais das famílias; as visitas domiciliárias realizadas; as visitas a casa dos progenitores durante os fins-de-semana; os obstáculos na intervenção; a duração da intervenção.

Da utilização da grelha categorial assim composta – pelos dois conjuntos categoriais que vimos de apresentar – acreditamos que pode resultar uma resposta mais assertiva à questão de partida: uma perceção mais clara da forma como decorrem o processo de acolhimento de crianças/jovens e a sua reunificação familiar, iluminando os fatores que coadjuvam e os que constroem uma intervenção mais eficaz e rápida por parte das equipas.

Em jeito de síntese achámos oportuno representar os dois conjuntos categoriais que utilizamos na análise e que consideramos potenciadores da compreensão dos processos de acolhimento e de reunificação familiar das crianças/jovens. (Cf. Figura 9)

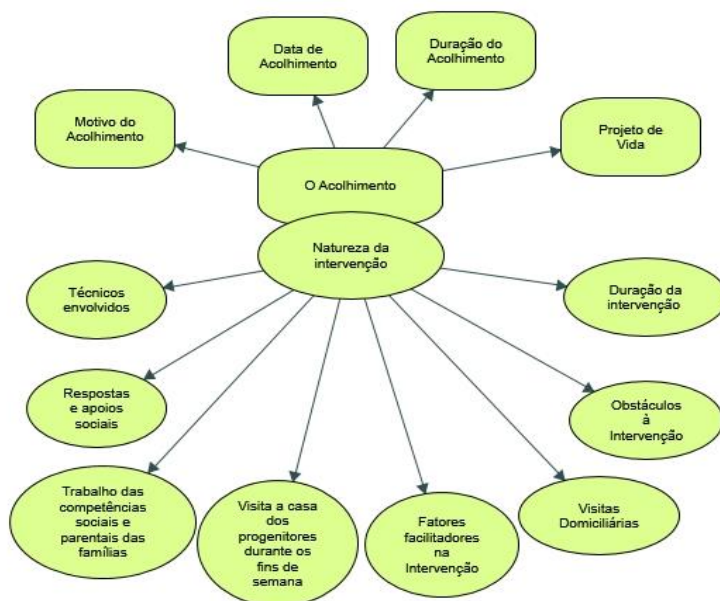


Figura 9 – Conjuntos categoriais/concetuais considerados na análise (categorias e subcategorias)

Fonte: Elaboração própria, 2017

IV.2 – Resultados da Análise de conteúdo

IV.2.1 – Resultados da análise ao *corpus*: uma visão geral

O resultado da codificação do *corpus* (os três relatórios processuais considerados), à luz da grelha categorial que vimos de apresentar, revela que a natureza da intervenção realizada é mais referenciada no conjunto das suas várias dimensões, do que o processo de acolhimento em si, o que se prende com a complexidade inerente ao trabalho das equipas técnicas junto das crianças/jovens e suas famílias para alcançar o projeto de reunificação familiar e à multiplicidade de elementos que o caracterizam.

Quando atentamos ao resultado da codificação no relativo ao processo de acolhimento percebemos que existe uma ênfase colocada no *acolhimento* em traços gerais (8,62%), no *projeto de vida delineado* (6,9%) e na *duração do acolhimento* (6,9%), tendo sido estas subcategorias as mais referenciadas.

No referente ao segundo conjunto categorial, relativo à natureza da intervenção, os aspetos mais evidenciados nos relatórios referiam-se aos *técnicos envolvidos* (14%), às *visitas domiciliárias realizadas* (12,97%), às *respostas e apoios sociais* concedidos às famílias (11,21%), e ainda ao trabalho realizado no campo das *competências sociais e parentais das famílias* (8,62%), que foram ou não trabalhadas com o apoio dos técnicos envolvidos no processo. (Cf. Figura 10)

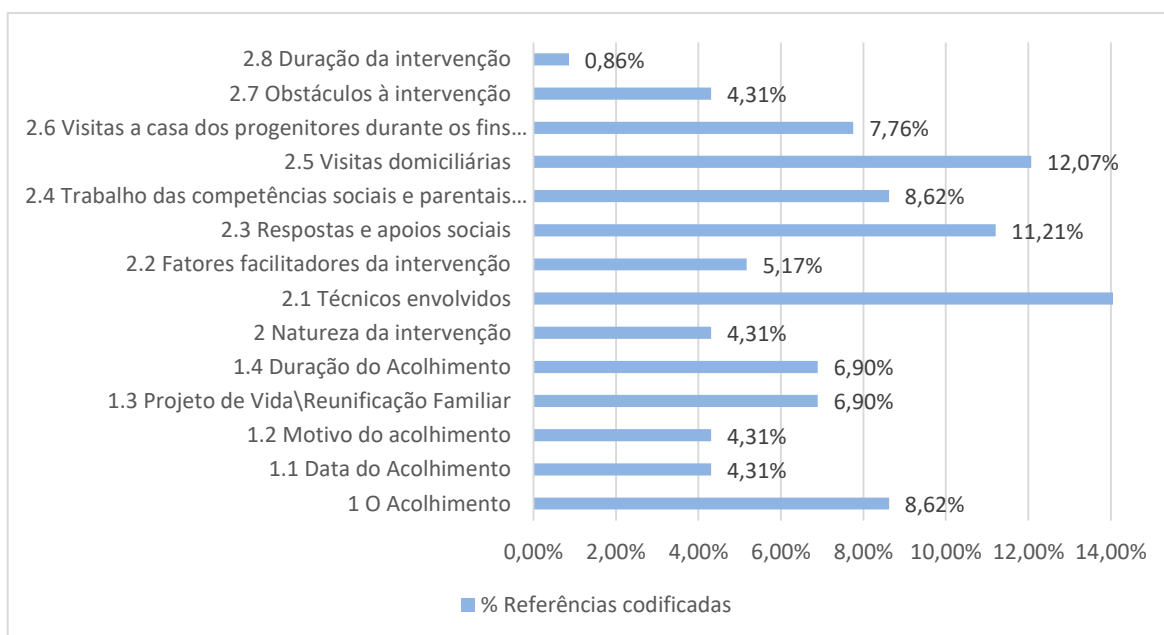


Figura 10 – Referências codificadas nos conjuntos categoriais em análise (%)

Fonte: Elaboração própria, 2017

Outra forma de representar a mesma realidade, eventualmente mais perceptível e seguramente mais detalhada, é a que podemos refletir com base em um gráfico de hierarquia.

A Figura 11⁶ ilustra as informações que dentro de cada relatório, no referente a cada categoria de análise, mereceram mais destaque, evidenciando os aspectos que foram trabalhados com mais ênfase pelos técnicos ou, pelo menos, aqueles que relataram com mais detalhe e a que concederam mais importância nos relatórios processuais.

A apreciação do gráfico de hierarquia e a constatação de que o acolhimento e a natureza da intervenção se desdobram em inúmeros detalhes que será importante conhecer, visando responder aos nossos objetivos e ao problema em estudo, levam-nos a considerar um nível de análise mais minucioso, em que revemos os resultados para cada conjunto categorial isoladamente, olhando para o seu interior e apreciando as informações constantes dos relatórios processuais sobre cada um deles. É este o propósito da próxima secção deste trabalho.

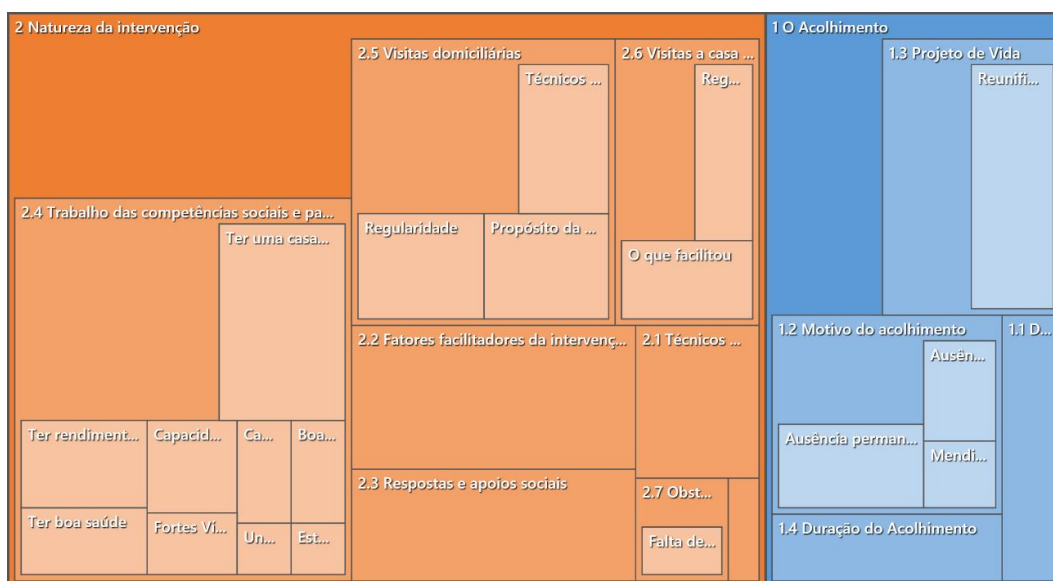


Figura 11 – Gráfico de hierarquia dos conjuntos categoriais em análise

Fonte: Elaboração própria, 2017

⁶ Cf. Apêndice 3 – Resultado da codificação dos relatórios processuais na grelha categorial.

IV.2.2 – Resultados da análise aos conjuntos categoriais

IV.2.2.1 – Os Processos de acolhimento

Relativamente ao processo de acolhimento, a sua caracterização em traços gerais mereceu 23% de referências no *corpus* em análise, as referências ao *projeto de vida de reunificação familiar* (19%) foram as que mais se evidenciaram no texto dos relatórios, tendo os aspetos relativos à *data e duração do acolhimento* representado em conjunto 24% das referências codificadas. O *motivo de acolhimento*, que representa 12% das referências codificadas, foi amplamente caracterizado, tendo sido possível apurar que a *ausência de suporte familiar* constituiu a principal causa do mesmo, tenha sido essa *ausência permanente* (12%) ou *temporária* (7%). A *mendicidade* foi apontada como um outro motivo para o acolhimento, representando 5% do total de referências codificadas.

Refira-se que nenhum dos demais fatores apontados como causas na origem de processos de acolhimento esteve presente nos casos em análise. (Cf. Figura 12)

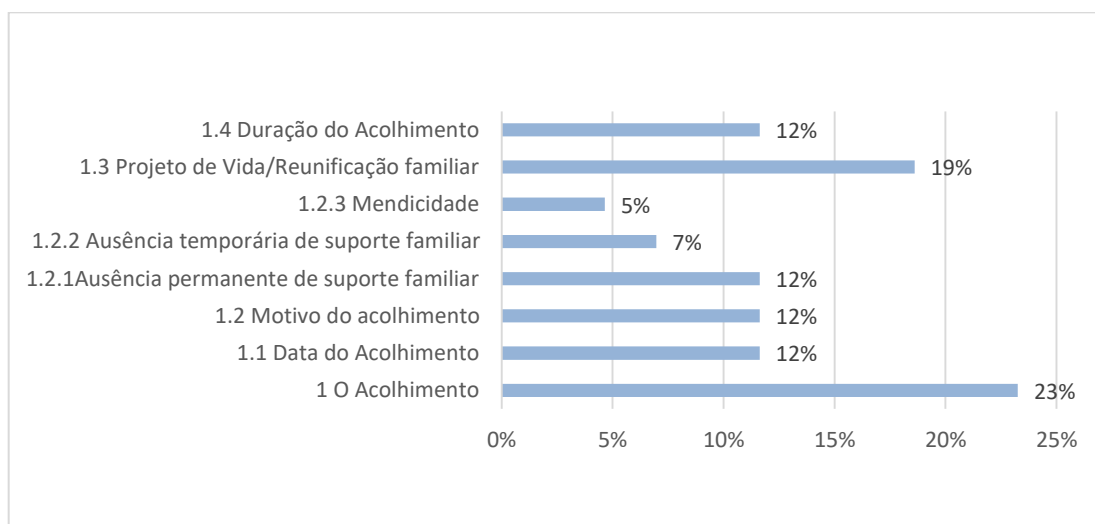


Figura 12 – Referências codificadas acerca do Processo de Acolhimento (%)

Fonte: Elaboração própria, 2017

IV.2.2.2 – A Natureza das intervenções

As intervenções realizadas foram amplamente relatadas pela complexidade da sua natureza e pela diversidade de fatores que as permeiam. (Cf. Figura 13)

O *trabalho das competências sociais e parentais das famílias* foi uma das dimensões da intervenção mais referenciadas (11%) e mereceu uma análise detalhada nos relatórios, tendo

sido as questões ligadas à sustentabilidade económica e às condições materiais da vida das famílias uma das principais dimensões trabalhadas pelos técnicos, encontrando-se referências às *condições da habitação* (7%), a que se associa a *existência de rendimentos suficientes* (3%) e de *estabilidade no emprego* (15), garantidas de *ter uma boa saúde* (2%).

Ainda que menos referenciados, o trabalho das competências sociais e parentais das famílias também envolveu aspetos como a *capacidade de resolver problemas* (2%), a *capacidade de organizar e partilhar tarefas* (2%) entre os membros da família, a *existência de boas relações sociais* (2%), de *fortes vínculos entre pais e filhos* (2%) que se traduzem em *união e apoio* familiar (1%), não apenas relativa às relações intrafamiliares, mas também às relações com os restantes membros da parentela.

No relato da natureza do trabalho realizado junto das famílias, os técnicos também aludiram aos *fatores facilitadores da intervenção* (10%) de uma forma muito mais significativa do que aos aspetos que se constituíram como *obstáculos* (1%) e que estiveram associados à *falta de meios de deslocação* (2%).

No contexto das intervenções realizadas, a referência às *respostas e aos apoios sociais* (8%) assegurados aquando do início do processo também pôde ser constatada, bem como as *visitas domiciliárias* realizadas (7%), cujo *propósito* (4%), *regularidade* (4%) e os *técnicos responsáveis* (4%) foram referidos.

No alinhamento da análise do processo em curso, a par das visitas domiciliárias empreendidas pelos técnicos, aparecem relatadas as *visitas a casa dos progenitores aos fins de semana* (4%), tendo sido possível encontrar referência aos aspetos que as tornaram possíveis ou *facilitou* (3%), bem como a sua *regularidade* (3%).

Os relatórios que pudemos analisar fazem, no decurso da sua exposição, referência aos *técnicos envolvidos* (5%) em todo o processo interventivo, bem como à *duração da intervenção* (1%), tendo sido processos de curto período de acolhimento que culminaram na reunificação familiar, refletindo casos de sucesso.

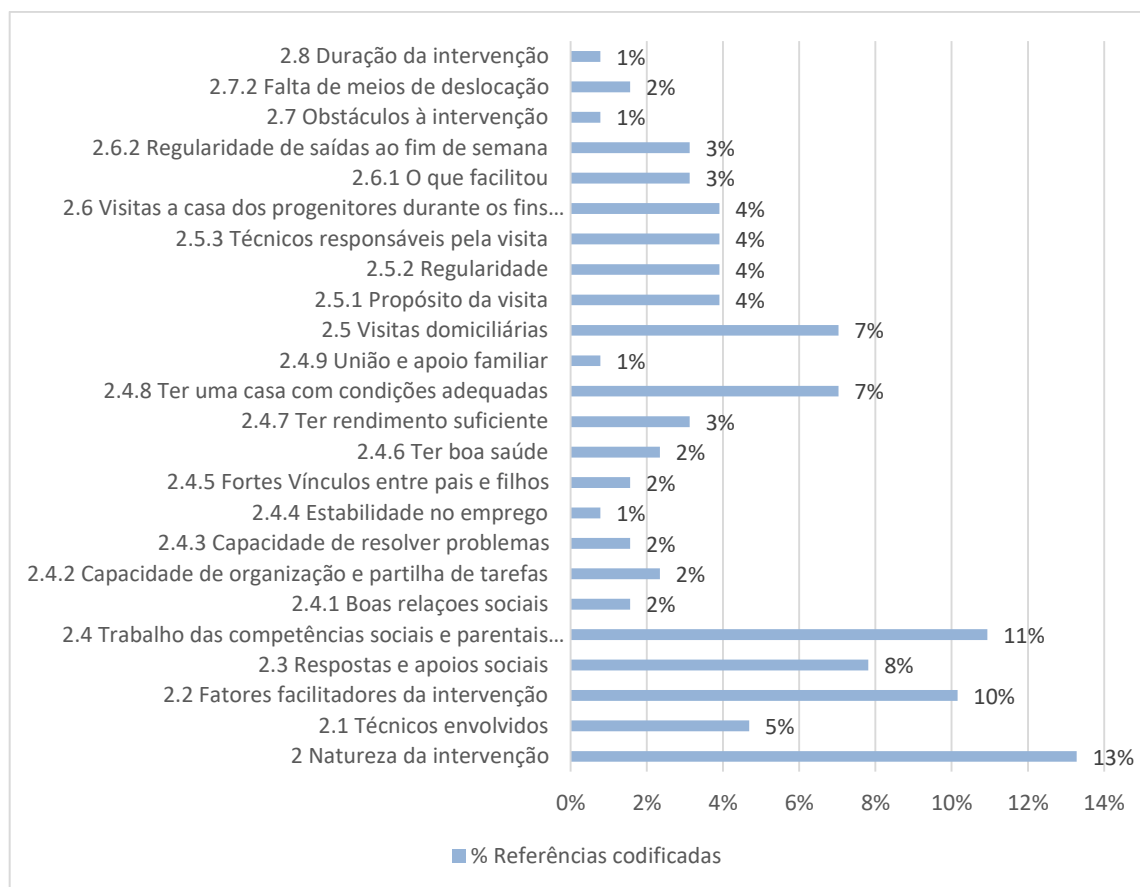


Figura 13 – Referências codificadas acerca da Natureza da Intervenção (%)

Fonte: Elaboração própria, 2017

IV.2.3 – Resultados da análise dos Casos

Como a leitura do conjunto oculta, por vezes, as matizes e singularidades, empreendemos uma terceira forma de análise, descendo ao relatório processual de cada Caso e apreciando-o de forma a reconstituir a narrativa dos processos de acolhimento e de intervenção que foram realizados tendo em vista a reunificação familiar de cada uma das três crianças/jovens e suas respetivas famílias.

IV.2.3.1 – Narrativa do Caso 1

No Caso 1, a análise que pudemos realizar dos indicadores, colocados com mais assertividade no relatório processual, relativos ao *processo de acolhimento* (2,11%), revelam que no concernente ao seu *motivo* (5,92%) que, o mesmo, foi devido ao “desemprego por

parte dos progenitores” e a “graves problemas de saúde por parte da mãe”, que originaram problemas no acompanhamento da fratria de irmãs.

Identificada a *reunificação familiar como projeto de vida* (2,74%) para estas crianças/jovens acolhidas, foi planeada a *natureza da intervenção* (29,59%), em relação à qual pudemos conhecer: os *técnicos envolvidos* (1,29%); os *fatores facilitadores da intervenção* (4,91%); as *respostas e os apoios sociais* de que beneficiaram (3,32%); o *trabalho das competências sociais e parentais da família* (15,98%); as *visitas domiciliárias* realizadas (8,12%); as *visitas a casa dos progenitores durante os fins-de-semana* (4,47%).

A referência *aos técnicos envolvidos* mencionou as “técnicas responsáveis pelo processo da CPCJ do concelho”, que intervieram em diferentes fases do processo de intervenção.

Os *fatores facilitadores da intervenção* referiram-se a “progenitores que desde o primeiro dia fizeram questão de ser participantes no processo das filhas”, não hesitando em “acatar todas as orientações”, refletindo a atitude colaborativa e empenhada da família que “aceitava as falhas” e demonstrou ser uma família “empenhada em fazer todos os progressos”. Outro fator facilitador da intervenção reportava o local de residência familiar: “residia no concelho da IPSS”.

No relativo às *respostas e aos apoios sociais* concedidos à família, encontrámos referência à “ação social da câmara do concelho para se conseguir apoios pontuais no pagamento de água, luz e gás” e à “inscrição gratuita no Projeto Escolhas”.

No que concerne ao *trabalho das competências sociais e parentais das famílias*, o relatório processual do Caso 1 referencia aspetos tão diversos como a *capacidade de organização e partilha de tarefas* (0,73%), *ter boa saúde* (0,89%), *ter rendimento suficiente* (0,75%) e *ter uma casa em condições adequadas* (3,32%).

As *visitas domiciliárias* realizadas no decurso do processo de intervenção foram apreciadas segundo o seu *propósito* (3,13%) e os *técnicos responsáveis pela visita* (0,96%), e assumiram um papel importante no acompanhamento das famílias e na concretização do trabalho das suas competências sociais e parentais.

Por último, e não menos importante para a análise do caso, a reflexão sobre as *visitas a casa dos progenitores durante os fins-de-semana* identificou *aspetos facilitadores* (1,01%), como a existência de um “ambiente familiar mais calmo e pacífico”, e enfatizou a *regularidade de saídas ao fim de semana* (1,99%) como elementos importantes na preparação de um

ambiente familiar ajustado ao regresso das crianças/jovens, fator decisivo para a reunificação.

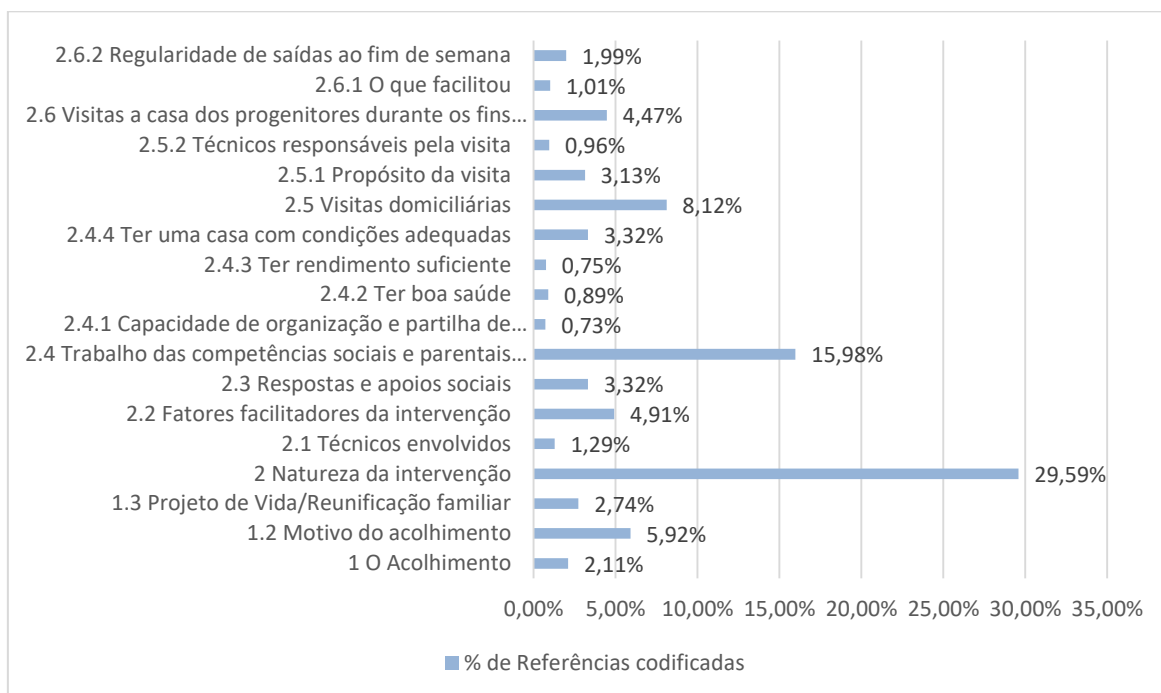


Figura 14 – Referências codificadas no Caso 1 (%)

Fonte: Elaboração própria, 2017

IV.2.3.2 – Narrativa do Caso 2

No Caso 2, como é perceptível através da Figura 15, a *natureza da intervenção* (35,38%) e, na sua análise, as *visitas domiciliárias* que foram realizadas (11,45%), bem como as *visitas a casa dos progenitores aos fins de semana* (9,35%) foram os elementos que mais evidência tiveram e que mais foram refletidos no relatório processual do caso.

Na reflexão a respeito do *acolhimento* (2,93%) e do *motivo na origem do acolhimento* (6,65%), o relatório faz referência a um “problema de saúde da criança”, que terá, diante da incapacidade da família em lhe dar resposta, despoletado uma *ausência permanente de suporte familiar* (0,7%).

O projeto de vida delineado, apesar dos constrangimentos iniciais, motivado pela saúde da criança, foi o da *reunificação familiar* (1,73%). Assim, no que concerne à natureza da intervenção, detalhadamente relatada, pudemos ficar a conhecer: *os técnicos envolvidos* (1,2%) para a intervenção ser conseguida; *os fatores facilitadores da intervenção* (1,12%),

tendo sido apontada a “melhoria das condições habitacionais”; as *respostas e os apoios sociais* (3,16%), designadamente “abonos por parte da Segurança Social” e a “obtenção do RSI”, medidas que foram alcançadas com o auxílio da equipa de técnicos que trabalhou no caso.

A análise do relato sobre o *trabalho das competências sociais e parentais das famílias* (6,45%), essencial para um projeto de vida que almeja a reunificação familiar, permitiu-nos conhecer os meandros da atuação dos técnicos no contexto familiar e as dimensões trabalhadas tendo em vista a concretização do projeto de vida delineado. Daí que o conhecimento de todas as diligências empreendidas nesse sentido seja fundamental, informação que pudemos colher com base no relatório processual deste Caso, em que as más condições habitacionais foram foco de intervenção no sentido de que a família viesse a *ter uma casa com condições adequadas* (1,73%), tendo sido mencionada a “aquisição de uma casa maior” que possuísse as “condições mínimas de habitabilidade”.

Tendo em conta *as visitas domiciliárias, o propósito da visita* 3,69%) e os *técnicos responsáveis pela visita* (1,59%) são sempre elementos importantes para compreender a natureza de que, as mesmas, se revestem. Assim, pudemos perceber que as visitas domiciliárias foram feitas com o intuito de saber se a família estava a trabalhar no sentido e melhorar as suas condições habitacionais e visando reunir “informações da rede de vizinhança, de forma a sustentarmos a nossa possível decisão, ou seja, do regresso da criança a casa”. No que respeita aos *técnicos responsáveis pela visita*, como é sustentado no caso, tratou-se de “técnicos da IPSS, bem como do técnico da Segurança Social”, articulação que consideramos uma mais-valia para o sucesso da intervenção.

O relatório processual do Caso 2 também fez referência aos *obstáculos à intervenção* (5,05%), tendo sido a *falta de meios de deslocação* (1,68%) um fator a ter em conta, “pois estavam afastados do local de acolhimento” e verificava-se a “falta de transporte”, aspetos que fragilizaram a manutenção dos laços e de um contacto mais frequente entre a família e as crianças.

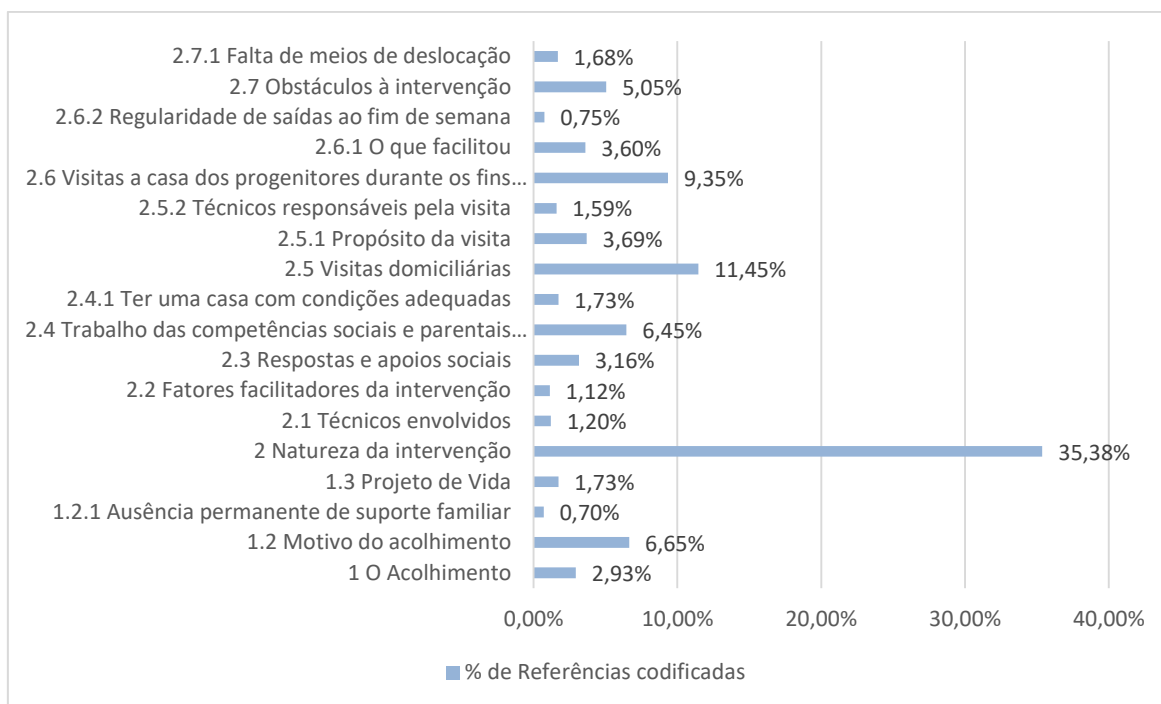


Figura 15 – Caso 2

Fonte: Elaboração própria, 2017

IV.2.3.3 – Narrativa do Caso 3

No Caso 3, foi possível apurar que o *motivo do acolhimento* (22,01%) e o *trabalho das competências sociais e parentais com as famílias* (40,5%) foram as categorias analíticas mais referenciadas no relatório do caso, evidenciando a sua centralidade na narrativa e no processo de intervenção delineado para concretizar o projeto de vida.

Sobre o *motivo do acolhimento* ficámos a saber que foi o da *ausência permanente de suporte familiar* (3,29%), justificada pelo “desemprego e que os obrigou a ficar sem dinheiro e sem retaguarda familiar e de amigos”. Desta forma, a família destruturou-se de forma repentina, e não sabendo como lidar com a situação recorreu à *mendicidade* (3,46%) como forma de assegurar a sua subsistência, situação a que esteve sujeita antes do início da intervenção. Assim se pode confirmar através de referências como o “despejo da casa que habitavam por falta de pagamento” e também “obrigados a viver na rua, num descampado e tendas”. Todos estes motivos levaram ao acolhimento da criança/jovem numa CA, a fim de ter os seus direitos assegurados e não estar sujeita à privação de não ter habitação condigna nem alimentação assegurada, dada a miséria em que os seus pais se encontravam.

Na caracterização da *natureza da intervenção* (14,72%), encontramos referência aos *técnicos envolvidos* (1,27%), às *respostas e apoios sociais* (3,9%) concedidos, ao *trabalho das competências sociais e parentais*, às *visitas domiciliárias* (9,48%), e às *visitas a casa dos progenitores durante os fins-de-semana* (8,25%).

No respeitante aos *técnicos envolvidos* na intervenção, e como referenciado no relatório processual, a “técnica da IPSS e da segurança social” foram as presenças mais evidentes no trabalho que se realizou com a família.

As *respostas e os apoios sociais* foram previstas no sentido de se providenciar a “habitação dos progenitores para garantir que as rendas eram pagas, que haviam as condições mínimas para os receber”.

A narrativa patente no relatório acerca das *competências sociais e parentais das famílias* revelou-se a mais detalhada do *corpus*, tendo sido este o Caso em que mais elementos foram descritos e refletidos. Designadamente, *as boas relações sociais* (3,66%) entre a equipa e os membros da família, referido como “sempre disponíveis para receber as indicações dos técnicos responsáveis pelo processo”, *a capacidade de resolver problemas* (2,81%), enquanto competência importante nestes processos, sendo referido que o casal “começou logo a procurar emprego” e “conseguiu alugar uma casa”, e a existência de *fortes vínculos entre pais e filhos* (8,66%), que numa reunificação familiar são importantes, foi visível e é destacada no relatório, com referências como “bons pais cuidadores, preocupados e dedicados aos seus filhos”.

Como uma das problemáticas desta família era o desemprego, nas competências trabalhadas *ter rendimento suficiente* (1,23%) emergia como condição de base a assegurar, assim, a esposa conseguiu “emprego na mesma cidade que o marido”, o que auxiliou a uma aproximação e permitiu a reunificação familiar, havendo rendimento familiar para que, no regresso a casa, os filhos já encontrassem a família numa situação financeira estável, capaz de assegurar condições de vida condignas. De facto, *ter uma casa com condições adequadas* (1,23%) só pôde verificar-se com a garantia de emprego e rendimento, como referido no relatório, “facilitou o arrendamento de uma casa”. É de frisar que as competências foram trabalhadas pelos técnicos, mas houve muita iniciativa por parte dos progenitores para alcançar este caminho, necessariamente aliada à já referida *capacidade para resolver problemas*, que o relatório também refere.

Respeitante às *visitas domiciliárias*, o relatório processual deste Caso evidencia o *propósito* (2,23%) e os *técnicos envolvidos* (2,57%). Em relação ao propósito da visita era para verificar o trabalho que foi realizado com as famílias – “a habitação dos progenitores, para garantir que as rendas eram pagas”. Quanto aos *técnicos envolvidos*, atores fulcrais neste processo, são referidos os “técnicos da IPSS de acolhimento da jovem e os técnicos da segurança social” como os mais significativos.

Uma vez que este agregado foi fundamentalmente intervencionado no sentido de ter habitação com condições, a análise ao relatório é rica em referências aos progressos alcançados, que facilitaram a *visita a casa dos progenitores aos fins-de-semana*, como forma de não se quebrarem os laços afetivos e continuarem a ter uma vida em comum, para que o “regresso não fosse estranho nem uma entrada nas rotinas de forma repentina, que todo o trabalho até aí feito fosse posto em causa”.

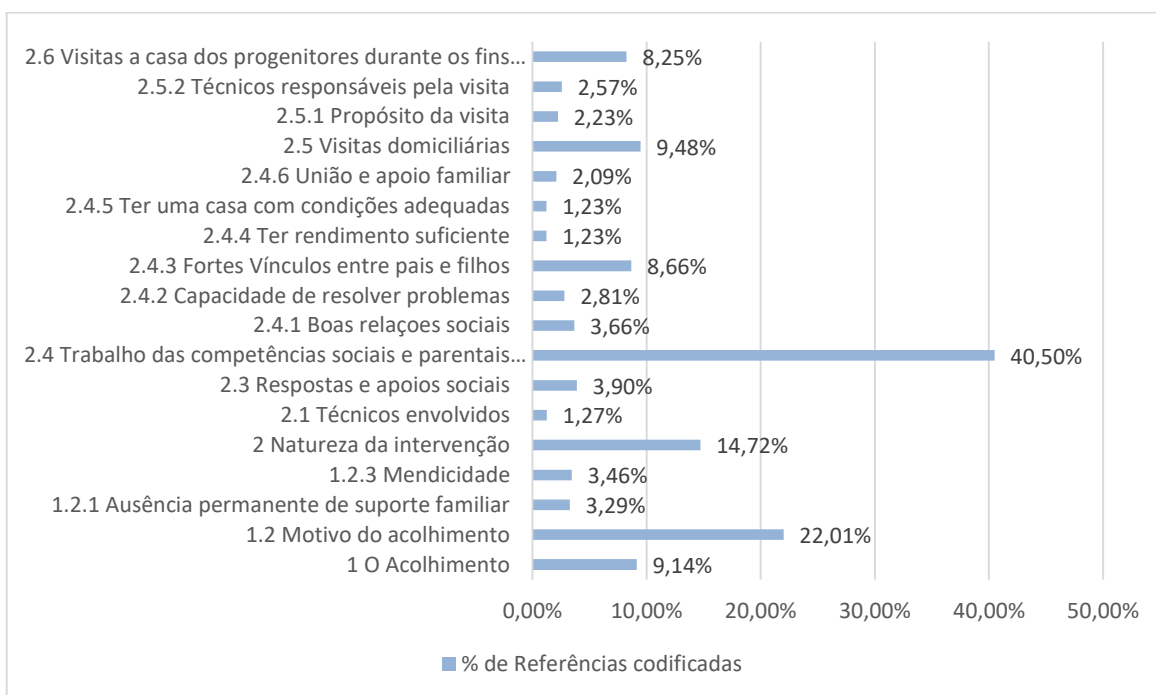


Figura 16 – Caso 3

Fonte: Elaboração própria, 2017

IV.3 – Apresentação dos resultados consequentes do questionário ministrado

A finalidade deste ponto é a exibição dos resultados obtidos através dos questionários que foram apresentados às equipas técnicas das CA, aferindo as suas perceções em relação à forma como os técnicos apuram e assinalam a importância da reunificação familiar, as

intervenções e as formas de tornar o processo mais rápido e assertivo tendo em conta o projeto de vida criança/jovem. (Cf. Apêndice 1 – Inquérito por Questionário)

Desta forma, apresentamos os resultados da análise estatística dos questionários, assim como uma reflexão em torno das partes constituintes do questionário, organizado por fases. As fases em que se organizou o questionário deverão ser entendidas através de 6 etapas que nos ajudaram a perceber os dados da investigação em curso. Assim, no ponto um é feita a caracterização individual de cada inquirido; no ponto dois, é realizada a caracterização da casa de acolhimento; no ponto três são elencados os motivos que levaram ao acolhimento; no ponto quatro é focada a reunificação familiar; no ponto cinco enumerámos os obstáculos e constrangimentos na intervenção da reunificação familiar, e, por fim, o ponto seis que nos permite verificar a intervenção efetuada tendo tido como ponto de partida a reunificação familiar presente no projeto de vida individual de cada caso.

IV.3.1 – Caracterização socioprofissional da amostra dos técnicos das equipas multidisciplinares

IV.3.1.1 – O género dos inquiridos

Colaboraram na investigação grande parte das equipas das CA do distrito de Bragança, 12 são do género “feminino” (75%), por isso, mais de metade da amostra, sendo 4 do género “masculino”, o que corresponde a 25% da amostra. Como podemos constatar pela observação da Figura 17, há uma predominância do género “feminino”.

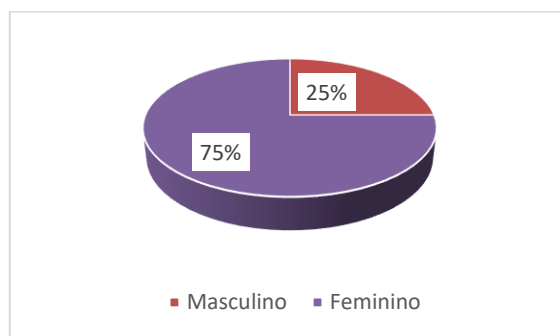


Figura 17 – Género

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.3.1.2 – Idade dos inquiridos

De acordo com as idades dos técnicos que deram resposta ao questionário, metade dos respondentes (50%) regista idades situadas na faixa etária “de 31 a 40 anos”, num total de 8 inquiridos. Cinco dos inquiridos pertencem à faixa etária “de 20 a 30 anos” (31,3%), e os restantes 3 encontram-se na faixa etária “de 41 a 50 anos” (18,8%).

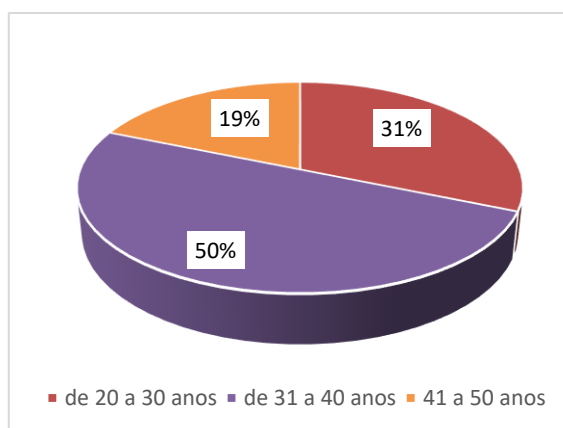


Figura 18 – Idade

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.3.1.3 – Estado Civil

Mais de metade dos técnicos que responderam (54%) têm o estado civil “Casado”, com 7 respostas. De seguida, 5 técnicos assinalaram o estado civil “Solteiro” (38%), e 3 (18,8%) selecionaram a opção “União de facto”. Por fim, a opção que regista menor percentagem é o estado civil “Divorciado”, com apenas uma resposta (8%).

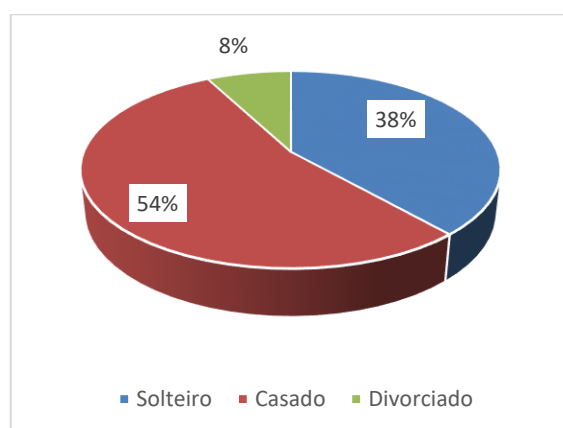


Figura 19 – Estado Civil

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.3.1.4 – Número de filhos dos inquiridos

Os resultados desta questão esclarecem que 5 dos inquiridos (31%) não têm qualquer descendente. Já no universo dos que têm, 7 (44%) têm dois filhos e 4 (25%) têm um filho.

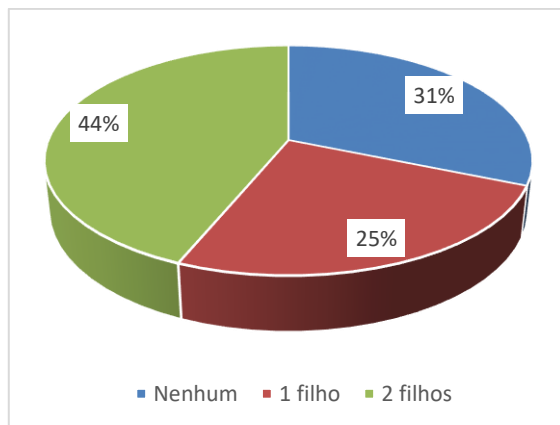


Figura 20 – Número de Filhos dos Inquiridos

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.3.1.5 – Habilitações literárias dos inquiridos

Metade dos técnicos (50%) possui como habilitação literária a “Licenciatura”. Seguem-se os que possuem uma “Pós-Graduação”, num total de 5 respostas (31% dos inquiridos) e, por fim, 3 (19%) inquiridos detêm a graduação de Mestre.

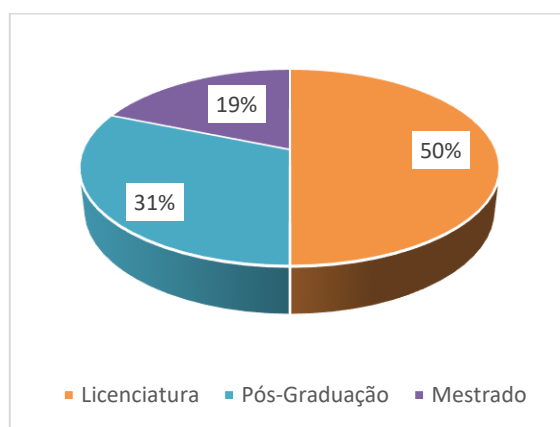


Figura 21 – Habilitações Literárias

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.3.1.6 – Área de formação dos inquiridos

No que diz respeito a esta questão, a área de formação dos inquiridos é diversificada, tendo-se registado uma maior predominância (38%) na área de formação de “Trabalho social e orientação”, seguida da área de “Psicologia”, com 31% das respostas. 4 dos técnicos (25%) vêm de áreas de formação como a docência, a gestão e a animação sociocultural e, por fim, 1 dos técnicos (6%) tem como formação inicial a área da Sociologia e outros estudos.

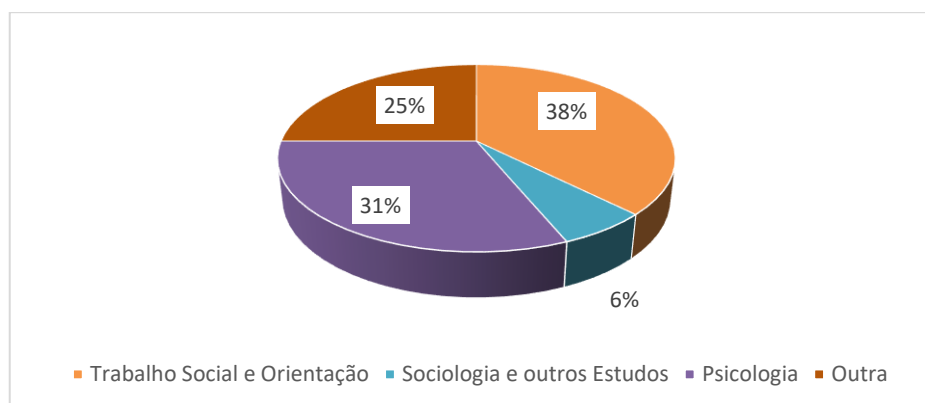


Figura 22 – Áreas de Formação

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.3.1.7 – Número de anos que trabalha nesta área

De acordo com o número de anos que trabalha na área social, relativamente ao trabalho em CA, 5 inquiridos acumulam entre “4 a 8” anos de trabalho na área social (31%), e 5 técnicos entre os “9 e os 14” anos (31%), perfazendo um total de 62 % no total dos inquiridos. De “1 a 3 anos” obteve 4 respostas (25%), um quarto das respostas, e 2 dos inquiridos afirmam trabalhar há mais de 15 anos nesta área (13%).

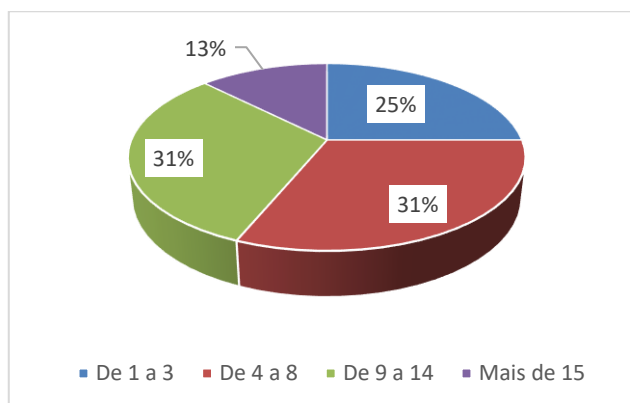


Figura 23 – N.º de anos que já trabalha nesta área

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.4 – Caracterização da Casa de Acolhimento

IV.4.1 – Número de Técnicos existentes na Casa de Acolhimento

Das respostas obtidas, aferiu-se que todas as casas têm psicólogos, sendo de realçar que a maioria conta com 3 profissionais desta área nos seus recursos humanos (44,9%). No que diz respeito ao número de técnicos de serviço social, todas as CA contam com 1 técnico desta categoria profissional (19,4%), sendo que, estes, são em menor número.

Verificamos que mais de 50% das casas de acolhimento têm um educador social (18,4%). No que respeita à categoria de animador sociocultural, apenas uma CA tem 1 colaborador com essa área de formação (1%). Psicomotricidade humana é uma categoria profissional pouco presente nas equipas, uma vez que 15 dos inquiridos referem que a mesma não existe (93,8%) no seio das suas equipas, destacando-se que um dos técnicos menciona que há 2 técnicos dessa área (2%) que fazem parte da equipa multidisciplinar da CA. (Cf. tabelas 19 e 20)⁷

No que concerne à categoria de professor (8,2%), 9 técnicos (56,3%) mencionam não existirem professores pertencentes às equipas; 6 dos restantes inquiridos mencionam que há um professor a fazer parte das equipas (37,5%), e um técnico refere que há 2 professores que fazem parte da equipa. (Cf. tabela 21)⁸

A existência de outros técnicos nas equipas multidisciplinares ocupa pouca percentagem (6,1%), 62,5% (10 das respostas) indicam não existir mais nenhuma categoria presente além das indicadas anteriormente. (Cf. Tabela 22 XX)⁹

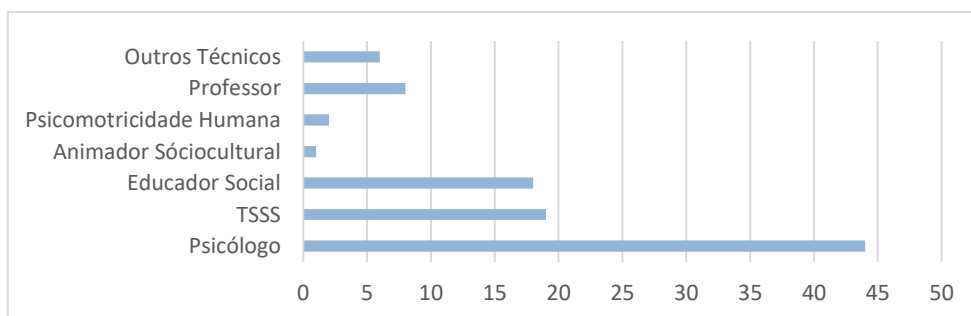


Figura 24 –Técnicos existentes nas CA

Fonte: Elaboração própria, 2018

⁷ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis nas tabelas 19 e 20 – Apêndice 3

⁸ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis na tabela 21 – Apêndice 3

⁹ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis na tabela 22 – Apêndice 3

IV.4.2 – Cargo que ocupa na equipa técnica

Nesta fase, foi analisado o cargo ocupado pelos inquiridos e concluímos que 87,5% das respostas nos indicam que os inquiridos fazem parte da “Equipa Técnica”, sendo que apenas 2 deles têm um cargo na “Direção Técnica” (12,5%).

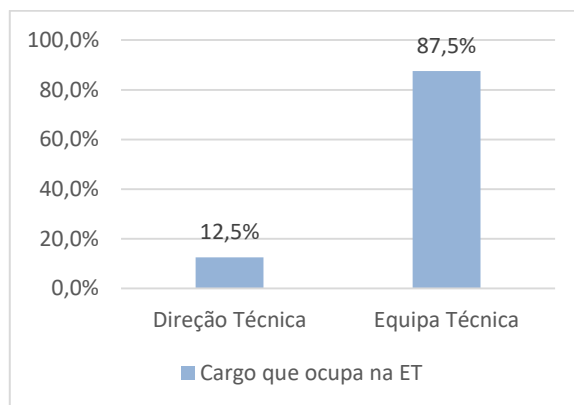


Figura 25 – Cargo que ocupa na ET

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.4.3 – Integração do SERE+

No seguinte gráfico, está espelhada a integração das instituições no programa “SERE+” que representa um reforço das equipas técnicas por parte da Segurança Social. Pela análise da mesma, concluímos que 12 das Instituições integram este programa (75%) e apenas 4 afirmam não ter um reforço por via deste programa (25%).

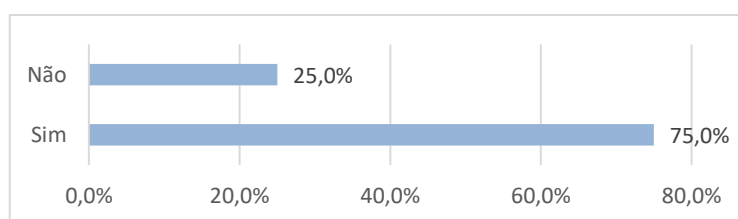


Figura 26 – Integra ou integrou o SERE+

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.4.4 – Acolhimento de crianças/jovem de que sexo

Relativamente ao tipo de crianças acolhidas segundo o sexo, concluímos que 6 (37,5%) são CA que acolhem meninas, as mesmas 6 acolhem meninos (37,5%) e 4 fazem um acolhimento misto (25%).

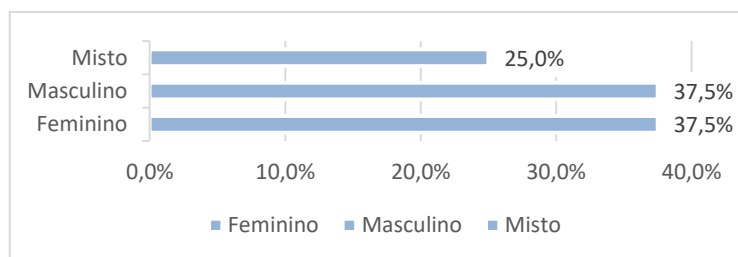


Figura 27 – Sexo crianças/jovens acolhidas

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.4.5 – Capacidade de acolhimento da CA

No referente à capacidade de acolhimento das CA, a opção “mais de 46” foi a mais expressiva, de entre as possíveis, correspondendo a uma percentagem de 37,5%, seguida das CA com capacidade de acolhimento de “entre 16 a 30 crianças/jovens” (31,3%). No que concerne à possibilidade “até 15”, registaram-se duas respostas (12,5%), e as CA com capacidade “de 31 a 45” obtiveram 3 respostas (18,8%).

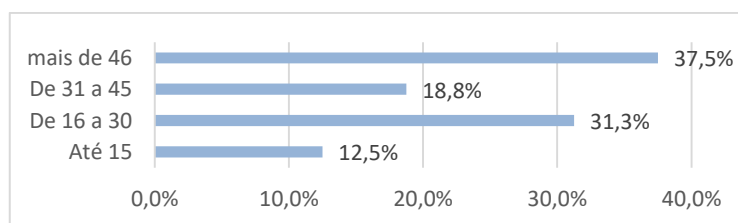


Figura 28 – Capacidade de Acolhimento da CA

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.4.6 – Acolhimento de crianças/jovens no 1.º semestre de 2017

A maioria dos técnicos inquiridos afirma que houve um acolhimento “até 3 crianças/jovens”, representando 68,8% da população em estudo, por isso, uma maioria das respostas obtidas. De seguida regista-se a opção de “4 a 6 crianças/jovens” que equivale a 31,3% do total das respostas. Assinalamos, ainda, que nenhuma das CA recebeu mais de seis crianças no primeiro semestre de 2017.

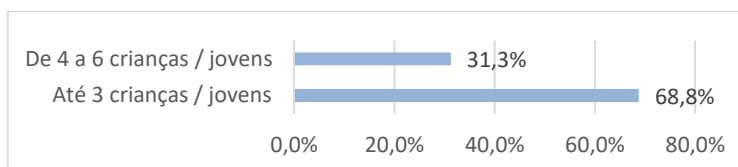


Figura 29 – Quantas crianças/jovens foram acolhidas até ao primeiro semestre de 2017

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.5 – Motivos do acolhimento

Identificámos os principais motivos que levam ao acolhimento nas CA, salvaguardando-se, desde já, alguns motivos que não foram assinalados nas opções possíveis por não terem tido visibilidade nas respostas obtidas, sendo eles: abandono; alcoolismo dos progenitores; ausência permanente de suporte familiar; inexistência de habitação; abuso sexual; *bullying*; mendicidade; orfandade e prostituição infantil.

No que diz respeito ao motivo com mais representatividade, destaca-se a “negligência” (87,5%) com um total de 14 respostas (26,9%). (Cf. tabela 28)¹⁰

O segundo principal motivo que levou ao acolhimento foi o “absentismo e abandono escolar”, obtendo 12 respostas (23,1%). Em terceiro lugar, aferimos que os “comportamentos desviantes/risco” constituem outra causa para a o acolhimento, obtendo o mesmo resultado que o motivo anterior. Já em menor escala de importância, a “ausência temporária de suporte familiar” é outro motivo considerado como fulcral e que pode levar ao acolhimento (56,3%), com 9 respostas que apontam nesse sentido (17,3% dos inquiridos), salientando, ainda, que 7 dos inquiridos não referiram este motivo como principal. Destacam-se, ainda, os maus tratos físicos e psicológicos, com uma frequência de 5 respostas (9,6%). (Cf. tabelas 29-32)¹¹

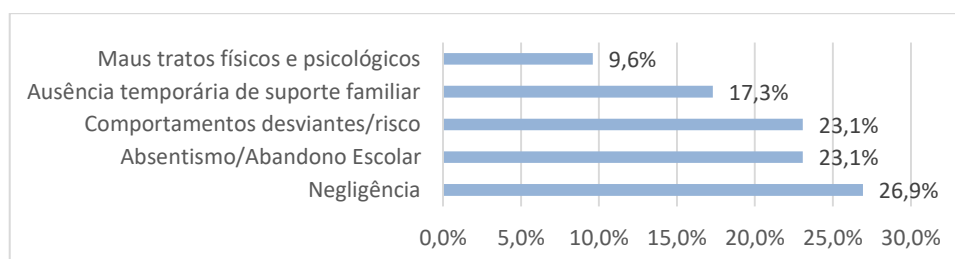


Figura 30 – Os principais motivos do acolhimento

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.6 – Procedimentos tomados após o acolhimento

Atendendo à natureza aberta desta questão considerou oportuno empreender uma análise de conteúdo com auxílio do *software* Nvivo, para a qual se considerou uma categoria e várias subcategorias que viriam a resultar da análise.

¹⁰ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis na tabela 28 – Apêndice 3

¹¹ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis nas tabelas 29 a 32 – Apêndice 3

Como se pode verificar no gráfico seguinte, todos os inquiridos referiram informação importante e pertinente sobre os *procedimentos tomados após o acolhimento*, sendo que o aspeto mais referenciado, por 14 dos inquiridos, foi de que os mesmos passam por “etapas/estratégias usadas após o acolhimento”, tendo sido, numa segunda linha de referência, indicados aspetos caracterizadores das formas de atuação aquando do acolhimento institucional, tais como o “contacto com os serviços para integração na zona da CA” (8 inquiridos).

Com menos relevância nas respostas foram mencionados os “documentos preenchidos para o processo individual da criança/jovem” (4 respostas) e os “técnicos envolvidos” (1 resposta).

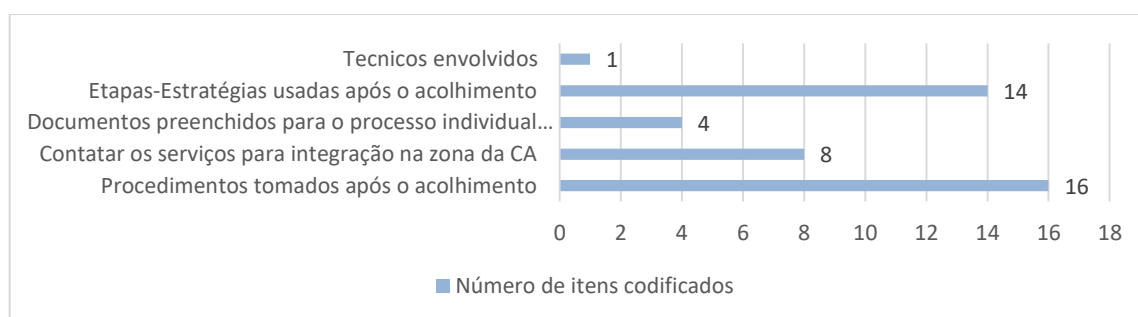


Figura 31 – Número de itens codificados acerca dos Procedimentos tomados após o acolhimento

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.7 – Identificação da Reunificação Familiar

IV.7.1 – Número de casos com o projeto de vida a Reunificação Familiar

Relativamente à questão “Quantas crianças/jovens têm delineado, como projeto de vida, a reunificação familiar?”, o valor “de 4 a 6 crianças/jovens” foi o mais indicado (37,5%), mas não pela maioria dos inquiridos, uma vez que obteve 6 respostas. Em relação aos outros valores em estudo, “de 7 a 9”, “de “10 a 12”, e “mais de 12” obtiveram 3 respostas (18,8%) cada. (Cf. tabela 33)¹²

Nesta fase é importante frisar que um dos inquiridos no momento do preenchimento do questionário não tinha qualquer caso para reunificação familiar (6,3%), o que o delimita no nosso estudo, e esta é a razão pela qual a partir deste ponto só se encontram em análise as

¹² Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis na tabela 33 – Apêndice 3

respostas de 15 técnicos, já que as perguntas seguintes contemplavam a necessidade de casos de crianças/jovens que têm delineado como projeto de vida, a reunificação familiar.

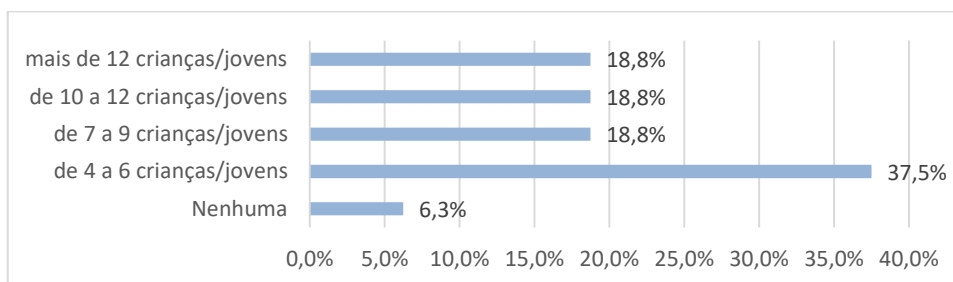


Figura 32 – Projeto de Vida a Reunificação Familiar

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.7.2 – Intervenção planeada para a RF

Em relação à *Intervenção planeada para a Reunificação Familiar*, a análise foi feita com o auxílio do programa Nvivo e tiveram-se em consideração as subcategorias: “Estratégias/Atividades planeadas com as crianças/jovens”; “Estratégias/Atividades planeadas com as famílias e Técnicos envolvidos na Intervenção”.

No que concerne à *Intervenção planeada para a Reunificação familiar*, a subcategoria “Estratégias/Atividades planeadas com as famílias” foi a que se destacou nas respostas obtidas, tendo sido referida por todos os inquiridos (15) que tiveram o cuidado de frisar o trabalho que é realizado com e para as famílias das crianças/jovens acolhidas. Em segundo lugar de importância e de referência apareceram as “Estratégias/Atividades planeadas com as crianças/jovens” (14), sendo a menção aos “Técnicos envolvidos na intervenção” pouco expressiva (apenas 1 inquirido).

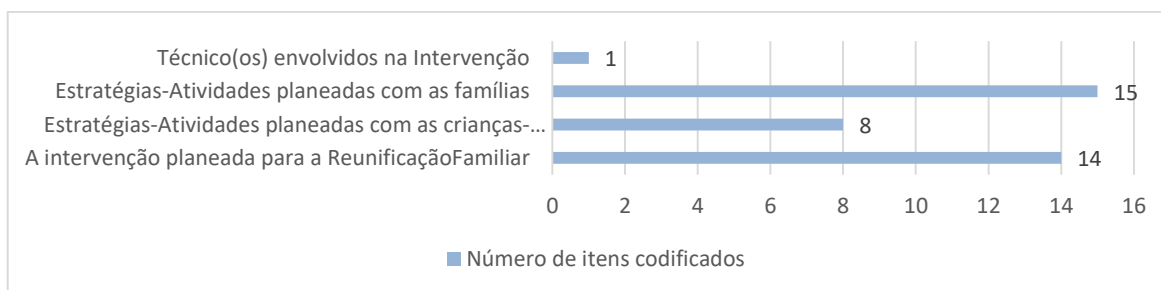


Figura 33 – Número de itens codificados acerca da Intervenção planeada para a RF

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.7.3 – Número de irmão das crianças/jovens acolhidas

De acordo com o gráfico que compila as respostas desta pergunta, é visível que todas as crianças/jovens acolhidas têm irmãos, sendo o número mais predominante o de “2” irmãos (5,3%), ocupando mais de metade das respostas obtidas pelos inquiridos. Ter um irmão corresponde à resposta dada por 5 técnicos (33,3%), e mais de 2 irmãos foi registada em dois questionários, ocupando uma pequena percentagem (13,3%).

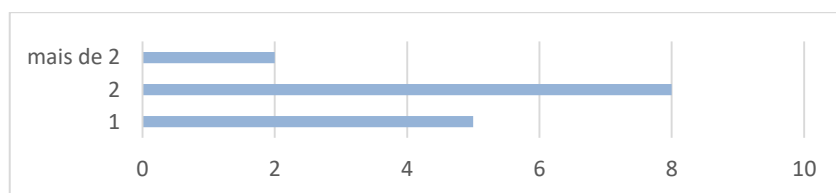


Figura 34 – Número de irmãos

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.8 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias

IV.8.1 – Obstáculos na intervenção com as famílias

Quando questionados em relação ao grau de importância de que se revestem os diferentes obstáculos que enfrentam na intervenção que realizam com as famílias das crianças/jovens acolhidas, os técnicos responderam priorizando as diferentes opções fornecidas. A figura 37 compila as respostas que classificaram obstáculos como muito importantes, sendo que nos respetivos apêndices podem ser aferidas as respostas priorizadas noutras posições de menor importância.

De acordo com o primeiro ponto referido no questionário “deslocalização da criança/jovem relativamente ao seu agregado de referência”, este foi considerado, pela maioria dos inquiridos, como sendo “muito importante” (80%), tendo obtido 12 respostas num total de 15, e as restantes 3 respostas apreciaram a deslocalização como sendo importante. (Cf. tabela 35)¹³

Considerando “a ausência de programas de intervenção comunitária integrada junto das famílias”, com um possível obstáculo na intervenção, os técnicos inquiridos apreciaram a categoria (Cf. tabela 36)¹⁴ em três graus diferentes de importância: “Pouco Importante”; “Importante” e “Muito Importante”, ainda assim a apreciação do item como “Muito

¹³ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis na tabela 35 – Apêndice 3

¹⁴ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis na tabela 36 – Apêndice 3

Importante”, com 60%, foi a que se destacou, de acordo com as 9 respostas alcançadas. Na opção “importante”, houve uma frequência de 5 respostas (33,3%) e apenas um dos inquiridos considerou que este item era de pouco importante (6,7%).

Dos 15 técnicos que constituem a amostra, 10 consideram como “muito Importante” (66,7%) a “rejeição manifesta da criança/jovem ao projeto de reunificação familiar” enquanto obstáculo na intervenção, restando os outros cinco que a consideram importante. (Cf. tabela37)¹⁵

O obstáculo “impossibilidade inesperada de integração segura na família” foi apreciado pela maioria dos inquiridos (80%) como “muito importante”, ou seja, 2 dos inquiridos consideram este obstáculo na intervenção. Apenas 3 dos restantes inquiridos (20%), o referiram como “importante”. (Cf. tabela 38)¹⁶

No referente ao obstáculo “aguardar a decisão judicial/deliberação da CPCJ para aplicação da medida”, o mesmo também foi apreciado como “muito importante” e “importante”. Dos 9 inquiridos neste ponto, a maioria (60%) considera-o como “muito importante” e 6 (40%) consideram-no “importante”. Neste ponto relativo aos obstáculos na intervenção, verifica-se que os mesmos se concentram entre “muito importante” e “importante”, não havendo nenhuma resposta no sentido contrário. Dos 15, 7 (46,7%) consideram-no “Muito Importante” e 8 (53,3%) como “Importante”. (Cf. tabela 39)¹⁷

Como é visível pela análise de dados, metade da amostra (53,3%) considera a “falta de meios de deslocação” como um obstáculo “Muito Importante” na intervenção. Os restantes inquiridos (40%) colocaram como “Importante” a “Falta de meios de deslocação”. Apenas um técnico considera que a “falta de meios de deslocação” (6,7%) não é um obstáculo na intervenção. (Cf. tabela 40)¹⁸

Relativamente à questão seguinte, a quase maioria considera que a “falta de tempo” é um obstáculo muito importante (46,7%) ou importante (40%) aquando da intervenção. Regista-se a opinião de 2 técnicos que consideram que a falta de tempo é um obstáculo pouco importante. (Cf. tabela 41)¹⁹

¹⁵ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis na tabela 37 – Apêndice 3

¹⁶ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis na tabela 38 – Apêndice 3

¹⁷ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis na tabela 39 – Apêndice 3

¹⁸ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis na tabela 40 – Apêndice 3

¹⁹ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis na tabela 41- Apêndice 3

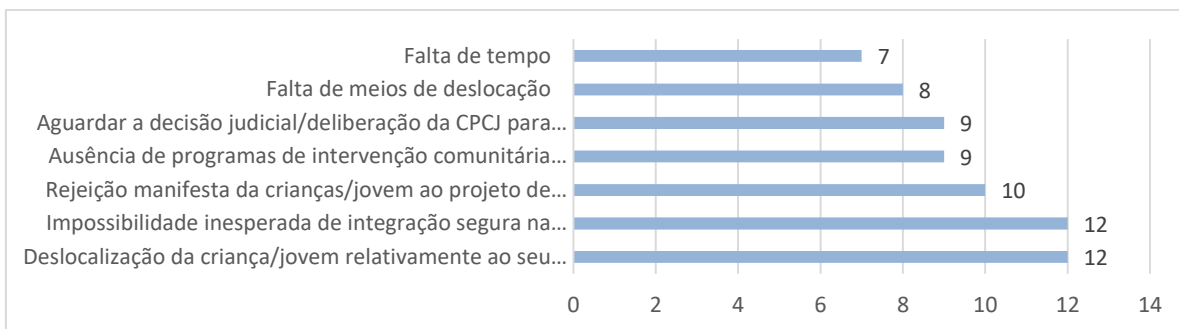


Figura 35 – Obstáculos na intervenção com as famílias

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.8.2 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar

A pergunta 21 do questionário tinha como objetivo avaliar o grau de importância que os inquiridos reconheciam aos constrangimentos para a concretização da reunificação familiar. A figura 38, abaixo apresentada, que reúne a compilação das respostas que avaliaram os constrangimentos com o grau de muito importante. A frequência das outras opções que os inquiridos tinham à disposição pode ser consultada no apêndice 3, nas tabelas 42 a 50 (Cf. tabelas 42-50)²⁰. Como podemos verificar graficamente, a morosidade de decisões de tribunal/CPCJ, o insuficiente acompanhamento técnico da segurança social (EMAT/ECJ) ou da CPCJ na execução das medidas aplicadas e a deslocalização da criança/jovem face à sua família são os constrangimentos que reúnem maior consenso pelos indivíduos em torno da sua importância.

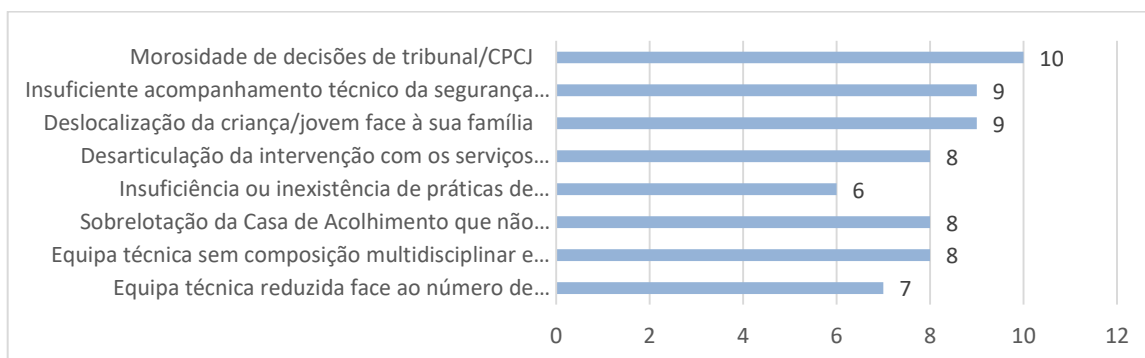


Figura 36 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar

Fonte: Elaboração própria, 2018

²⁰ Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários disponíveis nas tabelas 42 a 50 – Apêndice 3

IV.9 – Intervenção das equipas para a reunificação familiar

Nesta secção vai ser abordada a dimensão mais prática da intervenção que é realizada pelas equipas multidisciplinares, tendo em conta os diversos fatores que a facilitam e auxiliam a alcançar a eficácia. Neste sentido, os inquiridos foram questionados em relação à forma como a intervenção é feita, à forma como o trabalho das competências sociais e parentais podem lograr o sucesso da reunificação familiar e visionar o que ocorre após a saída das crianças/jovens para casa dos progenitores.

IV.9.1 – Regularidade das visitas domiciliárias

As visitas domiciliárias são uma técnica fulcral no trabalho de intervenção com as famílias, sendo a sua periodicidade um aspeto a considerar. Assim, na sua maioria (80%), os técnicos referem que regular ou muito regularmente são realizadas visitas domiciliárias.

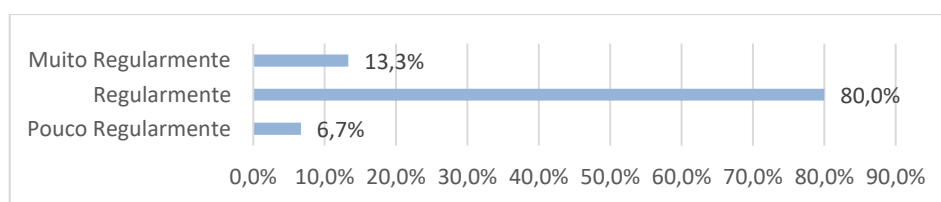


Figura 37 – Regularidade das visitas domiciliárias

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.9.2 – Competências Sociais e Parentais das Famílias

A pergunta 23 do questionário almejava aferir do grau de importância que os inquiridos reconheciam às competências sociais e parentais das famílias. A figura 40 compila as respostas que avaliaram as competências disponíveis como opção com o grau de muito importante. As frequências das restantes opções podem ser consultadas no apêndice 3.

Como podemos verificar, de entre as opções que os inquiridos tinham à disposição, regista-se o consenso em torno da grande importância dos parâmetros: união e apoio familiar; capacidade de organização e partilha de tarefas; bem como a importância da existência de uma boa relação conjugal.

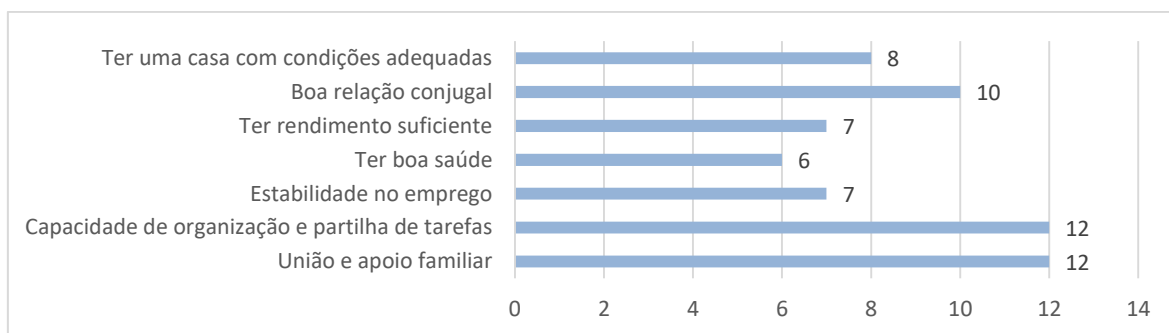


Figura 38 – Competências Sociais e Parentais das Famílias

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.10 – Impacto da intervenção junto das famílias

Os parâmetros abaixo apresentados pretendiam aferir o grau de impacto que os mesmos tinham na intervenção. Dos dados recolhidos destacamos a importância atribuída à melhoria da organização familiar, bem como o desenvolvimento /maturidade individual, a aquisição de autonomia financeira (independência de subsídios) e a melhoria da situação económica. Apesar de ser notório o consenso na avaliação destes parâmetros, há a incidência de algumas opiniões pouco significativas em relação ao grau de impacto que alguns parâmetros têm na intervenção com as famílias, que podem ser consultadas no apêndice 3, nas tabelas 59 a 63.

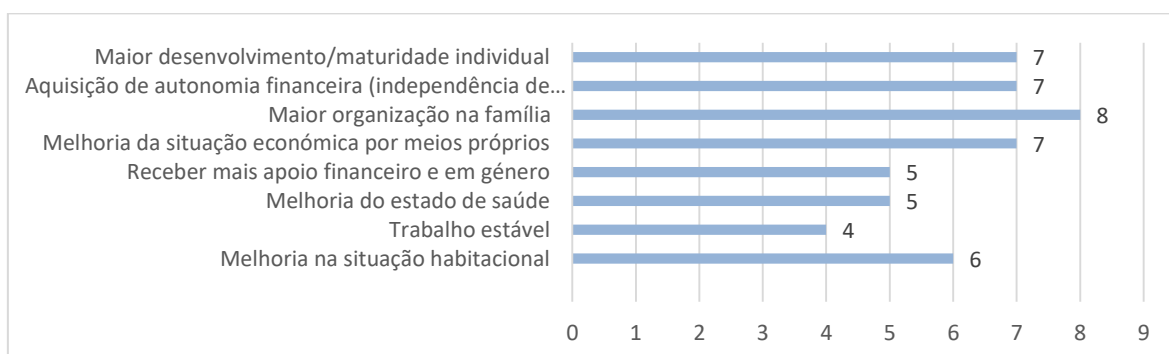


Figura 39 – Impacto da intervenção junto das famílias

Fonte: Elaboração própria, 2018

IV.11 – Acompanhamento feito pela equipa após a saída

Foi também objetivo, com a aplicação do questionário, aferir o acompanhamento que a equipa dá após a saída das crianças/jovens institucionalizadas, uma vez que consideramos

que este é um momento essencial. Para cumprir este objetivo, foram lançados parâmetros que deveriam ser avaliados pelos inquiridos através de uma escala de Likert.

Da análise, resultou a importância de existir uma articulação com os parceiros envolvidos no sentido de preparar o regresso da criança/jovem ao seu meio natural de vida, assim como a necessidade de acompanhamento da situação durante o tempo necessário no sentido da promoção de estabilidade e coesão da família.

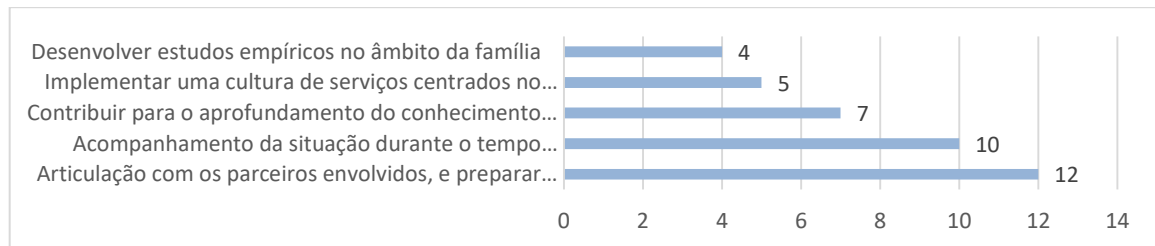


Figura 40 – Fatores muito importantes após a saída

Fonte: Elaboração própria, 2018

V – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

Neste último capítulo, são discutidas e apresentadas as conclusões mais importantes do projeto, triangulando os dados obtidos, evocando os contributos teórico-práticos que dele decorrem, identificando os constrangimentos que limitaram o nosso estudo e revelando áreas de investigação futuras. Resultante dos dados obtidos, apresentamos, também, um plano de ação que pretendemos que seja uma referência para análise futura de quem, como nós, tiver o foco na reunificação familiar.

V.1 – Resposta ao problema e objetivos através da triangulação de dados

Há várias formas de intervenção que visam a reunificação familiar e este projeto é o culminar de um desejo de verificação das lacunas e necessidades sentidas pelos técnicos aquando do processo, assim como de propor diretrizes para o aprofundamento do trabalho prático dos técnicos, aquele trabalho que, no terreno, levam a cabo com as famílias, que, como é comumente aceite, precisam de serem trabalhadas com intensidade, com vontade e em articulação com todas as entidades intervenientes no processo de reunificação familiar.

A triangulação dos resultados obtidos através da análise do que se retirou dos relatórios processuais dos três casos de sucesso de Reunificação Familiar e da análise estatística dos questionários que foram administrados aos técnicos das CA do distrito de Bragança, permitiu-nos identificar o que facilitou a reintegração das crianças e jovens acolhidos na estrutura familiar, assim como aferir os elementos que facilitam, na opinião dos inquiridos, essa mesma intervenção, ou seja, com a realização deste trabalho percebemos o que os técnicos consideram importante e indispensável para que a reunificação familiar seja um objetivo conseguido.

Concluimos que para que se concretize a reunificação familiar, é necessário que exista sempre uma preparação prévia e um acompanhamento sistemático (orientar e encaminhar a família na procura de casa, emprego e inserção social na comunidade), no sentido de que esta família (novamente com filhos a cargo) se sinta segura e compreendida. A grande conclusão que igualmente retiramos deste trabalho de investigação é a da dependência da

vontade dos progenitores em reverter a situação de acolhimento dos seus filhos. Como pudemos verificar, as equipas multidisciplinares têm uma enorme responsabilidade nos casos de sucesso. Não obstante, conseguimos aferir que para que se verifique a almejada reunificação familiar, a colaboração dos progenitores parece ser fundamental, sob pena de, se esta não se verificar, os constrangimentos de qualquer tentativa de reunificação se revelarem inultrapassáveis.

Como suportado pela bibliografia selecionada, os casos de vida em estudo identificaram como principais motivos para o acolhimento em CA o abandono, negligência, maus tratos físicos e psicológicos, absentismo/abandono escolar, comportamentos desviantes/risco, alcoolismo dos progenitores, ausência temporária de suporte familiar, ausência permanente de suporte familiar, abuso sexual, *bullying*, mendicidade, orfandade, prostituição infantil e outros. Destes motivos e de acordo com a opinião dos técnicos, a negligência, o absentismo e abandono escolar, os comportamentos desviantes/risco, a ausência temporária de suporte familiar e os maus tratos físicos e psicológicos foram os 5 principais motivos que estiveram em maior relevância nas respostas obtidas. Nesta linha de pensamento e de acordo com o analisado nos três casos de sucesso de reunificação familiar, apenas a ausência temporária de suporte familiar vai ao encontro do referido, uma vez que se verificou que este foi um dos motivos que levou ao acolhimento da criança/jovem em relação aos três casos de sucesso de Reunificação Familiar, já que os outros dois motivos de deveram a ausência permanente de suporte familiar e a mendicidade.

Na verdade, esta informação vai ao encontro do identificado no quadro teórico deste trabalho, sendo o pensamento de Alarcão (2006) aqui evocado, nomeadamente quando refere que as crianças e jovens estão especialmente mais vulneráveis a situações de risco e de perigo no seu meio natural de vida, por resultado da dinâmica familiar, relacional, social, económica e cultural da sociedade (Alarcão, 2006).

Relativamente aos procedimentos tomados após o acolhimento, de acordo com as respostas obtidas pelos inquiridos, evidenciou-se como mais importante o contacto com os serviços para a integração na zona da CA, nomeadamente para que procedimentos como a integração da criança na escola e nos serviços de saúde pudesse ser mais célere e eficaz. Mencionadas como principais formas de atuação, verificámos a importância de se efetuar de imediato uma avaliação diagnóstica sociofamiliar e a definição do projeto de vida, de forma a começar-se,

de imediato, a estabelecer contacto com os progenitores, de maneira a que seja, desde logo, possível planear o retorno da criança ao seu meio natural de vida.

Em correlação com o verificado nos três casos de sucesso de Reunificação Familiar, podemos referir que o envolvimento dos técnicos das IPSS, da Segurança Social e CPCJ foi um fator facilitador na intervenção, no que respeita aos procedimentos tomados após o seu acolhimento. Uma articulação entre todos os técnicos beneficia o Projeto de Vida delineado.

Uma vez mais, a multidisciplinidade prova ser uma prática benéfica no que concerne à intervenção nestes casos. Um princípio que norteou esta investigação, foi a defesa de uma intervenção multidisciplinar, intervenção essa que, como já antecipado nos conceitos que sustentaram este trabalho, pauta a sua atuação através de uma ligação precisa, clara e objetiva respeitando os conceitos, diretrizes, metodologias e procedimentos que estão na base de um trabalho que se encara como comum (Castro, 2008).

Para refletirmos em relação ao que de importante se aferiu sobre os obstáculos e constrangimentos que se colocam no trabalho de intervenção com as famílias, salientamos a informação resultante do cruzamento da análise efetuada das narrativas estudadas com as perceções dos técnicos que responderam ao questionário. Desse cruzamento, concluímos que a falta de meios de deslocação foi um obstáculo elencado como primordial pelos questionados, tendo sido verificado num dos casos analisados, dado que o afastamento da CA comprometia a intervenção. Um dos outros obstáculos que merece a nossa atenção é a impossibilidade inesperada de integração segura na família que se verificou num dos casos por doença do acolhido e noutra caso por uma questão de desemprego dos progenitores.

Como tem sido apanágio neste trabalho, o trabalho desenvolvido em torno do superior interesse da criança deve contemplar, sempre que possível, uma intervenção junto das famílias para que o retorno ao meio natural de vida seja uma certeza, mas nunca esquecendo que a criança é o “alvo das atenções” (Almendra, 2011, p. 18).

Como já indicado neste trabalho, como constrangimentos para a concretização do projeto de vida de Reunificação Familiar, os técnicos inquiridos mencionam como mais relevantes a morosidade de decisões de tribunal/CPCJ, o insuficiente acompanhamento técnico da segurança social (EMAT/ECJ) na execução das medidas e a deslocalização da criança/jovem face à sua família, sendo que este último se verificou na análise documental, já que as famílias das crianças/jovens analisadas se encontravam fora da área da CA. Como podemos facilmente concluir pela análise deste ponto e do seu sucessor, a distância que separa os

técnicos, que fazem uma intervenção com a intenção da reunificação familiar, dos progenitores, constitui-se em dificuldade, até porque, como já aludimos neste trabalho, é fundamental que se trabalhe de perto com o núcleo familiar, onde, por norma, não há objetivos familiares (Silva, 2001).

Destacámos no corpo teórico deste trabalho, a importância das visitas domiciliárias, que, de resto, nas palavras de Amaro (2015), constituem, indubitavelmente “um dos instrumentos de trabalho simultaneamente mais úteis e sensíveis de que dispõe o trabalhador social” (p. 9).

Os dados recolhidos permitem-nos concluir que as visitas domiciliárias regulares serão grandemente responsáveis pela reunificação familiar e são um ponto fulcral na intervenção. Esta constatação é fortemente suportada pelos dados recolhidos através das distintas formas de recolha de dados que adotámos neste trabalho. Em relação a este ponto é importante salientar-se, ainda, o registo que foi feito das mesmas e que fizemos constar nos casos individuais analisados. De resto, como já também havia sido referido no corpo teórico do trabalho, os registos são fundamentais nas visitas domiciliárias, pois é uma forma de se poder registar/consultar a informação que se pretende, ou até mesmo para ser consultada por outros profissionais que necessitem de informação sobre o indivíduo.

O trabalho de investigação que levámos a cabo teve como mote a convicção de que o reforço das equipas multidisciplinares é uma mais-valia para o trabalho feito com as famílias das crianças e jovens acolhidas em CA. Desde cedo foram identificadas as famílias que seriam alvo da nossa investigação: as famílias multiproblemáticas. Nestas famílias, como suportado na bibliografia usada neste trabalho e como comprovado nos casos em estudo, escasseia o sentido de objetividade familiar. Por norma, como refere Silva (2001), não há objetivos familiares, daí se referir que as funções familiares sejam realizadas de forma insatisfatória, tanto no suporte económico, gestão da casa, educação, saúde e proteção dos filhos, bem como na gestão de conflitos, nutrição dos filhos, intimidade, estabilidade afetiva.

No seguimento, não foi com admiração que registámos que a união familiar, a capacidade de organização e partilha de tarefas, a existência de uma boa relação conjugal, ter uma casa em condições adequadas, ter rendimento suficiente, a estabilidade no emprego e ter boa saúde são as competências parentais consideradas como importantes por parte dos inquiridos, daí que todas as diligências feitas pelos técnicos sejam no sentido de auxiliar na sua aquisição, ou mesmo dar continuidade às competências que os pais já demonstravam.

Há uma concordância entre as competências registadas como muito importantes pelos técnicos e as que foram analisadas nos três casos de sucesso. Nos três casos foram evidenciados o ter boa saúde, rendimento estável através de um trabalho, uma casa com condições adequadas, e a capacidade de organização e partilha de tarefas. De uma forma mais focada em cada caso, no caso 1 as competências que se verificam como trabalhadas na família foram as que dizem respeito à capacidade de organização e partilha de tarefas, o cuidado com a saúde, pois foi uma das causas que levou ao acolhimento da criança, assim como a capacidade de gerir os rendimentos.

No caso 2, o que se evidenciou foram as competências necessárias para se ter uma casa com condições adequadas, a capacidade de organização e partilha de tarefas e, por fim, não menos importante, a capacidade de ter estabilidade no emprego para, assim, se ter rendimento suficiente para as necessidades do dia-a-dia.

No caso 3 foi um trabalho no sentido de ter uma casa com condições adequadas, a estabilidade no emprego e a união e apoio familiar. Como se verifica, as competências sociais e parentais são fulcrais para este processo, principalmente se as famílias colaborarem e trabalharem nesse sentido.

Corroborando com Alarcão (2006), o estudo das famílias inseridas em ambientes socioeconómicos desfavorecidos enfatiza a intervenção feita nas mesmas como um dos maiores desafios para as equipas multidisciplinares que trabalham no terreno. Um dos aspetos mais difíceis de compreender e antecipar os possíveis cenários para intervir nestas famílias surge da disfuncionalidade evidente das mesmas, sendo que este tipo de famílias nos leva sempre para aspetos negativos e difíceis de remediar no imediato. Felizmente, nos casos em que há colaboração, como os que estudámos neste trabalho, os esforços canalizados para aprender ou reaprender reverteram as situações sinalizadas.

Em concordância com o ponto anterior, a intervenção junto das famílias será tanto mais profícua quanto se conseguir atingir uma maior organização no seu seio, quando se verificar um maior desenvolvimento/maturidade individual, quando for visível uma aquisição de autonomia financeira (independência de subsídios), quando uma melhoria da situação económica por meios próprios for evidente, quando se regista uma melhoria do estado de saúde ou quando a melhoria na situação habitacional for uma certeza. De resto, foram estes os pontos considerados no estudo levado a cabo com os técnicos do distrito de Bragança.

Sob o ponto de vista dos casos analisados, concluímos que no caso 1, verificou-se a melhoria do estado de saúde, o ambiente familiar ficou mais calmo e pacífico e também se alcançou um ambiente saudável e acolhedor que assim possibilitou a reunificação familiar. No que concerne ao caso 2, o que mais se evidenciou no trabalho intervencionado foi uma melhoria substancial na situação habitacional, a aquisição de autonomia financeira, apesar de ainda se verificar a dependência de apoios sociais. No caso 3 em estudo, verificámos que a melhoria da situação financeira por meios próprios conduziu a uma situação visível de um maior desenvolvimento/maturidade individual.

Os dados recolhidos neste estudo fortalecem a pergunta orientadora deste trabalho, na medida em que nos assegura que se houvesse um reforço nas equipas multidisciplinares, no sentido de os técnicos terem menos casos a cargo e conseguissem fazer um trabalho mais individualizado com as famílias, os casos que culminariam em reunificação familiar seriam em maior número e num menor espaço de tempo.

V.2 – Apresentação do plano de ação

Considerando as conclusões antecipadas no ponto anterior, propomos um plano de ação que vise a implementação de um projeto que denominamos: Reforço nas Competências e Atividades das Equipas Multidisciplinares em Casas de Acolhimento. Este projeto, em termos práticos, objetiva envolver as entidades que intervêm no processo, de forma a conseguir negociar e concretizar o Pacto de compromisso até março de 2019. Acreditamos que o projeto “Reforço nas Competências e Atividades das Equipas Multidisciplinares em Casas de Acolhimento” é uma mais-valia para o acompanhamento das famílias das crianças e jovens acolhidas, a partir de abril de 2019 com todas as entidades que adiram ao Pacto de compromisso. Objetivamos, por fim, acompanhar o projeto e avaliar o seu impacto real na reintegração de crianças/jovens no seu seio familiar.

Antes de apresentarmos o plano de medidas em que versará a nossa proposta, resumimos a informação retirada do processo de investigação em que resultou esta investigação e elaborámos a árvores de problemas que a seguir graficamente representamos, para depois nos debruçarmos a esmiuçar as medidas apresentadas na figura 43.

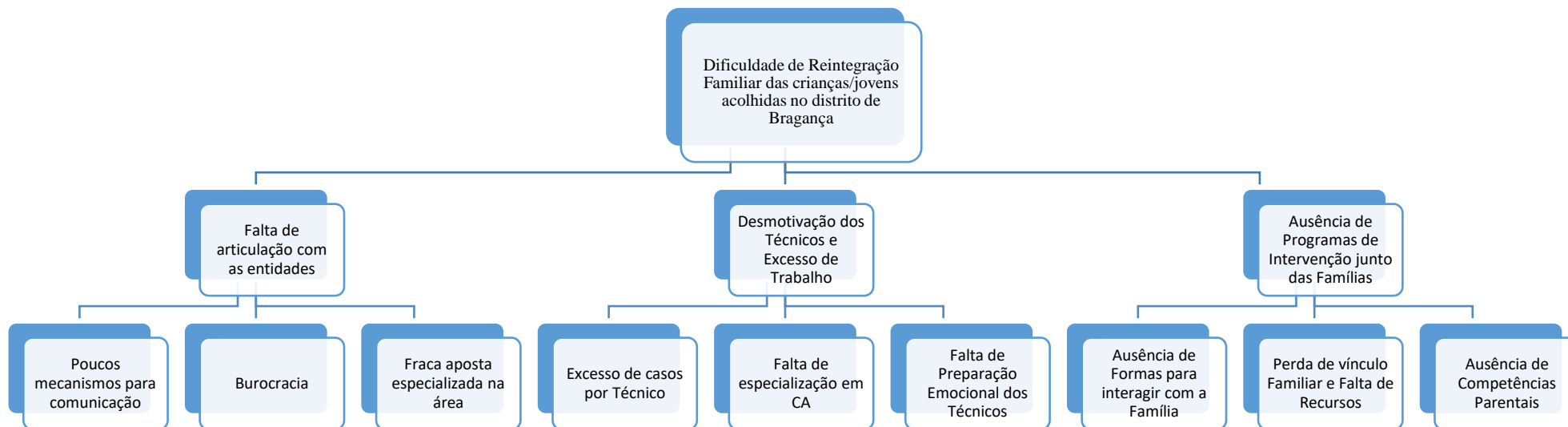


Figura 41 – Árvore de Problemas

Fonte: Elaboração própria, 2018

<div style="text-align: center;">Problemáticas</div> <div style="text-align: center;">Medidas</div>	P1 Poucos mecanismos para comunicação	P2 Burocracia	P3 Fraca aposta especializada na área	P4 Excesso de casos por cada Técnico	P5 Falta de especialização em CA	P6 Falta de preparação emocional dos Técnicos	P7 Ausência de formas para interagir com a família	P8 Perda de vínculos familiares e falta de recursos	P 9 Ausência de competências parentais
M1 - Coordenação do Projeto	XXX	XXX	XX	XX			XXX	XX	
M2 - Pacto de Compromisso	XXX			XXX	XXX	X			X
M3 - Plataforma distrital das CA	XXX	XXX				XXX			
M4 - Contratação de Técnicos para as CA			XX	XXX	XXX		XXX	XX	XX

<div style="text-align: right;">Problemáticas</div> <div style="text-align: left;">Medidas</div>	P1 Poucos mecanismos para comunicação	P2 Burocracia	P3 Fracá aposta especializada na área	P4 Excesso de casos por cada Técnico	P5 Falta de especialização em CA	P6 Falta de preparação emocional dos Técnicos	P7 Ausência de formas para interagir com a família	P8 Perda de vínculos familiares e falta de recursos	P 9 Ausência de competências parentais
M5 - Formação especializada para os técnicos			XXX		XXX	XXX	XX	XX	XX
M6 - Acompanhamento de famílias e formação de competências parentais			X	X	X		XXX	XXX	XXX
M7 - Criação de parcerias com as redes sociais dos concelhos	X			X		X	XX	XXX	
M8 - Atividades lúdicas de interação com as famílias e comunidade			X		XX		XXX	XXX	XXX

Problemáticas	P1 Poucos mecanismos para comunicação	P2 Burocracia	P3 Fracá aposta especializada na área	P4 Excesso de casos por cada Técnico	P5 Falta de especialização em CA	P6 Falta de preparação emocional dos Técnicos	P7 Ausência de formas para interagir com a família	P8 Perda de vínculos familiares e falta de recursos	P 9 Ausência de competências parentais
Medidas									
M9 - Avaliação do Impacto	XXX	X	X	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

Figura 42 – Quadro de Medidas

Fonte: Elaboração própria, 2018

M1 – Coordenação do Projeto

A medida 1, Coordenação do Projeto, deverá ser assegurada por um representante do Instituto de Segurança Social, no distrito, que terá como principais funções, não só negociar o Pacto de Compromisso com todas as entidades a envolver no projeto, mas também motivar todas as mesmas entidades a participar ativamente na implementação do mesmo. Terá ainda a função de coordenar a avaliação periódica e final do projeto, procurando perceber o real impacto do projeto na melhoria da reintegração dos indivíduos e famílias intervencionadas.

M2 – Pacto de Compromisso

Uma forma de destacar a importância e confidencialidade de todas as partes envolvidas no projeto, de forma a se negociar com as entidades que farão parte do projeto e concretizar da forma mais assertiva e comprometida. Assim serão identificadas todas as formas como se dará realce e significância ao projeto. Depois de assinado haverá um compromisso de se estabelecerem todas as estratégias e formas de atuação com o mesmo, nunca esquecendo a importância da confidencialidade profissional que estará destacada neste pacto de compromisso, comprometendo-se todos os membros que se associem a respeitar e a seguir as regras estipuladas pelo mesmo.

M3 – Plataforma distrital das CA

Desta forma, será criada uma plataforma *online*, onde será feita a comunicação entre todos os técnicos das Casas de Acolhimento do distrito de Bragança, fazendo-se uma partilha de saberes, experiências e conhecimentos, como forma de se ajudarem entre colegas a trabalhar no mesmo sentido, e com realidades idênticas no seu dia-a-dia. A mesma poderá ser vista como uma forma de motivação e interligação entre as CA e as suas necessidades reais.

M4 – Contratação de Técnicos para as CA

Uma vez que as CA não possuem um quadro de pessoal que lhes permita trabalhar com as famílias e as crianças/jovens de uma maneira desafogada e adequada face às necessidades reais, seria uma necessidade a contratação de mais técnicos na área social, dado que é importante que os TSSS comecem a evidenciar mais presença nas equipas multidisciplinares das CA (a maioria das equipas existentes é constituída essencialmente por psicólogos). Com um número maior de técnicos, conseguir-se-ia um trabalho mais assertivo e rápido com as famílias e com as crianças, pois os técnicos existentes nas CA têm um número elevado de

crianças/jovens para gestão individual de cada caso, o que impede que a sua intervenção seja mais adequada e de acordo com as necessidades. Por vezes por falta de tempo e demasiada burocracia, não se alcançam os objetivos previamente estabelecidos.

M5 – Formação especializada para os técnicos

Os técnicos que trabalham em CA deparam-se todos os dias com problemáticas diferentes, as quais precisam de ser colmatas pelos mesmos. Neste sentido, é preciso que os mesmos se encontrem atualizados ao nível das problemáticas existentes, nova legislação a aplicação da mesma para assim intervirem da forma mais assertiva na resolução das problemáticas. Para isto, a participação em formação especializada é importante já que através das formações serão encontradas técnicas, ações e soluções para colmatar as dificuldades com que todos os dias os técnicos se deparam. Neste sentido, a falta de motivação, de recursos, de estímulo, de iniciativa, de comunicação e de interesse são temas a serem debatidos nestas ações de formação.

M6 – Acompanhamento de famílias e formação de competências parentais

Como já referenciado em cima, a intervenção e o trabalho com as famílias terá que ser feita no sentido de auxiliar as mesmas a encontrar e a resolver as suas problemáticas. Estas mesmas intervenções poderão ser feitas através de acompanhamentos mais seguidos e periódicos por parte das equipas, bem como através de programas de mediação familiar. As visitas domiciliárias são uma estratégia de intervenção fundamental para esta intervenção ser coerente e realista, pois assim se conseguirá visualizar a evolução das mesmas famílias que se encontram a ser intervencionadas. Nestas visitas, é necessário que tudo seja registado através da utilização de uma *checklist*, onde estarão identificadas as metas que serão trabalhadas com as famílias.

M7 – Criação de parcerias com as redes sociais dos concelhos

Para este projeto abranger todas as CA de acolhimento e todas as famílias que necessitam de intervenção, a criação de parcerias é desde logo uma prioridade. Assim, o contacto com a Rede Social de cada concelho onde existe a/as CA é primordial, para ter uma visão mais geral de todas as situações.

M8 – Atividades lúdicas de interação com as famílias e comunidade

A criação e realização de atividades extra como o envolvimento direto das famílias e da comunidade facilitará todo o trabalho que se pretende implementar. Assim, propõe-se a

existência de convívios ente famílias estruturadas e não estruturadas. A gestão financeira está em primeira linha nos problemas mais presentes nas famílias destruturadas, pelo que acreditamos que se as famílias visualizarem outras realidades, onde a gestão financeira funciona e a forma como a mesma se faz, é uma forma de auxílio e de interajuda entre todos os que trabalham nesse sentido. Famílias com pouco dinheiro, mas que conseguem recorrer a técnicas específicas de forma ao seu rendimento financeiro mensal ser suficiente para o mês é um incentivo para as famílias que não conseguem. Como muitas vezes o problema mais evidente é o de gestão financeira ou o facto de não ter trabalho imediato e logo não ter rendimento financeiro suficiente para pagar as contas mensais. O objetivo seria que estas famílias visualizassem estratégias feitas por outras famílias que com pouco dinheiro conseguem pagar as suas contas e não contrair dívidas. Quando se visualiza que é possível porque o outro também consegue, é sempre mais fácil de tentar e conseguir, pois há provas e evidências que é possível almejar um cenário diferente. Outra forma seria a possibilidade de visitas a casas de famílias estruturadas, para observarem a organização habitacional e conseguirem perceber que a arrumação do domicílio, o frigorífico com bens alimentares, aquecimento e condições para habitar sem colocar em questão a saúde e o bem-estar de cada indivíduo.

M9 – Avaliação do Impacto

No final de todo o processo e para se verificar os pontos positivos e negativos que se alcançaram e superaram, é necessário realizar-se uma avaliação do impacto nas famílias e todo o esforço que foi colocado no projeto. As famílias, crianças/jovens e entidades envolvidas neste projeto, serão todas objeto de avaliação, pois todos estiveram na intervenção de forma direta ou indireta.

Depois de esmiuçadas as medidas apresentadas graficamente no quadro de medidas que delineámos para este projeto, há a necessidade de as materializarmos e objetivarmos no *Balanced Scorecard*, de resto, uma das práticas de gestão mais importantes e revolucionárias dos últimos anos. Da reflexão, resultou o documento que compilámos no apêndice 4 e o mesmo reflete o equilíbrio entre os objetivos de curto e longo prazos, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendência e ocorrências e entre a perspectiva interna e externa do desempenho.

V.3 – Implicações e contributos do estudo

As implicações e contributos desta investigação podem ser visualizadas em vários domínios, como sejam o teórico, o metodológico e o prático.

No que respeita ao domínio teórico, entendemos que esta investigação contribuiu para o aprofundamento do campo teórico, nomeadamente pelas leituras efetuadas e referências realizadas no estudo de acordo com o tema. Foi ainda neste domínio que se alicerçou o conhecimento da legislação vigente em torno da temática, bem como o cruzamento da mesma com a situação específica que aqui se estudou.

No domínio metodológico, a utilização de métodos e técnicas de cariz quantitativo e qualitativo permitiu responder de uma maneira inequívoca à questão de partida. Consequente dos métodos e técnicas diversificadas e da triangulação dos dados, resultou uma proposta de ação que consolida a já mencionada questão de partida que desencadeou esta investigação e que enriquecerá todos os técnicos que estão envolvidos em casos de institucionalização a trabalhar em CA que pretendam delinear a reunificação familiar como projeto de vida.

No domínio prático, como já antecipado no parágrafo anterior, este trabalho culmina com dados que justificam que o reforço das equipas multidisciplinares é uma mais-valia para o trabalho feito com as famílias das crianças e jovens acolhidas em CA para assim se conseguir um retorno da criança à família biológica e consolida a correta intervenção que é realizada por todos quantos têm como projeto de vida a reunificação familiar. O plano de ação apresentado é, também, um mecanismo importante que pretendemos que seja veiculado com o intuito de se operacionalizar em todas as CA que acreditem que desse reforço resultarão mais casos de reunificação familiar.

V.4 – Constrangimentos e questões deixadas em aberto

O maior constrangimento na realização deste trabalho foi a dificuldade em recolher os dados nas CA. Acreditamos que ainda se considera que estas questões não devem ser estudadas profundamente por isso poder querer significar que há falhas na intervenção. A autorização para os técnicos responderem ao estudo nem sempre foi célere e, apesar do número de inquiridos não ser significativo, o tempo que demorámos a obter dados foi em proporção inversa.

Um outro constrangimento foi o facto de haver apenas 3 casos cujo projeto de vida contemplava a reunificação familiar. Acreditamos que se tivéssemos tido acesso a mais casos, poderíamos ter mais cenários para análise e mais conclusões poderiam ser retiradas. Outro constrangimento com que tivemos que lidar foi o facto de todos os dados nos processos serem altamente confidenciais, pelo que demorámos mais tempo a obter a autorização para os podermos estudar. Por fim, com o atraso significativo nas respostas dos técnicos, o facto de o distrito ser geograficamente extenso, impossibilitou que obtivéssemos os dados mais rapidamente.

Pretendemos que este estudo sirva de mote a outros investigadores que pretendam alicerçar os seus conhecimentos em relação a esta questão e dele se sirvam para o aplicar em outras zonas do país. Infelizmente, não conseguimos fazer o cruzamento dos dados estatísticos obtidos, nem tampouco lançámos hipóteses que poderiam ser comprovadas. Apesar de não ter sido esse o objetivo que nos moveu, admitimos que poderá ser uma hipótese de investigação através dos dados que obtivemos para este estudo.

BIBLIOGRAFIA

- Tomás,C.; Fonseca,D. (2004). Revista de Ciências Sociais. *Crianças em Perigo: O papel das comissões de proteção de menores em Portugal*, 47. Rio de Janeiro, Brasil: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Obtido em 4 de maio de 2017, de <http://www.adcl.org.pt/observatorio/pdf/OpapeldasCPCJemPortugal.pdf>
- Alarcão, M. (2006). (Des) Equilíbrios Familiares. Coimbra: Quarteto.
- Almendra, O. (2011). Gestor de caso: mediação ou metodologia em Serviço Social? Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e das Empresas - Instituto Universitário de Lisboa.
- Amaro, S. (2015). *Visita Domiciliária: Teoria e Prática*. Porto: Porto editora.
- Bisquerra, R. (1989). Métodos de Investigación Educativa:Guia Pratico. Barcelona: Ediciones CEAC.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). Investigação Qualitativa em Educação - Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. *Coleção Ciências da Educação*. (S. B. Maria João Alvarez, Trad.) Porto: Porto Editora.
- Carvalho, M. I. (2015). Serviço Social na Saúde. 2.^a. Lisboa: Pactor.
- Casa - Instituto da Segurança Social I.P. (2014). *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança social, I.P. Obtido em 2015
- Casa do Menino Jesus - Plano Anual de Atividades. (2015). Plano Anual de Atividades 2015/2016. *Plano Anual de Atividades 2015/2016*. Pereira: Casa do Menino Jesus.
- Casa do Menino Jesus. (2015). Projeto Educativo 2015/2016. Pereira.
- Casa do Menino Jesus. (2016). Regulamento Interno. Pereira - Mirandela: Casa do Menino Jesus.
- Castro, R. d. (2008). Ética Profissional e Interdisciplinariedade: Partilha de Informação e confidencialidade em sedes de Equipas Multidisciplinares .

- Comissão Europeia. (2013). Compreender as Políticas da união Europeia. *Emprego e assuntos sociais*. Bruxelas: Comissão Europeia Direção Geral da Comunicação. Obtido de <http://www.igfse.pt/upload/docs/2014/inclusaosocial.pdf>
- Costa, J. G., Martins, H., Bento, C., & Henriques, A. (junho de 2015). Intervenção Familiar no Acolhimento Institucional de Crianças e Jovens. *Família (s) - Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coutinho, C. (2005). Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal - uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas (1985-2000). Braga: I.E.P. Universidade do Minho.
- Coutinho, C. P. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2.^a ed.). Coimbra: Almedina.
- Coutinho, C. P. (2015). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. 2.^a. Coimbra: Almedina.
- Diário da República. (2012). Despacho n.º 9016/2012. Obtido em 6 de julho de 2017, de <https://dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2012/07/128000000/2345623456.pdf>
- Duarte, T. (2009). A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre a triangulação (metodológica). Lisboa: Centro de Investigação e estudos de Sociologia.
- Ferreira, J. M. (2011). Serviço Social e Modelos de Bem - estar para a Infância - Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Protecção à Criança e à Família . Lisboa: Quid Juris - Sociedade Editora.
- Gavino, H. (2014). O papel das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na economia social: o caso do concelho de Peniche. Santarém: Escola Superior de Gestão e Tecnologia.
- Gil, A. C. (1994). Como elaborar projectos de pesquisas. São Paulo: Atlas.
- Gomes, I. (2010). Acreditar no Futuro. Alfragide: Texto Sociedade.
- Gonçalves, I. M. (2012). Investimento e Responsabilidade Prenatal de Mães com filhos Institucionalizados. Gandra: Instituto Superior de Ciências da Saúde - Norte.
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2014). Guia Prático: Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social. Instituto da Segurança Social, I.P.

- Instituto da Segurança Social, IP. (2012). Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças. Instituto da Segurança Social, IP. Obtido em 15 de Maio de 2017, de <http://www.seg-social.pt/plano-dom-desafios-oportunidades-e-mudancas>
- Lei /142/2015, de 8 de setembro - segundo alteração à lei 147/99, de 1 de setembro. (s.d.).
- Loulé, F. M. (2010). Crianças em Perigo: A prática profissional dos Assistentes Sociais nas CPCJ'S da Sub - Região do Baixo Mondego. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga - Escola Superior de Altos Estudos.
- Magalhães, T. (2002). Maus Tratos em Crianças e Jovens. Coimbra: Quarteto.
- Magalhães, T. (2002). Maus Tratos em Crianças e Jovens. Quarteto.
- Maria Manuela Calheiros, M. V. (2017). Crianças em Risco e Perigo - Contextos, Investigação e Intervenção. Lisboa: Edições Sílabo.
- Meirinhos, M., & António, O. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. 2, *EDUSER*. IPB - Escola Superior de Educação.
- Neves, S. (2014). Sustentabilidade Financeira das IPSS: 3 casos de estudo utilizado metodologias de avaliação de empresas. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Portugal. (1990). Convenção dos Direitos da Criança. Instituto de Apoio à Criança.
- Portugal. (1999). Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01. *Lei n.º 147/99*.
- Portugal. (s.d.). Decreto - Lei. *Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro. Diário da República n.º 221/2014, 1º Suplemento, Série I*.
- Punch, K. (1998). Introduction to Social Research: Quantitative & Qualitative Approaches. London: SAGE Publications.
- Quivy, R. (1992). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.
- Raupp, M. F., & Beuren, I. M. (2004). Metodologia de Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2.ª. São Paulo: Atlas.
- Rede Social de Mirandela. (2013). *Diagnóstico Social - 2013*. Mirandela: Câmara Municipal de Mirandela.
- Santos, M. A. (2010). O Acolhimento Institucional prolongado de jovens em risco - a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos

activos. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Coimbra. Obtido de <http://hdl.handle.net/10316/15593>

Santos, P. (2016). Políticas e Programas da União Europeia. Lamego: ESTGL: policopiado.

Silva, L. F. (2001). Acção Social na Área da Família. Lisboa: Universidade Aberta.

Sousa, L. (2005). Famílias Multiproblemáticas. Coimbra: Quarteto.

Stake, R. E. (1995). *The Art of Case Study Research* . Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Yin, R. K. (1994). *Case Study Research: Design and Methods. Applied Social Research Methods series, 5, 2.ª*. Newbury Park: SAGE Publications.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Inquérito por Questionário

Reforço nas Competências e Atividades das Equipas Multidisciplinares em Casas de Acolhimento

Este trabalho de investigação, subordinado ao tema “Reforço nas Competências e Atividades das Equipas Multidisciplinares em Casas de Acolhimento”, insere-se no âmbito do Mestrado de Gestão de Organizações Sociais da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, sendo elaborado pela aluna Ana Rosa Ferreirinha Valverde e orientado pelos Professores Doutores Anabela Fernandes Guedes e Miguel Ângelo S. D. F. Mota.

As informações necessárias acerca das Instituições em estudo serão recolhidas através da realização deste questionário, estando garantida a confidencialidade da informação cedida, e destinando-se estritamente a utilização académica para realização desta dissertação.

Ao preencher o questionário, declaro que aceito participar de livre vontade neste projeto de investigação e autorizo a divulgação dos resultados obtidos para os fins previstos e acima descritos (conclusão da dissertação de mestrado)

*Obrigatório

1. Endereço de email *

Passe para a pergunta 1.

Caracterização

2. Género *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

3. Idade *

Marcar apenas uma oval.

De 20 a 30 anos

de 31 a 40 anos

41 a 50 anos

mais de 51

4. Estado Civil *

Marcar apenas uma oval.

Solteiro

Casado

União de facto

Divorciado

Viúvo

5. Nº de filhos *

Marcar apenas uma oval.

- nenhum
 1
 2
 mais de 2

6. Habilitações literárias *

Marcar apenas uma oval.

- Licenciaturas
 Pós Graduação
 Mestrado
 Doutoramento
 Outro

7. Área de formação *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Trabalho social e orientação
 Sociologia e outros estudos
 Psicologia
 Outra: _____

8. Nº de anos que já trabalha nesta área *

Marcar apenas uma oval.

- De 1 a 3
 de 4 a 8
 de 9 a 14
 Mais de 15

Caracterização da casa de acolhimento

9. Indique o número de técnicos existentes na Casa de Acolhimento de acordo com a área. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	0	1	2	3	4	5
Psicólogo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Técnico Superior de Serviço Social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Educador social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Animador Sociocultural	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Psicomotricidade Humana	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Professor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. Qual o cargo que ocupa na equipa? *

Marcar apenas uma oval.

- Direção
 Direção Técnica
 Equipa Técnica

11. A Casa de Acolhimento integra ou integrou o SERE+ (anterior DOM)? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

12. A Casa de Acolhimento acolhe crianças / jovens de que sexo? *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino
 Misto

13. Indique a capacidade de acolhimento da Casa de Acolhimento?

Marcar tudo o que for aplicável.

	Coluna 1
Até 15	<input type="checkbox"/>
de 16 a 30	<input type="checkbox"/>
de 31 a 45	<input type="checkbox"/>
mais de 46	<input type="checkbox"/>

14. Atendendo ao número atualmente existente de crianças/jovens acolhidas, quantas foram acolhidas até ao primeiro semestre de 2017? *

Marcar apenas uma oval.

- até 3 Crianças / Jovens
 de 4 a 6 Crianças / Jovens
 Mais de 6 Crianças / Jovens

15. **Relativamente ao acolhimento de crianças/jovens na Casa de Acolhimento, quais foram os principais motivos que estiveram na origem do mesmo (assinalar os 5 mais importantes) ***

Marcar tudo o que for aplicável.

- Abandono
- Negligência
- Maus tratos físicos e psicológicos
- Absentismo/Abandono Escolar
- Comportamentos desviantes/risco
- Alcoolismo dos progenitores
- Ausência temporária de suporte familiar
- Ausência permanente de suporte familiar
- Inexistência de habitação
- Abuso sexual
- Bullying
- Mendicidade
- Orfandade
- Prostituição infantil
- Outra: _____

16. **Quais os procedimentos que são tomados após o acolhimento? (Descreva sucintamente os momentos do processo). ***

Reunificação Familiar

17. **Quantas crianças/jovens têm delineada, como projeto de vida, a reunificação familiar? ***

Marcar apenas uma oval.

- nenhuma *Após a última pergunta desta secção, pare de preencher este formulário.*
- de 1 a 3 crianças/jovens
- de 4 a 6 crianças/jovens
- de 7 a 9 crianças/jovens
- de 10 a 12 crianças/jovens
- mais de 12 crianças/jovens

18. Sendo o projeto de vida delineado o da reunificação familiar, qual a intervenção planeada para que este projeto se concretize? *

(Descreva sucintamente os momentos do processo).

19. Relativamente ao agregado familiar das crianças/jovens acolhidas com projeto de vida de reunificação familiar qual o número médio de irmãos? *

Marcar apenas uma oval.

- nenhum
- 1
- 2
- mais de 2

Obstáculos e constrangimentos

20. Como avalia o grau de importância de cada um dos seguintes obstáculos na intervenção com as famílias das crianças/jovens acolhidas? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada importante	Pouco importante	Indiferente	Importante	Muito importante
Deslocalização da criança/jovem relativamente ao seu agregado de referência	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ausência de programas de intervenção comunitária integrada junto das famílias	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rejeição manifesta da criança/jovem ao projeto de reunificação familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Impossibilidade inesperada de integração segura na família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aguardar a decisão judicial/deliberação da CPCJ para aplicação/revisão da medida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atrasos consideráveis na execução do plano de intervenção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de meios de deslocação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Falta de tempo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21. Como avalia o grau de importância de cada um dos seguintes constrangimentos para a concretização do projeto de vida de reunificação familiar. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada importante	Pouco Importante	Indiferente	Importante	Muito Importante
Equipa técnica reduzida face ao número de crianças/jovens acolhidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Equipa técnica sem composição multidisciplinar e com necessidade de formação especializada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sobrelotação da Casa de Acolhimento que não permite um trabalho individualizado de cada situação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Insuficiência ou inexistência de práticas de intervenção articuladas com outras entidades ou serviços	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desarticulação da intervenção com os serviços competentes da zona de residência da família da criança / jovem acolhida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deslocalização da criança / jovem face à sua família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Insuficiente acompanhamento técnico da segurança social (EMAT / ECJ) ou da CPCJ na execução das medidas aplicadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Morosidade de decisões de tribunal / CPCJ	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Intervenção

22. Sendo o projeto de vida a reunificação familiar, com que regularidade são realizadas visitas domiciliárias? *

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Nada regularmente
- Pouco Regularmente
- Regularmente
- Muito regularmente

23. **Como avalia o grau de importâncias de cada uma das seguintes competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos? ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada importante	Pouco Importante	Indiferente	Importante	Muito Importante
União e apoio familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fortes vínculos entre pais e filhos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Capacidade de organização e partilha de tarefas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estabilidade no emprego	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter boa saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter rendimento suficiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Boa relação conjugal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Boas relações sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ter uma casa com condições adequadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Adequado desenvolvimento individual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

24. **Tendo em vista a reunificação familiar, segundo a sua experiência, qual o grau de impacto que a intervenção junto das famílias exerce sobre cada um dos seguintes elementos. ***

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada importante	Pouco Importante	Indiferente	Importante	Muito Importante
Melhoria na situação habitacional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trabalho estável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria do estado de saúde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Receber mais apoio financeiro e em género	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria da situação económica por meios próprios	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maior organização na família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aquisição de autonomia financeira (independência de subsídios)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maior desenvolvimento / maturidade individual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maior união e entreajuda familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apoio às famílias na identificação das suas dificuldades, potencialidades e direitos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

25. Após a saída da criança/jovem do sistema de acolhimento residencial, como avalia a importância de cada uma das dimensões do acompanhamento feito pela equipa técnica? *
Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada importante	Pouco Importante	Indiferente	Importante	Muito Importante
Articulação com os parceiros envolvidos, e preparar o regresso da criança/jovem ao seu meio natural de vida	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acompanhamento da situação durante o tempo necessário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Promover a estabilidade e coesão da família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuir para o aprofundamento do conhecimento das dinâmicas da família na atualidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Proporcionar, à família, um conjunto integrado de respostas que sirvam à unidade da família, no seu todo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Implementar uma cultura de serviços centrados no apoio à família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolver estudos empíricos no âmbito da família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Muito obrigada pela sua colaboração.

Será enviada uma cópia das suas respostas por email para o endereço que forneceu

Apêndice 2 – Narrativas Institucionais e resultados da codificação dos vários casos nos conjuntos categoriais

Resumo da Narrativa Institucional 1- CASO 1

Nome	Idade quando deu entrada	Data de entrada	Tribunal / CPCJ	Data de Saída	Tempo de acolhimento
1. X	8 anos	2011	CPCJ	2012	1 ano
2. Y	4 anos	2011	CPCJ	2012	1 ano
3. Z	12 anos	2011	CPCJ	2012	1 ano

Após o acolhimento da fratria de 3 irmãs, foi decidido/delineado, em reunião de equipa técnica, que o seu projeto de vida passaria por uma reunificação familiar, apesar de todos os constrangimentos que os progenitores apresentavam, tais como: desemprego por parte de ambos e um desequilíbrio emocional, que aparentemente seria um diagnóstico de doença mental, sendo esta acompanhada em psiquiatria no hospital distrital de Bragança.

A intervenção/accompanhamento foi feita em articulação com as técnicas responsáveis pelo processo da CPCJ do concelho, com os progenitores, as crianças e os técnicos da IPSS onde se encontravam acolhidas.

Estas crianças foram acolhidas no ano de 2011, no início do mês de setembro, tendo as mesmas realizado o seu percurso escolar sobre a responsabilidade da IPSS de acolhimento. Foi um trabalho que exigiu muito dos técnicos das várias áreas, bem como dos progenitores que, desde o primeiro dia, fizeram questão de ser participantes no processo das filhas e acatar todas as orientações que lhes foram sugeridas.

Uma vez que esta família residia no concelho da IPSS, desde logo facilitou o contacto quase diário, ainda que, por vezes, telefonicamente. As visitas domiciliárias eram feitas com regularidade (semanalmente), tanto pela equipa da CA, como pelas técnicas da CPCJ.

É de frisar que os progenitores foram um elemento fulcral para todo o trabalho realizado. Enquanto não foi permitido aos mesmos receberem as jovens aos fins-de-semana, estes, com ajuda de familiares e amigos, visitavam as suas filhas na IPSS todos os fins-de-semana, facilitando a comunicação entre todos e não se quebrando os laços afetivos que existiam.

Um dos primeiros pontos que foram trabalhados com a família para a possibilidade do regresso a casa das filhas foi o encaminhamento ao centro de emprego para inscrição. A progenitora tinha graves problemas de saúde mental, sendo já sido acompanhada no centro de saúde pela médica de família, e posteriormente reencaminhada para o serviço adequado no sentido de tentar melhorar a situação em que se encontrava. Com este apoio, a progenitora sentia-se paulatinamente mais capaz e ágil na procura de trabalho, assim como se esforçava para ajudar nas tarefas no dia-a-dia, uma vez que até ao momento quem fazia tudo era o pai.

Foram feitas diligências com o departamento da ação social da câmara do concelho para se conseguirem apoios pontuais no pagamento de água, luz e gás para que, a nível económico, a pressão não fosse tão forte. Estes apoios foram conseguidos, o que permitiu um equilíbrio financeiro. No mesmo sentido, foi requerida uma habitação social para esta família, que vivia numa casa arrendada, cujas rendas se encontravam em atraso. No entanto, contando com a boa vontade do senhorio, lá me permaneceram até que fosse encontrada uma solução.

Depois das intervenções efetuadas e quando se verificou que o ambiente familiar era mais calmo, a CPCJ permitiu que as crianças fossem, de 15 em 15 dias, passar o fim-de-semana com os progenitores (sexta e regressando domingo ao final do dia).

A progenitora foi acompanhada pelas técnicas para aquisição de competências como higiene habitacional, arrumação da habitação, criar hábitos de gestão financeira e prioridades nos alimentos.

Esta família aceitava as falhas que ocorriam, emendava-as de forma eficaz, estando sempre empenhada em fazer todos os progressos e medidas exigidas para que o regresso dos filhos fosse possível.

Antes do final do ano letivo em 2012 e estando quase o processo terminado, as crianças foram inscritas gratuitamente no projeto “escolhas” no concelho para que as mesmas pudessem usufruir de apoio e ter a possibilidade de integrar a colónia de férias, não ficando, por essa razão, privadas de quaisquer atividades lúdico-pedagógicas durante as férias.

Esta intervenção teve a duração de um ano letivo. Tendo em conta a participação sempre colaborante por parte dos progenitores, foi possível (com as diversas equipas que colaboraram) a concretização da reunificação familiar.

Resumo da Narrativa Institucional 2- CASO 2

Nome	Idade aquando da sua entrada	Data de entrada	Tribunal / CPCJ	Data de Saída	Quanto tempo de acolhimento
4. Z1	7 anos	2012	Tribunal	2014	2 anos

A criança que vamos caracterizar é de etnia cigana, tinha mais 5 irmãos com processo de promoção e proteção pelo tribunal. Esta era a única acolhida, estando os irmãos no seu meio natural de vida com apoio e acompanhamento por parte das equipas competentes junto dos progenitores e a frequentar os estabelecimentos de ensino respetivos na sua área de residência.

Em relação à criança em estudo, esta nasceu com graves problemas de saúde o que fez com que a mesma, desde um mês de idade, fosse retirada e colocada num CAT para ser acompanhada de uma forma mais eficaz e sendo protegida no que respeita à sua saúde tão frágil à nascença. Apesar destas circunstâncias, os progenitores (porque ainda estavam afastados do local de acolhimento e por falta de transporte) visitavam a sua filha semanalmente ou quinzenalmente, de forma a não se quebrarem os laços, razão pela qual a criança ter tido sempre lembranças da presença dos seus progenitores e irmãos mesmo que não fosse diariamente visitada por eles devido à distância.

Esta criança foi sempre acompanhada por um técnico da segurança social que sempre fez questão de referir que a criança iria para junto dos seus pais e dos seus irmãos logo que as condições fossem reunidas. No ano de 2012, a criança foi colocada numa CA sendo, desde logo, o seu projeto de vida a reunificação familiar.

Os progenitores foram acompanhados e intervencionados para a aquisição de uma casa maior, que reunisse as condições mínimas de habitabilidade para que a criança, no menor espaço de tempo, pudesse regressar ao seu meio natural de vida.

As intervenções que foram feitas por parte dos técnicos da IPSS contemplavam a realização de visitas domiciliárias regulares (quinzenalmente) e na reta final do processo quase semanais, bem como com telefonemas regulares. Foram ainda reunidas informações da rede de vizinhança, de forma a sustentar-se a decisão almejada, ou seja, do regresso da criança a casa. Esta família foi apoiada em várias áreas como foram o reforço de abonos por parte da segurança social, pedido do RSI, sendo de salientar que o progenitor acedia positivamente sempre que fosse chamado para trabalhos agrícolas na sua área de residência por parte de pessoas da aldeia que pretendiam os seus serviços. Através do gabinete de ação social do concelho da área de residência desta família, foi fornecido material para o melhoramento das condições habitacionais, através da construção de um quarto e uma casa de banho.

Tendo em conta que esta criança era a única em acolhimento, tendo a mesma mais 5 irmãos em casa, era necessário garantir-se o seu regresso definitivo, uma vez que as questões de saúde já estavam reguladas e por parte dos progenitores e irmãos sempre houve uma ligação muito forte por mais que o contacto no dia-a-dia fosse quase inexistente até ao ano de 2011.

Quando se começou a permitir que a criança fosse passar com alguma regularidade fins-de-semana junto da família e, no final da intervenção, nas interrupções escolares e períodos de férias, também lhe foi permitido privar diariamente com a família biológica, tinha-se como objetivo que o seu regresso não fosse encarado com estranheza assim como prever uma entrada nas rotinas de forma repentina, o que poderia pôr em causa todo o trabalho até aí desenvolvido.

A criança foi integrada no projeto de reunificação familiar no ano de 2012, mas mantém medida de promoção e proteção junto dos progenitores.

Resumo da Narrativa Institucional 3- CASO 3

Nome	Idade aquando da entrada	Data de entrada	Tribunal / CPCJ	Data de Saída	Quanto tempo de acolhimento
5. X1	15 anos	2014	Tribunal judicial	2016	2 anos

Este agregado familiar, constituído por um casal e dois filhos, nunca tinha sido sinalizado até ao ano de 2014, pelo menos que seja do conhecimento da CA. A sinalização aconteceu quando o agregado se deparou com uma situação de desemprego e consequente privação de meios financeiros, aliado à falta de retaguarda familiar. O desemprego desencadeou o despejo da casa que habitavam, uma vez que, por falta de pagamento das rendas, foram expulsos da mesma e, na sequência, viram-se obrigados a viver na rua, num descampado e tendas, o que deu origem a um processo de promoção e proteção.

Os progenitores eram bons pais cuidadores, preocupados e dedicados aos seus filhos. A progenitora apresenta ter limitações intelectuais o que nunca a prejudicou, no respeito a arranjar trabalho, pois, com orientações, sempre levava uma vida organizada.

O progenitor, por iniciativa própria, sem que fosse necessária a intervenção por parte dos técnicos, quando se deparou com a retirada do dependente, começou logo a procurar emprego, o que o obrigou a mudar de concelho, mas a sua intenção era ter um trabalho de forma a conseguir dinheiro para garantir um apoio adequado aos que dele dependiam e, consequentemente, conseguiu arrendar uma casa para o agregado. Uma vez que inicialmente não foi fácil alterar toda a vida deste agregado, e para não haver uma separação muito significativa na família, a CA facilitou visitas dos progenitores ao local onde estava o filho institucionalizado, possibilitando, assim, que passassem juntos o fim de semana, almoçando e jantando em família.

Depois do progenitor ter encontrado emprego, também a esposa, com a ajuda e acompanhamento da técnica da IPSS e da SS, encontrou emprego na mesma cidade que o marido, o que facilitou o arrendamento de uma casa com mais quartos para que assim fosse

possível a ida do filho aos fins-de-semana a casa. Esta situação permitiu que a separação deste agregado não fosse tao acentuada, uma vez que era a primeira vez que se deparavam com uma situação semelhante.

Durante o processo, foram feitas visitas domiciliárias com frequência (quinzenal) à habitação dos progenitores para garantir que as rendas eram pagas e que estavam reunidas as condições mínimas para receber o filho. Aquilo que inicialmente eram pedidos para visitas ao fim-de-semana e interrupções escolares, rapidamente passou a definitivo, uma vez que sempre se verificou uma grande motivação por parte dos progenitores ao tudo fazerem para ultrapassarem esta etapa menos boa nas suas vidas. Sempre disponíveis para mudar, sempre disponíveis para receber as indicações dos técnicos responsáveis pelo processo, estes pais foram responsáveis pela concretização do projeto de vida delineado para o seu filho, ou seja, a reunificação familiar.

Apêndice 3 – Resultado da codificação dos relatórios processuais na grelha categorial

Nós	Nº de referências de codificação	Nº de itens codificados
1 O ACOLHIMENTO	10	5
1.1 Data do Acolhimento	5	5
1.2 Motivo do acolhimento	5	5
1.2.1 Motivo do acolhimento\Ausência permanente de suporte familiar	5	5
1.2.2 Motivo do acolhimento\Ausência temporária de suporte familiar	3	3
1.2.3 Motivo do acolhimento\Mendicidade	2	1
1.3 Projeto de Vida\Reunificação Familiar	8	5
1.4 Duração do Acolhimento	5	5
2 NATUREZA DA INTERVENÇÃO	17	5
2.1 Técnicos envolvidos	6	5
2.2 Fatores facilitadores da intervenção	13	4
2.3 Respostas e apoios sociais	10	5
2.4 Trabalho das competências sociais e parentais das famílias	14	5
2.4.1 Boas relações sociais	2	1
2.4.2 Capacidade de organização e partilha de tarefas	3	3
2.4.3 Capacidade de resolver problemas	2	1
2.4.4 Estabilidade no emprego	1	1
2.4.5 Fortes Vínculos entre pais e filhos	2	1
2.4.6 Ter boa saúde	3	3
2.4.7 Ter rendimento suficiente	4	4
2.4.8 Ter uma casa com condições adequadas	9	5
2.4.9 União e apoio familiar	1	1
2.5 Visitas domiciliárias	9	5
2.5.1 Propósito da visita	5	5
2.5.2 Regularidade	5	5
2.5.3 Técnicos responsáveis pela visita	5	5
2.6 Visitas a casa dos progenitores durante os fins de semana	5	5
2.6.1 O que facilitou	4	4
2.6.2 Regularidade de saídas ao fim de semana	4	4
2.7 Obstáculos à intervenção	1	1
2.7.1 Falta de meios de deslocação	2	1
2.8 Duração da intervenção	1	1

Apêndice 4 – Resultados das tabelas resultantes da análise dos questionários

Tabela 7 – Género

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Masculino	4	25,0	25,0	25,0
	Feminino	12	75,0	75,0	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 8 – Idade

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	De 20 a 30 anos	5	31,3	31,3	31,3
	De 31 a 40 anos	8	50,0	50,0	81,3
	41 a 50 anos	3	18,8	18,8	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 9 – Estado Civil

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Solteiro	5	31,3	31,3	31,3
	Casado	7	43,8	43,8	75,0
	Divorciado	1	6,3	6,3	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 10 – Número de filhos dos inquiridos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nenhum	5	31,3	31,3	31,3
	1	4	25,0	25,0	56,3
	2	7	43,8	43,8	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 11 – Habilitações Literárias

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Licenciaturas	8	50,0	50,0	50,0
	Pós-Graduação	5	31,3	31,3	81,3
	Mestrado	3	18,8	18,8	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 12 – Área de formação dos inquiridos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Trabalho social e orientação	6	37,5	37,5	37,5
	Sociologia e outros estudos	1	6,3	6,3	43,8
	Psicologia	5	31,3	31,3	75,0
	Outra	4	25,0	25,0	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018**Tabela 13 – Número de anos que trabalha nesta área**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	De 1 a 3	4	25,0	25,0	25,0
	de 4 a 8	5	31,3	31,3	56,3
	de 9 a 14	5	31,3	31,3	87,5
	Mais de 15	2	12,5	12,5	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018**Tabela 14 – Número de Psicólogos**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	2	4	25,0	25,0	25,0
	3	12	75,0	75,0	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018**Tabela 15 – Número de Técnicos Superiores de Serviço Social**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	1	15	93,8	93,8	93,8
	4	1	6,3	6,3	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018**Tabela 16 – Número de Educadores Sociais**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	0	3	18,8	18,8	18,8
	1	8	50,0	50,0	68,8
	2	5	31,3	31,3	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018**Tabela 17 – Número de Animadores Socioculturais**

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	0	15	93,8	93,8	93,8
	1	1	6,3	6,3	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 18 – Número de profissionais em Psicomotricidade Humana

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	0	15	93,8	93,8	93,8
	2	1	6,3	6,3	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 19 – Número de Professores

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	0	9	56,3	56,3	56,3
	1	6	37,5	37,5	93,8
	2	1	6,3	6,3	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 20 – Outros Técnicos

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	0	10	62,5	62,5	62,5
	1	5	31,3	31,3	93,8
	5	1	6,3	6,3	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 21 – Cargo que ocupa na equipa

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Direção Técnica	2	12,5	12,5	12,5
	Equipa Técnica	14	87,5	87,5	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 22 – Integração no sere +

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Sim	12	75,0	75,0	75,0
	Não	4	25,0	25,0	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 23 – Sexo crianças/jovens acolhidas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Feminino	6	37,5	37,5	37,5
	Masculino	6	37,5	37,5	75,0
	Misto	4	25,0	25,0	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 24 – Capacidade de acolhimento

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Até 15	2	12,5	12,5	12,5
	de 16 a 30	5	31,3	31,3	43,8
	de 31 a 45	3	18,8	18,8	62,5
	mais de 46	6	37,5	37,5	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018**Tabela 25 – Quantas crianças/jovens foram acolhidas até ao primeiro semestre de 2017**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Até 3 crianças / jovens	11	68,8	68,8	68,8
	De 4 a 6 crianças / jovens	5	31,3	31,3	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018**Tabela 26 – Motivo do acolhimento: Negligência**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	14	87,5	87,5	87,5
	Não	1	6,3	6,3	93,8
	12	1	6,3	6,3	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018**Tabela 27 – Motivo do acolhimento: Absentismo/Abandono Escolar**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	12	75,0	75,0	75,0
	Não	4	25,0	25,0	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018**Tabela 28 – Motivo do acolhimento: Comportamentos desviantes/risco**

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	12	75,0	75,0	75,0
	Não	4	25,0	25,0	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 29 – Motivo do acolhimento: Ausência temporária de suporte familiar

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	9	56,3	56,3	56,3
	Não	7	43,8	43,8	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 30 – Motivo do acolhimento: Maus tratos físicos e psicológicos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sim	5	31,3	31,3	31,3
	Não	11	68,8	68,8	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 31– Número de crianças// jovens com o projeto de vida a reunificação familiar

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Nenhuma	1	6,3	6,3	6,3
	de 4 a 6 crianças/jovens	6	37,5	37,5	43,8
	de 7 a 9 crianças/jovens	3	18,8	18,8	62,5
	de 10 a 12 crianças/jovens	3	18,8	18,8	81,3
	mais de 12 crianças/jovens	3	18,8	18,8	100,0
	Total	16	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 32 – Número de irmãos das crianças/jovens acolhidas

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1	5	31,3	33,3	33,3
	2	8	50,0	53,3	86,7
	mais de 2	2	12,5	13,3	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 33 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: deslocalização da criança/jovem relativamente ao seu agregado de referência

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Importante	3	18,8	20,0	20,0
	Muito Importante	12	75,0	80,0	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 34 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: ausência de programas de intervenção comunitária integrada junto das famílias

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco importante	1	6,3	6,7	6,7
	Importante	5	31,3	33,3	40,0
	Muito Importante	9	56,3	60,0	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 35 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: rejeição manifesta da criança/jovem ao projeto de reunificação familiar

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	5	31,3	33,3	33,3
	Muito Importante	10	62,5	66,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 36 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: impossibilidade inesperada de integração segura na família

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	3	18,8	20,0	20,0
	Muito Importante	12	75,0	80,0	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 37 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: aguardar a decisão judicial/deliberação da CPCJ para aplicação /revisão da medida

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	6	37,5	40,0	40,0
	Muito Importante	9	56,3	60,0	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 38 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: falta de meios de deslocação

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Indiferente	1	6,3	6,7	6,7
	Importante	6	37,5	40,0	46,7
	Muito Importante	8	50,0	53,3	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 39 – Obstáculos e constrangimentos na intervenção com as famílias: falta de tempo

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco importante	2	12,5	13,3	13,3
	Importante	6	37,5	40,0	53,3
	Muito Importante	7	43,8	46,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 40 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: equipa técnica reduzida face ao número de crianças/jovens acolhidas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Indiferente	1	6,3	6,7	6,7
	Importante	7	43,8	46,7	53,3
	Muito Importante	7	43,8	46,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 41 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: equipa técnica sem composição multidisciplinar e com necessidade de formação especializada

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco importante	2	12,5	13,3	13,3
	Importante	5	31,3	33,3	46,7
	Muito Importante	8	50,0	53,3	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 42 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: sobrelotação da Casa de Acolhimento que não permite um trabalho individualizado de cada situação

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Indiferente	2	12,5	13,3	13,3
	Importante	5	31,3	33,3	46,7
	Muito Importante	8	50,0	53,3	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 43 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: Insuficiência ou inexistência de práticas de intervenção articulada com outras entidades ou serviços

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	9	56,3	60,0	60,0
	Muito Importante	6	37,5	40,0	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 44 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: desarticulação da intervenção com os serviços competentes da zona de residência da família da criança/jovem acolhida

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	7	43,8	46,7	46,7
	Muito Importante	8	50,0	53,3	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 45 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: deslocalização da criança/jovem face à sua família

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Indiferente	1	6,3	6,7	6,7
	Importante	4	25,0	26,7	33,3
	Muito Importante	9	56,3	60,0	93,3
	55	1	6,3	6,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 46 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: insuficiente acompanhamento técnico da segurança social (EMAT/ECJ) ou da CPCJ na execução das medidas aplicadas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Nada importante	1	6,3	6,7	6,7
	Importante	5	31,3	33,3	40,0
	Muito Importante	9	56,3	60,0	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 47 – Constrangimentos para a concretização do projeto de vida a reunificação familiar: morosidade de decisões de tribunal/CPCJ

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco importante	1	6,3	6,7	6,7
	Indiferente	1	6,3	6,7	13,3
	Importante	3	18,8	20,0	33,3
	Muito Importante	10	62,5	66,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 48 – Intervenção das equipas para a reunificação familiar: regularidade das visitas domiciliárias

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco Regularmente	1	6,3	6,7	6,7
	Regularmente	12	75,0	80,0	86,7
	Muito Regularmente	2	12,5	13,3	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 49 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: união e apoio familiar

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	3	18,8	20,0	20,0
	Muito Importante	12	75,0	80,0	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 50 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: capacidade de organização e partilha de tarefas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	3	18,8	20,0	20,0
	Muito Importante	12	75,0	80,0	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 51 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: estabilidade no emprego

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	8	50,0	53,3	53,3
	Muito Importante	7	43,8	46,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 52 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: ter boa saúde

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	9	56,3	60,0	60,0
	Muito Importante	6	37,5	40,0	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 53 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: ter rendimento suficiente

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	8	50,0	53,3	53,3
	Muito Importante	7	43,8	46,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 54 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: boa relação conjugal

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	5	31,3	33,3	33,3
	Muito Importante	10	62,5	66,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 55 – Importância das competências sociais e parentais das famílias no sentido de assegurar o regresso dos filhos: ter uma casa com condições adequadas

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	7	43,8	46,7	46,7
	Muito Importante	8	50,0	53,3	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 56 – Grau de impacto da melhoria na situação habitacional tendo em vista a reunificação familiar

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	9	56,3	60,0	60,0
	Muito Importante	6	37,5	40,0	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 57 – Grau de impacto do Trabalho estável tendo em vista a reunificação familiar

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Importante	11	68,8	73,3	73,3
	Muito Importante	4	25,0	26,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 58 – Grau de impacto da melhoria do estado de saúde tendo em vista a reunificação familiar

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Indiferente	3	18,8	20,0	20,0
	Importante	7	43,8	46,7	66,7
	Muito Importante	5	31,3	33,3	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 59 – Grau de impacto de receber mais apoio financeiro e em género tendo em vista a reunificação familiar

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Indiferente	2	12,5	13,3	13,3
	Importante	8	50,0	53,3	66,7
	Muito Importante	5	31,3	33,3	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 60 – Grau de impacto da melhoria da situação económica por meios próprios tendo em vista a reunificação familiar

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Pouco importante	1	6,3	6,7	6,7
	Importante	7	43,8	46,7	53,3
	Muito Importante	7	43,8	46,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 61 – Grau de impacto de uma maior organização na família tendo em vista a reunificação familiar

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Válido	Indiferente	1	6,3	6,7	6,7
	Importante	6	37,5	40,0	46,7
	Muito Importante	8	50,0	53,3	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 62 – Após a saída: Importância da Aquisição de autonomia financeira (independência de subsídios)

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Pouco importante	1	6,3	6,7	6,7
	Indiferente	1	6,3	6,7	13,3
	Importante	6	37,5	40,0	53,3
	Muito Importante	7	43,8	46,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 63 – Após a saída: importância de um maior desenvolvimento/maturidade individual

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Nada importante	1	6,3	6,7	6,7
	Importante	7	43,8	46,7	53,3
	Muito Importante	7	43,8	46,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 64 – Após a saída: importância da articulação com os parceiros envolvidos, e preparar o regresso da criança/jovem ao seu meio natural de vida

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Importante	3	18,8	20,0	20,0
	Muito Importante	12	75,0	80,0	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 65 – Após a saída: importância do acompanhamento da situação durante o tempo necessário

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Importante	5	31,3	33,3	33,3
	Muito Importante	10	62,5	66,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 66 – Após a saída: importância de contribuir para o aprofundamento do conhecimento das dinâmicas da família na atualidade

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Importante	8	50,0	53,3	53,3
	Muito Importante	7	43,8	46,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 67 – Após a saída: importância de implementar uma cultura de serviços centrados no apoio à família

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Importante	10	62,5	66,7	66,7
	Muito Importante	5	31,3	33,3	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Tabela 68 – Após a saída: importância de desenvolver estudos empíricos no âmbito da família

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Nada importante	1	6,3	6,7	6,7
	Pouco importante	1	6,3	6,7	13,3
	Indiferente	3	18,8	20,0	33,3
	Importante	6	37,5	40,0	73,3
	Muito Importante	4	25,0	26,7	100,0
	Total	15	93,8	100,0	
Ausente	Sistema	1	6,3		
Total		16	100,0		

Fonte: Elaboração própria; 2018

Apêndice 5 – BSC

	Objetivos	Indicadores	Metas	Calendarização	Iniciativas	Responsável	Documento
Perspetiva clientes	Elaborar diagnóstico de famílias a intervir	% de diagnósticos	100% das famílias referenciadas	Abril – maio 2019	Realização de caracterização de cada unidade familiar na primeira visita domiciliária	Técnicos das CA	Diagnóstico das famílias
	Motivar famílias para colaboração no projeto	Número de atividades	No mínimo, 1 atividade por mês	Setembro de 2019 a maio 2021	Atividades lúdicas e convívios ao nível de cada concelho e distrito Convidar e motivar famílias sinalizadas para participação nas atividades	Técnicos das CA	Diagnóstico das famílias Convites
		% de adesão de famílias	No mínimo 60% das famílias contactadas no distrito	Maior – junho 2019	Negociação com cada unidade familiar do plano de intervenção a implementar/desenvolver	Técnicos das CA	Plano de Intervenção
		Tipo de serviço gratuito	Serviço de informação e encaminhamento	A partir de junho 2019	Prestar informações sobre apoios sociais necessários e disponíveis	Técnicos das CA	Legislação Guiões da Segurança Social
Perspetiva processo interno	Elaborar candidatura para financiamento	Tipo de candidatura	Candidatura ao Portugal 2020	Até outubro 2018	Recolha de todos os dados sociométricos Envolvimento das CA e redes sociais concelhias como entidades copromotoras Elaboração da memória descritiva com fundamentação de objetivos e resultados a alcançar Elaboração de orçamento geral	Técnico da Segurança Social de Bragança (Gestor do projeto)	Processo de candidatura
	Estabelecer Pacto de compromisso	Número de entidades	ISS – Distrito de Bragança 8 Casas de Acolhimento	Até setembro 2018	Convite às CA para reunião Negociação de parâmetros a implementar Estabelecimento de metas a atingir pelas CA Definição de resultados a alcançar com Projeto	Técnico da Segurança Social de Bragança (Gestor do projeto)	Convite Diagnóstico Pacto de compromisso
	Estabelecer parcerias com CA e redes sociais concelhos	Número de entidades	5 Redes sociais concelhias	Até setembro 2018	Convite às Redes Sociais dos concelhos para reunião Definição da forma de parceria Definição das metas e resultados a alcançar	Técnico da Segurança Social de Bragança (Gestor do projeto)	Convite Impressos

	Objetivos	Indicadores	Metas	Calendarização	Iniciativas	Responsável	Documento
Implementar plataforma online	Tipo de plataforma	Plataforma online privada, gerida pela entidade coordenadora	A partir de maio 2019	Testar plataforma e desenvolver melhorias necessárias	Técnico informático da Segurança Social de Bragança	Manual de utilização da plataforma	
	Número de utilizadores	3 responsáveis do ISS 26 técnicos das CA 16 técnicos a contratar	A partir de maio 2019	Criar contas de acesso para cada técnico envolvido, garantido a total confidencialidade de toda a informação partilhada	Técnico informático da Segurança Social de Bragança	Manual de utilização da plataforma	
	Tipo de apoio	Partilha de casos Esclarecimento de dúvidas	A partir de junho 2019	Criação de chat para partilha de informação e esclarecimento de dúvidas entre técnicos Criação de base de dados com legislação e outra documentação pertinente Desenvolvimento de links para outras entidades / assuntos de interesse sobre intervenção familiar e reinserção de crianças/jovens	Técnico informático da Segurança Social de Bragança	Documentos da área social	
Desenvolver plano de visitas domiciliárias	Número de visitas	1 visita a cada família intervencionada	Quinzenalmente a partir de junho 2019	Realização de visitas domiciliárias para, após caracterização das unidades familiares: <ul style="list-style-type: none"> - Identificação das necessidades das famílias; - Identificação de problemas onde seja necessário intervir; - Negociar com famílias processo de intervenção. 	Técnicos das CA	Registo das visitas	
	% de adesão de famílias	No mínimo 60% das famílias contactadas no distrito	Maió – junho 2019	Negociação com cada unidade familiar do plano de intervenção a implementar/desenvolver	Técnicos das CA	Plano de Intervenção	

	Objetivos	Indicadores	Metas	Calendarização	Iniciativas	Responsável	Documento
Implementar programa de mediação familiar	Tipo de diagnóstico	Caracterização de cada unidade familiar	Abril – maio 2019	Realização de caracterização de cada unidade familiar na primeira visita domiciliária	Técnicos das CA	Registo das famílias envolvidas	
	% de intervenções iniciadas	Pelo menos 80% das famílias aderentes	Até setembro 2019	Definição por cada CA de: <ul style="list-style-type: none"> – Indicação de técnico responsável por cada processo – Organização do mapa de visitas – Organização de atividades de inclusão social na comunidade 	Direção da CA Técnicos da CA	Registos Institucionais	
	% de processos realizados (taxa de sucesso)	Pelo menos 60% das famílias aderentes ao projeto	Até ao final do projeto (maio 2021)	Evitar todos os esforços para que as famílias não abandonem o processo de intervenção / mediação familiar, através de: <ul style="list-style-type: none"> – Encaminhar indivíduos para outras entidades, de acordo com as necessidades específicas (comportamentos desviantes, aquisição de competências parentais, IEF, entre outros); – Prestar informações sobre apoios sociais necessários e disponíveis; – Motivação para participação em atividades com crianças/jovens e/ou comunidade; – Discussão dos resultados alcançados e a alcançar para reinserção de crianças/jovens no seio familiar; 	Técnico das CA e o Gestor da Segurança Social	Programa de mediação familiar Formulários Diagnósticos	
	% de crianças / jovens reinseridas nas unidades familiares	Pelo menos, 20% das crianças / jovens	Até ao final do projeto (maio 2021)	Analisar as melhorias desenvolvidas pelas famílias; Inserir iniciativas de visita das crianças/jovens durante períodos de tempo junto das respetivas famílias; Desenvolver processo de reinserção, com acompanhamento especializado	Técnicos das CA	Formulários de registo da equipa técnica Processos de intervenção familiar	

	Objetivos	Indicadores	Metas	Calendarização	Iniciativas	Responsável	Documento
Desenvolver atividades lúdicas e de convívio (famílias/comunidade)	Número de famílias	de	No mínimo 100 famílias	A partir de setembro 2019	Realização de campanha de sensibilização comunitária – através de <i>outdoors</i> e material informativo e panfletos. Convidar e sensibilizar famílias da comunidade para participar nas atividades de inserção das famílias desestruturadas Criar uma base de dados de todas as famílias voluntárias para colaborar no projeto	Técnicos das CA Técnico da Segurança Social de Bragança (Gestor do projeto)	Panfletos Outdoors Convites Base de dados
				Novembro 2019	Formação de todas as famílias voluntárias da comunidade acerca das temáticas: famílias desestruturadas, mediação familiar e reinserção familiar	Técnicos das CA	Plano de formação
				Setembro de 2019 2 vezes por mês	CONCELHO Contacto por parte das CA as famílias a intervir e as famílias estruturadas a nível concelhio para a realização de Tertúlias e convívios entre as famílias Organização de grupos de discussão sobre temas previamente assinalados Organização de jogos lúdicos relacionados com as suas problemáticas	Técnicos das CA	Convites Panfletos Material lúdico Registos da equipa técnica (observação)
				Setembro de 2019 trimestralmente	DISTRITO Contacto por parte das CA do distrito as famílias intervencionadas a nível concelhio para convívios a nível distrital para serem ouvidos testemunhos de famílias estruturadas e não estruturadas Organização de passeios ao ar livre para todas as famílias trabalhadas e os técnicos envolvidos no processo Contacto por parte das CA das famílias intervencionadas não estruturadas, a nível distrital para a visualização de filmes adequadas com as suas problemáticas (falados em português)	Técnicos das CA	Convites Panfletos Dossier de registo da atividade
		Tipo de formação	Voluntariado e mediação familiar				
		Tipo de atividades	Jogos lúdico - didáticos Tertúlias Passeios ao ar livre Convívios com famílias estruturadas Testemunhos de famílias Grupos de discussão Visualização de filmes				

	Objetivos	Indicadores	Metas	Calendarização	Iniciativas	Responsável	Documento
		Tipo de equipamento	3 viaturas de 9 lugares	Até julho 2019	Transporte das famílias e técnicos em atividades Negociação com concessionário automóvel para aquisição de 3 viaturas Volkswagen Transporter Kombi 9 lugares	Direção regional do ISS	Processo contratual
		Número de convívios	4	Trimestralmente durante todo o projeto (a partir de janeiro 2020)	Realizar 3 convívios (em cada concelho) com participação de entidades parceiras/copromotoras do projeto, famílias intervencionadas, crianças/jovens institucionalizados e famílias voluntárias/comunidade Realização de 1 convívio distrital com participação de entidades parceiras/copromotoras do projeto, famílias intervencionadas, crianças/jovens institucionalizados e famílias voluntárias/comunidade	Técnico da Segurança Social de Bragança (Gestor do projeto)	Convites Registos de presenças Registos fotográficos
	Adquirir ferramentas de trabalho para atividades lúdico pedagógicas com as famílias	Tipo de equipamentos	Computador; vídeo projetor; tela de projeção; TV; quadro branco; canetas; resmas de papel; quadro de folhas brancas	Até maio 2019	Solicitar orçamentos de material Aquisição dos equipamentos Preparação de espaço com equipamentos para <i>atividades indoor</i>	Técnico da Segurança Social de Bragança (Gestor do projeto)	Orçamentos
Perspetiva de aprendizagem e crescimento	Qualificar os Recursos Humanos	Tipo de formações	Formação “Construindo famílias” (mediação familiar)	288h	Contratualizar Entidade de formação Agendar e organizar formação ao longo do projeto para todos os técnicos envolvidos	Gestor do projeto	Dossier pedagógico
	Criar novos postos de trabalho nas equipas técnicas	Nº de recursos humanos	8 Assistentes Sociais	Março – maio 2019	Processo de recrutamento e seleção de 8 novos técnicos (1 Assistente social para cada CA) para reforço das equipas para intervenção das famílias desestruturadas	Técnico da Segurança Social de Bragança (Gestor do projeto)	Processos de recrutamento e seleção Contratos
	Motivar Recursos Humanos	Tipo de bónus	Oferta de 1 dia extra de folga (aniversário)	Janeiro de 2020	Oferta por parte da CA aos técnicos envolvidos no processo e que apresentem resultados pertinentes	Direção da CA	Registo de presenças
		Tipo de oferta	30% desconto em entidades parceiras	Janeiro de 2020	Negociação com ginásios, óticas, clínicas e outros para oferta de 30% de descontos aos colaboradores das CA	Direção da CA	Panfletos das lojas para descontos Protocolos estabelecidos
		Tipo de formação	Certificação em mediação familiar	Ao longo do projeto	Oferta de formação em mediação familiar a todos os técnicos envolvidos no projeto	Formadora externa	Dossier pedagógico da formação

	Objetivos	Indicadores	Metas	Calendarização	Iniciativas	Responsável	Documento
Perspetiva financeira	Conseguir Financiamento	Tipo de fonte	65% - Portugal2020 (276.572,22€)	Até outubro 2018	Preparação da memória descritiva Elaboração da candidatura	Gestor do projeto	Dossier de candidatura
			30% - ISS (148.923,51€)	Ao longo do projeto: 70% até dezembro 2019 e 30% até final projeto	Definição de encargos do ISS Negociação de calendarização de apoio financeiro às CA, no âmbito do projeto	Direção regional do ISS Gestor do Projeto	Pacto de compromisso e plano do projeto
			5% - Entidades privadas (21.274,79€)	Até junho 2019	Negociação com empresas do distrito para desconto/oferta de material informático/escritório, bem como oferta da manutenção; Negociação para apoio à manutenção das viaturas do projeto; Negociação para angariação de material e bens para realização dos convívios e atividades.	Gestor do projeto	Protocolos com entidades privadas; Faturas e controlo contabilístico

ANEXOS

Anexo 1 – Organograma da Casa do Menino Jesus

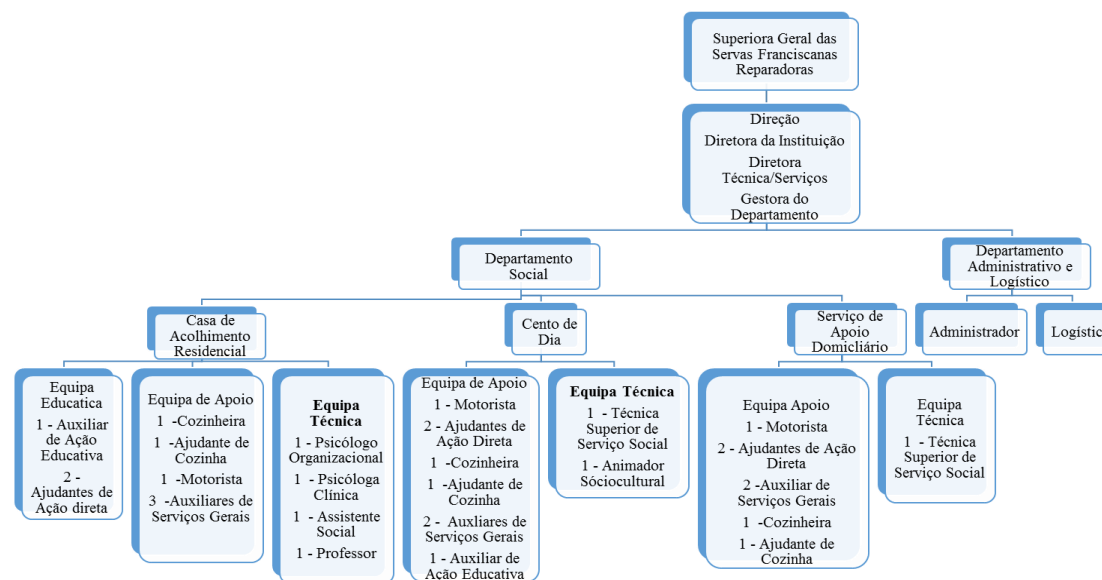


Figura 43 – Organograma da Casa do Menino Jesus

Fonte: Departamento de Qualidade da CMJ